

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
UNICAMP

ADOLESCENTES E POLITICA NO BRASIL: UM ESTUDO  
ENTRE ESTUDANTES DO 2º GRAU DO INTERIOR DE SAO PAULO

AUTORA: EMILIA EMI TAKAHASHI  
ORIENTADORA: LUCIA M. AVELAR

FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CAMPINAS/1995

9289156

3



UNIDADE	BC		
N.º CHAMADA:	T/UNICAMP		
	T139a		
	Ex.		
GRUPO	85/25672		
PROC.	433/95		
C	<input type="checkbox"/>	D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00		
DATA	28/09/95		
* CPD			

CM-00076789-1

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DA FE/UNICAMP**

Takahashi, Emilia Emi  
T139a      Adolescentes e política no Brasil : um estudo entre estudantes do  
2º grau do interior de São Paulo / Emilia Emi Takahashi. --  
Campinas, SP : [s.n.], 1995.

Orientador : Lúcia M. Avelar  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,  
Faculdade de Educação.

1. Politização. 2. Ciência política - Atitudes. 3. Sociologia política.  
4. Estudantes do ensino de segundo grau. I. Avelar, Lúcia.  
II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação.  
III. Título.

Este exemplar corresponde à redação  
final da Dissertação defendida por  
Emília Emi Takahashi e aprovada pela  
Comissão Julgadora.

Data: 24/08/95

Assinatura: 

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas na área de Concentração: Ciências Sociais Aplicadas à Educação, como exigência parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação.

CAMPINAS

AGOSTO/1995

Comissão Julgadora:

Priscila Andar

~~[Signature]~~

Mario Suzane S. Meurin

PARA TAKESHI, MIYOCO, AIRTON, CRISTIANE,  
HAROLDO E MARGARETE, PAIS E IRMAOS QUERIDOS.

## AGRADECIMENTOS

Durante a realização desta pesquisa, recebi franco apoio de muitas pessoas e instituições, são muitos aqueles que deveriam aqui ser mencionadas, pois este trabalho é, antes de mais nada, fruto de um processo coletivo de discussão e reflexão.

No entanto, o tempo é demasiadamente fulgaz e me trai a memória na lembrança de todos aqueles que contribuíram para a realização deste trabalho. Registro aqui alguns nomes que consigo lembrar por hora, de algumas destas pessoas.

A Lúcia Avelar, minha orientadora, pela paciência e liberdade com que me permitiu descobrir e crescer na Ciência Política.

Ao Salvador Sandoval que durante o desenvolvimento deste trabalho, ajudou-me a refletir sobre várias questões que me inquietavam, com sua atenção e observações cuidadosas.

Devo muito reconhecimento também à Suzana Menin, por seus ensinamentos valiosos e pelo constante incentivo.

A Zeila Demartini, por sua amizade e por seu apoio encorajador.

Ao Marcelo Takahashi, que com paciência e dedicação me auxiliou no cálculo estatístico para a confecção das tabelas.

Meu reconhecimento e agradecimento também à Nadir Camacho e à Maria do Carmo Cardoso, que me atenderam em momentos importantes no curso de Pós-Graduação, bem como ao CNPq, pelo apoio financeiro, essencial para a realização deste.

Aos amigos Valquíria Padilha, Stela Meneghel e Aristeo Santos Lopez, com os quais compartilhei várias inquietações sobre esta experiência.

Sou muito grata também à minha família e ao Paulo, que, ao meu lado, foram uma força tranquilizadora nos momentos mais difíceis para a realização deste trabalho.



## RESUMO

Nos últimos 30 anos, o sistema político brasileiro passou por uma série de acontecimentos que culminaram com a reintrodução da prática democrática após aproximadamente 25 anos de autoritarismo. A questão sobre a socialização política que ocorre entre os diversos segmentos da população tornou-se inevitável, e privilegiamos os adolescentes nesta pesquisa, especificamente os estudantes do 2º grau, com o objetivo de verificar se as atitudes políticas emergentes são congruentes com a reintrodução da prática democrática no país.

Através deste estudo, pretendemos oferecer subsídios para uma reflexão sobre o tipo de pessoa política que podemos esperar destes adolescentes no futuro, e obter informações sobre o próprio sistema político brasileiro, principalmente em relação ao processo de consolidação da Democracia.

## ABSTRACT

In the last 30 years, the Brazilian political system had been suffered an assortment of historical events that culminated with the reintroduction of democratic practice after nearly 25 years of authoritarian rule. It raised inevitably the issue of political socialization among sectors of the population, and we had taken the adolescents, specifically the 2<sup>nd</sup> grade students, to attend to the main purpose of this study that is verify if the political attitudes that are emerging are congruentes with the reintroduction of democratic practice in the country.

Through this study we expect to bring a contribution to the reflection about the kind of political person that one may expect these adolescents to become in the future and gain information about the Brazilian political system as well, particulary with regard to the Democracy rule consolidation.

## SUMARIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>I - O PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO POLITICA E SUAS IMPLICAÇÕES.....</b>	<b>6</b>
1 - Os parâmetros macro-estruturais da politica.....	11
2 - Valores, atitudes, orientações políticas e o sistema de crenças políticas.....	19
3 - O processo de socialização política.....	29
<b>II - ALGUNS APONTAMENTOS EM TORNO DO SISTEMA POLITICO BRASILEIRO     ATUAL.....</b>	<b>34</b>
1 - Evolução política do Brasil nos últimos 30 anos.....	35
2 - Notas sobre o ensino de 2º grau no Brasil.....	49
3 - Presidente Prudente: origem e evolução histórico - política.....	55
<b>III - O CARATER POLITICO DO ESTUDANTE.....</b>	<b>62</b>
1 - Adolescência: fonte de tensões sociais entre gerações?..	63
2 - O jovem estudante.....	70
3 - Estudantes e mobilizações sociais no Brasil.....	75
<b>IV - ANALISE DOS DADOS.....</b>	<b>83</b>
1 - Metodologia da pesquisa.....	84

2 - Os sujeitos da pesquisa.....	88
3 - Índice de atividade política.....	93
4 - Atitudes democráticas e anti-democráticas.....	96
4.1 - Valores sobre as regras do jogo.....	99
4.2 - Valores quanto a liberdade de expressão.....	103
4.3 - Valores quanto a aplicação da liberdade de opiniões...	105
4.4 - Valores sobre a crença na igualdade.....	107
4.5 - Valores sobre o cinismo político.....	111
4.6 - Valores sobre o senso de futilidade política.....	113
5 - Conclusões a respeito das tendências ideológicas dos sujeitos.....	115
<b>V - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>119</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>127</b>

## LISTA DE TABELAS

TABELA	PAGINA
I.1 - Distribuição percentual de sujeitos por escolas.....	I
I.2 - Distribuição percentual de sujeitos por sexo.....	I
I.3 - Distribuição percentual de sujeitos por idade.....	II
I.4 - Caracterização dos sujeitos de acordo com a procedência escolar - primeiro grau.....	II
I.5 - Caracterização dos sujeitos de acordo com a procedência escolar - 1ª série do 2º grau.....	III
I.6 - Caracterização dos sujeitos de acordo com a procedência escolar - 2ª série do 2º grau.....	III
I.7 - Caracterização dos sujeitos de acordo com a escolaridade dos pais.....	IV
I.8 - Caracterização dos sujeitos de acordo com a escolaridade das mães.....	V
I.9 - Caracterização dos sujeitos quanto à ocupação dos pais...VI	
I.10 - Caracterização dos sujeitos quanto à ocupação das mães.....	VI
I.11 - Caracterização dos sujeitos de acordo com a ocupação dos mesmos.....	VII

I.12 - Caracterização dos sujeitos de acordo com a idade em que iniciaram suas ocupações.....	VII
I.13 - Caracterização dos sujeitos quanto à religião.....	VIII
1.14 - Caracterização dos sujeitos quanto a assiduidade religiosa.....	VIII
I.15 - Caracterização dos sujeitos quanto à freqüência em associações comunitárias.....	IX
I.16 - Caracterização dos sujeitos quanto à freqüência em associações recreativas.....	IX
II - Índice de participação política	
II.1 - Em campanhas públicas.....	X
II.2 - Nas discussões de problemas sociais e econômicos com amigos.....	X
II.3 - Qualidade das discussões entre amigos.....	XI
II.4 - Discussão com pessoas públicas.....	XI
II.5 - Trabalho em eleições.....	XII
II.6 - Interesse em comícios e discursos públicos.....	XII
II.7 - Doação de dinheiro para candidatos ou partidos políticos .....	XIII
II.8 - Freqüência de participação em campanhas políticas.....	XIII
III - Distribuição percentual sobre as seguintes afirmações:	
III.1 - "justiça com as próprias mãos".....	XIV
III.2 - "a maioria tem o direito de eliminar as minorias".....	XIV

III.3 - "para um mundo livre, pessoas inocentes terão de sofrer".	XV
.....	
III.4 - "os parlamentares não seguem estritamente as leis".....	XV
III.5- "os políticos podem usar qualquer meio para obter justiça"	XVI
.....	
III.6 - "atos obscuros são justificados por bons propósitos".....	XVI
III.7- "políticos têm de cortar caminhos para obter o que querem"	XVII
.....	
III.8- "as pessoas deveriam ser autorizadas a votar mesmo que não votem de modo inteligente".....	XVII
III.9 - "mudanças sempre exigem crueldade e impiedade".....	XVIII
III.10 - "poucos políticos têm o passado limpo".....	XVIII
III.11 - "podemos driblar as leis se não a infringimos totalmente .....	XIX
III.12 - "precisamos usar a força para salvar nosso padrão de vida.....	XIX
III.13 - "mesmo pessoas que odeiam nosso modo de vida devem ter uma chance de falar e serem ouvidas.....	XX
III.14 - "um político está submetido às mesmas regras legais como qualquer um.....	XX
III.15 - "acredito no discurso livre".....	XXI
III.16 - "ninguém tem o direito de dizer o que uma pessoa deve ou não ler".....	XXI
III.17 - "só podemos ter certeza de que uma opinião é verdadeira se as pessoas forem livres para discutir sobre ela"...	XXII

- III.18 - "somente com liberdade e exposição de pontos de vista diferentes a verdade pode ser conhecida".....XXII
- III.19 - "eu não confiaria em qualquer grupo que decidisse sobre a liberdade e a proibição de opiniões alheias".....XXIII
- III.20 - "liberdade significa por exemplo escolher entre ser um ateu ou um judeu".....XXIII
- III.21 - "a liberdade não dá o direito de expor idéias estrangeiras em nosso país".....XIV
- III.22 - "um homem deve ser proibido de falar se não sabe o que diz".....XIV
- III.23 - "um livro de opiniões políticas erradas não deve ser publicado".....XXV
- III.24 - "podemos forçar as pessoas a testemunhar contra elas mesmas em uma situação de perigo".....XXV
- III.25 - "nunca podemos condenar uma pessoa se ela não encarar e discutir com seus acusadores".....XXVI
- III.26 - "uma pessoa condenada por uma prova ilegal deve ser posta em liberdade e a prova deve ser banida do julgamento.....XXVI
- III.27 - "suspeitos de crimes sérios não merecem direito a fiança".....XXVII
- III.28 - "as pessoas que se escondem da lei, quando procuradas para depor não merecem a nossa confiança".....XXVII
- III.29 - "o julgamento de terroristas ou inimigos poderosos não deveriam depender das nossas leis tão vagarosas e inseguras.....XXVIII

- III.30 - "o principal problema da democracia é que a maioria das pessoas nem sabem o que é melhor para elas".....XXVIII
- III.31 - "poucas pessoas sabem o que realmente é melhor para elas".....XXIX
- III.32 - "decisões e argumentos estão acima do conhecimentos da maioria dos eleitores".....XXIX
- III.33 - "a maioria das pessoas não tem sabedoria para escolher seus líderes".....XXX
- III.34 - "sempre haverá necessidade de pessoas fortes e poderosas que administrem tudo".....XXX
- III.35 - "temos que ensinar as crianças que todos os homens são iguais mas sabemos que uns são melhores que outros"...XXXI
- III.36 - "assim como há cavalos de raça, algumas raças humanas são melhores que as outras naturalmente.....XXXI
- III.37 - "algumas raças não se misturarão nunca com os brasileiros".....XXXII
- III.38 - "na hora h, nem todas as raças são iguais assim"...XXXII
- III.39 - "o problema com os grupos minoritários é que eles vão tomando conta do nosso espaço aos poucos".....XXXIII
- III.40 - "o trabalho não leva à participação naquilo que o trabalhador produz".....XXXIII
- III.41 - "toda pessoa tem o direito de possuir uma boa casa, o governo deve ser obrigado a construir para aquelas que não tem".....XXXIV
- III.42 - "o governo deve ser obrigado a dar trabalho para quem não consegue emprego".....XXXIV



- III.43 - "o governo deve ser obrigado a certificar-se de que todos tenham um bom padrão de vida.....XXXV
- III.44 - "devemos nos acostumar de que sempre haverá miséria" .....XXXV
- III.45 - "a maioria dos políticos só pensa em si mesmo".....XXXVI
- III.46 - "os maiores partidos são controlados por ricos que querem administrar apenas seus próprios bens".....XXXVI
- III.47 - "a maioria dos políticos é subornada por interesses particulares".....XXXVII
- III.48 - "eu evito o contato com o pessoal do governo".....XXXVII
- III.49 - "a maioria dos políticos acredita na associação lucrativa para fazerem o melhor pelo país".....XXXVIII
- III.50 - "aqueles que administram o país nem são conhecidos pelos eleitores".....XXXVIII
- III.51 - "as leis do país foram estabelecidas apenas para os ricos".....XXXIX
- III.52 - "poucos terão oportunidade de governar qualquer coisa, não importa o que as pessoas pensam".....XXXIX
- III.53 - "a maioria dos políticos não parece ser exatamente o que diz ser".....XL
- III.54 - "não há ligação entre o que um político diz e o que ele faz depois de eleito".....XL
- III.55 - "um homem pobre não tem a chance que merece em um tribunal".....XLI
- III.56 - "a maioria dos partidos pensa apenas em ganhar as eleições e em nada mais".....XLI

- III.57 - "todos os políticos são controlados pelos chefes"  
.....XLII
- III.58 - "não esquento a cabeça com os problemas políticos, eu  
não posso fazer nada mesmo".....XLII
- III.59 - "os que governam este país nem são conhecidos pelos  
eleitores".....XLIII
- III.60 - "os líderes políticos dificilmente atendem pessoas que  
pensam ou são como eu".....XLIII
- III.61 - "nada do que faço parece influenciar o meio  
político".....XLIV
- III.62 - "os partidos são tão grandes que muitos membros nem  
conseguem falar sobre suas propostas nas reuniões"....XLIV
- III.63 - "acho que não há muita ligação entre o que eu quero e  
o que os representantes políticos fazem".....XLV
- III.64 - "não importa em quem você vota, as coisas continuarão do  
mesmo jeito".....XLV

## INTRODUÇÃO

Este trabalho se propõe a investigar a relação entre as atitudes e valores políticos de estudantes do 2º grau e as suposições macro-políticas sobre o atual sistema político brasileiro.

O direito de voto dos adolescentes com mais de 16 e menos de 18 anos no Brasil, foi adquirido apenas no final da década de 80, entretanto, mesmo recém chegados ao cenário da política formal do país, estes novos atores políticos já protagonizaram e engrossaram em 1992, mobilizações sociais que foram decisivas aos rumos políticos do país.

Estas mobilizações sociais suscitaram indagações sobre a subjetividade das tendências políticas, principalmente no que se refere aos estudantes do ensino do 2º grau, que ganharam notoriedade ao sair com os rostos pintados em protesto, pelas ruas de várias cidades do país, pedindo pelo *impeachment* do então presidente Collor, e ficaram conhecidos como os "caras-pintadas".

A maioria dos participantes destas manifestações históricas eram jovens estudantes secundaristas, assim, aparentemente fomos surpreendidos por sujeitos políticos que irromperam no cenário nacional sem medo de sair às ruas expressando seus próprios desejos de superar a corrupção instalada e denunciada no Governo Federal; frente a este fato, fomos tentados a esclarecer alguns aspectos contidos nas atitudes políticas dos estudantes do 2º grau.

Inspirados em Brockmann Machado (1975), que perguntava sobre as orientações políticas dos "filhos do autoritarismo", perguntamos sobre o que pensam os "filhos da abertura política", se suas atitudes, valores e crenças políticas são congruentes com o sistema político vigente no Brasil, incluído as implicações deste sobre a política de ensino que rege o 2º grau.

Visto que nossa preocupação básica é investigar como as orientações políticas do regime democrático está presente no ideário de jovens estudantes, realizamos um breve histórico sobre o processo de redemocratização no país após a intervenção militar de 64, utilizando basicamente os estudos de Lamounier (1978, 1979, 1985 e 1994), para uma compreensão de que práticas e regras que são conhecidas, valorizadas e desejadas num sistema baseado na Democracia.

Como Brockmann Machado, decidimos delimitar nosso campo de investigação à quatro escolas de 2º grau para investigar como as regras, práticas, e valores democráticos podem estar

presentes nas atitudes dos estudantes, além disso, pesou em nossa escolha, o fato de a escola ser considerada como uma instituição voltada basicamente para a formação dos cidadãos.

Trabalhamos com quatro escolas: duas de caráter público e duas de caráter privado, com o propósito de encontrar jovens de diferentes classes sociais; variável que tem sido apontada como um dos fatores que interferem na dinâmica do sistema de crenças dos indivíduos.

Para analisarmos a presença ou não da Democracia como um valor no ideário dos estudantes, inspiramo-nos nos estudos de Converse (1970), segundo este autor, os indivíduos possuem um sistema de crenças políticas, que abrange opiniões, valores, e atitudes que são interdependentes e condicionam os indivíduos na adoção de ideologias.

Assim, a preocupação principal deste trabalho reside no estudo da relação entre as atitudes e valores políticos de estudantes do 2º grau de quatro escolas de Presidente Prudente e os parâmetros macro-estruturais do sistema democrático vigente em nosso país, para tanto, organizamos 5 capítulos.

Primeiramente discutimos a importância dos aspectos macro-políticos em estudos sobre o ideário político dos indivíduos, assim, definimos o que chamamos de aspectos macropolíticos, sistema de crenças e processo de socialização política. Principalmente através das obras de Brockmann Machado (1975 e 1980), Converse (1970), Avelar (1989) e Sandoval (1970).

No capítulo seguinte, discutimos os parâmetros macro-estruturais que norteiam especificamente a política do Brasil, através das obras de Lamounier (1978, 1979, 1985 e 1994). No mesmo capítulo abordamos alguns aspectos da política que rege o ensino do segundo grau utilizando principalmente os trabalhos de Cunha (1991), Paiva (1990) e Martins (1991).

Ainda no capítulo II, abordamos a evolução histórico-política do contexto onde os sujeitos desta pesquisa se inserem - a cidade de Presidente Prudente- para tanto, utilizamos as obras de Abreu (1972 e 1986), Lamounier (1978), Menin (1992) e Kinzo (1992), bem como entrevistas com professores do departamento de Geografia Humana da UNESP local para complementar a história política da cidade.

Dedicamos o terceiro capítulo às suposições sociais e psicológicas que permeiam a fase da adolescência, utilizando as obras de Eisenstadt (1976), Ianni (1963) e Jennings e Niemi (1974). Além disso, definimos a categoria "estudante", e as implicações desta sobre as atitudes e valores dos sujeitos, bem como descrevemos como tem ocorrido a participação política dos estudantes brasileiros, através da ótica de Foracchi (1977) e Guilhaon Albuquerque (1977).

No quarto capítulo, fazemos uma descrição a respeito da metodologia adotada e a análise dos dados coletados, quanto às atitudes e valores políticos dos estudantes e o atual sistema político brasileiro.

Finalmente realizamos algumas considerações finais sobre esta pesquisa no quinto e último capítulo, onde pretendemos registrar algumas perspectivas levantadas pelos dados colhidos durante a realização desta pesquisa.

## CAPITULO I

### O PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO POLITICA E SUAS IMPLICAÇÕES

Entre os vários mecanismos presentes em um levantamento de opiniões políticas, privilegiamos a análise das suposições macro-políticas e sua relação com o sistema de crenças políticas que os estudantes do 2º grau, e este é o ponto focal deste trabalho.

Entendemos que os indivíduos possuem um sistema de crenças políticas que condicionam suas orientações, valores, e atitudes políticas, entretanto, aprendemos com Brockmann Machado (01), que qualquer estudo que envolva a análise de um processo de socialização política, deve abranger mais do que o sistema de crenças dos indivíduos, ou seja, deve conter também os parâmetros macro-políticos que os envolve em última instância.

Tentaremos interpretar as atitudes e valores políticos dos estudantes do 2º grau, à luz de parâmetros macro-políticos, o que situa este estudo nos limites de um modelo teórico da ciência política, e inspiramo-nos principalmente nos

---

(01) Trata-se da tese de doutoramento de Brockmann Machado, M. "Political Socialization in Authoritarian Systems - The Case of Brazil" Department of Political Science, The University of Chicago, 1975.



estudos de Brockmann Machado realizados em pleno regime autoritário.

O nosso ponto de partida é o fato de que os parâmetros macro-estruturais confrontam-se e permeiam as atitudes e valores políticos da sociedade organizada, através do processo de socialização política. Neste trabalho, isto se dá em um cenário com atores políticos jovens, do interior do Estado de São Paulo e, portanto, sujeitos à um mesmo campo geral macro-político.

Segundo Brockmann Machado, os estudos que envolvem o processo de socialização política, têm encontrado divergências teóricas que o próprio termo sugere, pois, antes mesmo dos cientistas políticos definirem este termo, psicólogos e antropólogos já o utilizavam, o que gerou uma complexidade de termos e interesses em torno da área.

Preocupados especialmente com os problemas de desenvolvimento da personalidade política, os pesquisadores da área da Psicologia, tendem a valorizar termos como identificação, projeção e personalização para construir uma teoria política, e acabam por isolar o indivíduo dos aspectos macro-políticos. Na visão de Brockmann Machado, a grande falha de uma teoria política baseada exclusivamente nestes termos, seria a concentração exclusiva nas agências socializantes e nos socializados, excluindo-os do significado macro-político, o que acaba despolitizando o processo.

Já os antropólogos, apesar de não isolarem os indivíduos dos referenciais macro-políticos, pecam por considerar a socialização política, como um processo onde os indivíduos são introduzidos à cultura política de sua sociedade e acabam por superestimar o papel da coerção para a explicação da ordem política, e, na visão de Brockmann Machado, há uma visão idealista implícita nesta teoria, onde idéias "forçadas" podem se tornar soberanas.

Ao considerar o processo de socialização política apenas em termos de reflexos da cultura política ou da personalidade de cada indivíduo, e desconsiderando as consequências políticas do processo político em si, ambas as teorias acabam por enfatizar outros aspectos que não o político, faz-se necessário então, o resgate da estrutura política à qual os indivíduos e a cultura analisados estão inseridos.

Sobre estas afirmações de Brockmann Machado, devemos dizer que concordamos com a necessidade da re-politização do campo da socialização política, entretanto, entendemos que atualmente, há vários pesquisadores da área da Psicologia como da Antropologia, que perceberam esta falha, e começaram a incluir em seus estudos sobre comportamento e cultura política, os parâmetros macro-estruturais que constituem o processo político em si.

No caso da Psicologia, realizamos um trabalho recente (02), inscrito na área da Psicologia Política, especificamente falando, no qual constatamos a relação entre personalidade e escolhas políticas.

Neste sentido, devemos esclarecermos que o campo da Psicologia Política foi inspirado basicamente em uma obra clássica da Sociologia (03) que incluía os parâmetros macro-estruturais da política, para discutir os fundamentos da relação entre ideologia e personalidade. Através da obra de Adorno e dos demais pesquisadores de Berkeley, é possível constatar a relação entre política e personalidade, além disso, podemos dizer que "A Personalidade Autoritária" não só incluiu a Ciência Política e a Psicologia, mas também a Antropologia, quando Adorno definiu e discutiu o papel do clima cultural geral sobre os valores e atitudes políticas dos americanos da década de cinquenta.

O que podemos extrair deste e de outros trabalhos semelhantes da área da Psicologia Política ou mesmo Social, é que a compreensão do indivíduo sempre foi seu objeto de estudo, entretanto, suas tentativas de compreender o indivíduo isoladamente, considerando apenas os processos internos,

---

(02) Takahashi, E.E., "Formação Ideológica e Escolhas Políticas do Adolescente: A perspectiva do papel da educação em um estudo com alunos do 2º grau" - pesquisa de aperfeiçoamento - especialização em Psicologia Política: UNESP/P.Prudente e CNPq, 1992.

(03) Adorno, T., Levinson, D., Saford, S., e Frenkel-Brunswik, E.F.; "LA PERSONALIDAD AUTORITARIA". Buenos Aires, Ed. Projeccion, 1965.

fracassam frente a uma compreensão mais profunda, que concebe o indivíduo como uma manifestação histórica e social (04); assim, é possível encontrar trabalhos inseridos nesta área que não ferem o viés da Ciência Política, já que abrangem, além dos aspectos subjetivos (ou psicológicos), aqueles mais objetivos (de cunho sócio-econômico e político).

Voltando ao nosso trabalho, é evidente que percebemos a contribuição da Psicologia nos estudos sobre socialização política, entretanto, concordamos com Brockmann Machado sobre a importância de inserir os parâmetros macro-estruturais da política nestes estudos.

Assim, na tentativa de realizar uma análise da relação dos estudantes do 2º grau com a política, abordaremos neste capítulo, as definições e discussões sobre os parâmetros macro-políticos, sobre o sistema de crenças dos indivíduos, e sobre o próprio processo de socialização política, que envolve entre outras coisas, a internalização dos aspectos políticos pelos indivíduos.

---

(04) A este respeito, ver por exemplo, Lane, S.T.M. e Codo, W. "Psicologia Social - O Homem em Movimento": SP, Brasiliense, 1984. Nesta obra os autores fazem uma discussão em torno do fundamento histórico-social do indivíduo.

## 1 - OS PARAMETROS MACRO-ESTRUTURAIS DA POLITICA

A necessidade de re-politização do campo da socialização política enfatizada por Brockmann Machado, envolve a discussão de termos como criação, legitimação e consolidação do poder, e, através desta discussão podemos redefinir e enfatizar os aspectos macro-políticos como processos, onde os principais temas da ideologia política dominante de um sistema político são transmitidos não apenas de geração em geração, mas sobretudo de dominantes aos dominados membros de um sistema (05).

Partindo do pressuposto de que as posições de mando são valorizadas pela sua raridade e, principalmente por sua capacidade de interferir no sistema político e na sociedade em geral, aqueles que tiverem acesso à tais posições de mando tentarão consolidar um tipo de arranjo político, de pacto de poder, que garanta sua posição em bases permanentes.

---

(05) Estruturamos esta parte do nosso trabalho basicamente sobre o Capítulo II da tese de Brockmann Machado (op cit) intitulado "Political Socialization, Ideology, and Domination", onde o autor define e discute os parâmetros macro-políticos do estudo do poder. Sobre este capítulo, é importante ressaltar que ele foi reescrito e publicado na Revista de Ciências Sociais DADOS em 1980, com a colaboração e crítica de vários pesquisadores, entre eles, os brasileiros Bolivar Lamounier, Fabio W. Reis e Wanderley Guilherme dos Santos dentre outros. Em nosso trabalho utilizamos especialmente estes dois estudos de Brockmann Machado no que se refere aos parâmetros macro-políticos da socialização política.

O resultado de um arranjo político bem sucedido, no sentido de os atores dominantes preservarem sua posição de mando, é definido por Brockmann Machado, como regime do sistema, e, quanto mais os atores de um sistema político aceitam o regime proposto pelos líderes, mais garantida está a sua dominação, e este é um outro aspecto macro-político que resulta dos arranjos políticos e do regime do sistema, pois pode ser definido como o mecanismo que garante o controle do poder.

A dominação pode requerer a participação direta dos membros dominantes (que ocupam as posições de mando), do sistema político, ou mesmo do Estado, isto depende do grau com o qual o regime é aceito pelos outros membros do sistema. Se o regime é aceito, o Estado move-se *per se*, ou seja, quanto mais os membros do sistema aceitam o regime que garante a dominação, menos os atores dominantes tentarão manter controle direto sobre o Estado.

Um componente fundamental em qualquer regime é a especificação de regras de acordo com as quais os atores de um sistema político serão excluídos ou incluídos da competição por posições no Estado, e no processo de influenciar quem ocupará tais posições a qualquer momento.

Ora, é sabido que sob certas condições, aqueles membros do sistema, sobre os quais a dominação tem sido exercida, podem representar uma ameaça aos membros dominantes do sistema, e quanto mais radical for a ameaça, maior será a força de oposição ao regime do sistema.

Por esta razão, os atores dominantes do sistema tendem a manter algumas regras de proteção legal para legitimar sua dominação, e estas regras podem ir da coerção física, até o que Brockmann Machado chama de *rationale*, que representa a ideologia política dos atores dominantes, cujo papel principal é o de legitimar um regime que assegura a dominação existente como algo natural, ideal e necessária para o bem comum.

Essa ideologia legitimadora não se restringe às relações entre atores dominantes e dominados, ela é fundamental para consolidar as inter-relações entre os próprios atores dominantes e seus aliados.

Desse modo, a legitimação da dominação de um regime, abrange, além das regras legais, um ideologia política que pode ser um instrumento de controle sobre o comportamento político; entretanto, como afirma Brockmann Machado, há uma dificuldade para se diferenciar as leis políticas da ideologia política, pois o sistema legal tende a incorporar aqueles dogmas que são indispensáveis para a manutenção da dominação, bem como para protegê-lo de ameaças.

Os atores dominantes do sistema tendem a difundir sua ideologia política entre todos os membros do sistema para influenciar o processo de socialização política, sua relação com as agências socializadoras é muito parecida com aquela estabelecida com o Estado: quanto mais a ideologia política dos membros dominantes é aceita pelas agências socializadoras e pelos outros membros do sistema, há uma menor necessidade de um

controle direto dos membros dominantes sobre eles e vice-versa; assim, o processo de socialização política pode ou não ser coercitivo, dependendo do grau de conflito de ideologias.

A reprodução bem sucedida da dominação existente, requer a legitimação ideológica, que, por sua vez, requer uma reprodução bem sucedida da ideologia política dos atores dominantes do sistema, através do processo de socialização política, ou de outras dimensões da dominação, como aquelas superestruturais, sócio-econômicas e não ideológicas ( que podem ser os arranjos legais e políticos, ou a compatibilidade mínima de interesses materiais entre dominantes e dominados, ou mesmo as ideologias de ordem religiosa, filosófica, etc).(06)

Caso a ideologia política dos atores dominantes se transformar na ideologia dominante do sistema, o processo de socialização política será equivalente ao processo da ideologia dominante, entretanto, se a ideologia política dos atores dominantes não se transformar na ideologia dominante do sistema, o processo de socialização política, pode reproduzir ideologias conflitantes, e ameaçar, ao invés de ajudar a reprodução da dominação.

---

(06) Embora este raciocínio pudesse ser estendido à outras dimensões, Brockmann Machado deixa claro que sua preocupação principal é apenas com a dimensão política, sua ênfase é na ideologia política e não na ideologia em geral, no sistema político e na dominação política, e não na sociedade e na dominação em geral. Tomamos as afirmações deste autor no nosso trabalho também, já que limitamos nossa preocupação principal de analisar a relação entre as orientações políticas dos estudantes do 2º grau e o atual sistema político brasileiro.



Uma vez que a dominação é estabelecida em um sistema, sua reprodução torna-se uma função de manutenção da "lei e da ordem", e a dominação legitimada passa a depender basicamente do grau de flexibilidade da ideologia política dos atores dominantes para acomodar certos elementos de outras ideologias do sistema e do grau que a ideologia política destes mesmos atores é capaz de atingir, para estabelecer limites com os quais, as outras ideologias do sistema são elaboradas (assim, estas passam a ser para-ideologias e não contra-ideologias).

Se a ideologia política dos dominadores falha em transformar-se na ideologia política do sistema, e se esta falha resulta de conflitos ideológicos, então, o processo de socialização política, através da reprodução de ideologias conflituosas, pode acabar se tornando mais uma ameaça do que um auxílio para a reprodução da dominação.

Na medida em que a ideologia política dos dominadores tende a ser a ideologia política dominante de todo o sistema, é possível concluir que a socialização política, ao reproduzir essa ideologia em cada nova geração de atores do sistema, legitimará essas mesmas relações de poder que explicam o fato de que tal ideologia, e não outra, seja a ideologia dominante do sistema.

Assim, segundo Brockmann Machado, qualquer que seja a base econômica da sociedade e a natureza de suas estruturas de classes, o problema geral da legitimação da dominação política (particularmente em momentos de crise), deve

constituir o objeto principal da análise em estudos da Ciência Política.

A disseminação da ideologia política dos atores dominantes do sistema, consiste em fazer os outros membros perceberem a vida política, e moldarem seu comportamento político de maneira congruente com as exigências da reprodução da dominação, e é possível medir o sucesso da disseminação de uma ideologia pelo grau de expressão de crenças, valores, e atitudes que reforçam a dominação existente; daí a importância de pesquisas de levantamento de opiniões públicas (surveys), que apesar das deficiências, continuam sendo um instrumento importante para analisar o sucesso da disseminação de uma ideologia.

A importância da ideologia política reside em sua capacidade de legitimar uma dominação que, de outra forma, poderia se tornar transparente, e assim, mais difícil de ser mantida. Inversamente, a importância das contra-ideologias, reside em sua capacidade em des-legitimar a dominação, em fazê-la transparente e assim, mais difícil de ser mantida. As contra-ideologias podem fazer isto para estabelecer novas ideologias, que, por sua vez, também necessita da legitimação ideológica para ajudar a sua reprodução.

Quanto mais gradual for o processo através do qual a dominação é estabelecida, maior a dificuldade de se identificar a "paternidade" da ideologia política dominante seguinte. Se, ao

contrário, a dominação se estabelece como resultado de uma revolução bem sucedida, isto torna a identificação auto-evidente.

Segundo Brockmann Machado, os sistemas mais indiferenciados e fechados às influências externas, são os mais homogêneos em termos de cultura, nesse sentido, quanto mais homogênea for a cultura, mais bem sucedido é o processo de socialização e, conseqüentemente, a reprodução do sistema.

No entanto, na medida em que nos afastamos da socialização em sistemas fechados, e nos aproximamos da socialização em sistemas políticos de sociedades capitalistas, o problema se torna cada vez mais complicado, já que, quanto mais aberto for o sistema, mais reduzida fica a nossa capacidade de prever o comportamento de atores com base em informações sobre o processo de socialização; isto se deve ao fato de que estes sistemas constituem sociedades mais abertas às influências externas, e portanto, mais complexas, diferenciadas, fragilmente integradas e repletas de conflitos, o que torna difícil uma avaliação da importância da socialização para a reprodução destes sistemas.

Face a estas afirmações, podemos perguntar então, se os estudos acerca da socialização política nos sistemas abertos poderiam realmente nos ajudar a compreender aspectos importantes de sistemas políticos de sociedades capitalistas. Ao que Brockmann Machado nos responde que isto é possível, desde que abandonemos expectativas exageradamente *behavioristas*, pois o objetivo das pesquisas sobre a socialização política, não pode

ser o de descobrir as origens de cada atitude ou dos valores políticos de cada ator de um sistema, face a cada assunto político.

Assim, especificamos o papel do processo de socialização política nesta pesquisa, quando o relacionamos com os parâmetros macro-estruturais da política e com as atitudes e valores dos estudantes do 2º grau. Dessa forma, podemos viabilizar a re-politização do processo de socialização política, requerido pelos cientistas sociais, ao mesmo tempo em que evitamos o reducionismo psicológico que isola o termo dos referenciais do sistema político. (07)

Enfim, através dos estudos de Brockmann Machado, entendemos que o ponto crucial de qualquer estudo que englobe o processo de socialização política, é a compreensão do processo através do qual a continuidade da ideologia, dominação e legitimação política, persistem, e se reproduzem em um sistema político, e não na mera explicação de comportamentos políticos por si.

---

(07) Nesta questão, concordamos inteiramente com Brockmann Machado, de que o estudo do funcionamento dos sistemas políticos, deve ser re-politizado e abranger aspectos macro-políticos, e não ser meramente reduzido a um estudo de comportamento político de seus membros tomados individualmente, isolados do contexto histórico-político, o que poderia ser facilmente confundido com a produção em massa de biografias políticas individuais ou com uma pretensão reducionista.

## 2 - VALORES, ATITUDES, ORIENTAÇÕES POLITICAS E O SISTEMA DE CRENÇAS POLITICAS

A questão de saber de que maneira os indivíduos definem o que é essencial, a seus olhos, na política, ganha destaque quando percebemos a possibilidade de utilizar tal conhecimento para interpretar ou estabelecer uma ligação entre fenômenos.

Já vimos com Brockmann Machado que as tentativas da Psicologia em compreender o indivíduo isolado, considerando apenas os processos internos, fracassam frente à uma compreensão mais profunda que considere os aspectos macro-políticos em um estudo que envolva a socialização política.

Por outro lado, sabemos que, se considerarmos apenas os processos políticos para a compreensão das orientações políticas de um determinado grupo social, estaremos deixando de lado aspectos internos que são imprescindíveis em um estudo sobre as atitudes que os indivíduos possuem para conduzirem-se na política.

Entendemos que a estratégia de procurar compreender o comportamento político apenas no mundo exterior, nas leis imanentes ao processo de produção e nas relações sociais, pode afastar os sociólogos de seu próprio objeto - o sujeito. Da mesma forma, os psicólogos, por sua vez, ao

descreverem apenas comportamentos restritos no espaço e no tempo, sem considerar a dimensão histórico-social, econômica e política do ser humano, podem cair em um reducionismo biológico naturalista, ou como diz Brockmann Machado, em um extremismo *behaviorista*, que os afastam da natureza histórico-social do próprio homem.

Atualmente, ambas as ciências procuram estratégias que conciliem tanto os fatores objetivos como os subjetivos nos estudos acerca da relação indivíduo-sociedade, os psicólogos procuram buscar subsídios na realidade social para a compreensão do comportamento humano, e a questão da subjetividade vem sendo valorizada no campo das ciências sociais; elementos como opiniões, atitudes, valores e crenças, que referem-se aos processos internos, e, aspectos macro-políticos, culturais, econômicos e históricos, que refletem os processos externos são utilizados cada vez mais em estudos realizados por psicólogos e sociólogos.

De um modo geral, entendemos que as atitudes, opiniões e mesmo as orientações políticas, estão interligadas entre si, através de um processo interno, por um sistema de valores, e estes elementos constituem os comportamentos, disposições, posturas, e expressões específicas, frente à política. Poderíamos desdobrar cada elemento epistemologicamente, por exemplo, sobre valores, Hessen (1980) diz:

"Quando pronunciamos a palavra valor, podemos com ela significar três coisas distintas: a vivência de um valor; a

qualidade de valor de uma coisa; ou a própria idéia de valor em si mesma...todo valor nos é, porém, dado precisamente na nossa consciência dos valores, na vivência que deles temos." (1980, p.38 - 39)

Entretanto, o objetivo desta pesquisa é analisar as atitudes políticas dos estudantes do 2º grau à luz dos acontecimentos políticos atuais, assim, longe de desdobrar epistemologicamente cada elemento que compõe esta relação, precisamos de subsídios teóricos que nos permitam explicar como se dá esta relação. Assim, optamos por utilizar basicamente os estudos de Converse (1970) sobre o sistema de crenças políticas.

Dada a complexidade que envolve termos como atitudes e valores concernentes à política, optamos por este referencial clássico da Ciência Política proposto por Converse, principalmente devido à prioridade que demos ao aspecto político nesta pesquisa.

As convicções políticas, econômicas e sociais dos indivíduos são permeadas de valores e atitudes, a vida humana está construída sobre eles. Estes elementos são assimilados, percebidos, construídos e reconstruídos pelos indivíduos ao longo do processo de socialização em geral, sob a forma daquilo que Converse chama de sistema de crenças políticas.

Segundo Converse, ao longo da vida, os indivíduos se depara com inúmeras idéias e conceitos que vão sendo assimilados ou refutados conforme seus interesses, o que dá

origem à formação de seus próprios valores e idéias que vão sendo hierarquizados em um sistemas de crenças.

O próprio autor explica que o sistema de crenças nunca foi de fácil acesso aos estudos empíricos e de quantificação, pelo contrário, o sistema de crenças de um indivíduo, sempre serviu para mostrar que às vezes, o que é importante nos levantamentos políticos, não pode ser totalmente medido, ou o que pode ser medido, nem sempre é o que importa em levantamentos deste porte.

Um sistema de crenças sempre envolve um "condicionamento"(08) ou interdependência entre opiniões e atitudes políticas, e uma definição do que consiste tais sistemas, pode ser precisamente descrito pelo próprio Converse:

"Definimos um sistema de crenças como uma configuração de idéias e atitudes, na qual tais elementos são dispostos por uma espécie de adesão ou interdependência...estas idéias e atitudes variam de acordo com o papel que exercem dentro do sistema de crenças, e esta variação pode ser chamada de *centralidade* ." (1970, p. 131)

Entendemos que tanto o que Brockmann Machado chama de orientações políticas de estudantes, quanto o que chamamos de

---

(08) A palavra original utilizada por Converse é *constraint*, frequentemente associada à compulsão que os indivíduos sentem, em perceber e manter certas idéias e atitudes. Segundo Converse, tal condicionamento, ou interdependência, pode apresentar diferentes graus no que se refere a sua rigidez, manifestando-se de forma mais ou menos rígida nos indivíduos.



atitudes políticas em nossa pesquisa, são representações resultantes do sistema de crenças políticas.

A relação entre a formação de um sistema de crenças e valores, atitudes, e orientações políticas de um indivíduo e fatores sociais, pode ser inicialmente discutida, quando uma nova informação modifica o status de um deste elementos do sistema de crenças, segundo Converse, isto acarreta necessariamente em alguma outra modificação, que, por sua vez, ao compensar a primeira alteração, acaba por ocasionar outras modificações.

Entretanto, apesar de os indivíduos sofrerem modificações contínuas em seus sistemas de crenças, seus valores são mais resistentes às mudanças, já que estes possuem uma posição central nos sistemas de crenças, e, por esta razão, constituem forças mais difíceis de serem atingidas e modificadas.

De modo semelhante, Brockmann Machado (1980), faz uma série de afirmações a respeito da existência de uma longa cadeia de interdependências, que definem as orientações políticas adquiridas ao longo da vida, ou seja, interdependências que ligam orientações anteriores e posteriores, que são relevantes para qualquer estdo que envolva um comportamento político. Do ponto de vista de Brockmann Machado, as opiniões resultantes desta interdependência originam o apoio político, e podem contribuir para a continuidade do sistema. E é a partir destas afirmações, que podemos ressaltar a importância das atitudes políticas dos indivíduos, nos estudos de socialização política, ou, não seria

possível, por exemplo, demonstrar a grande funcionalidade deste processo nos Estados Unidos.

A dinâmica de um sistema de crenças, depende de fatores sociais, psicológicos ou lógicos, ainda que um fator seja de maior relevância que o outro, como afirma Converse em sua análise:

"Parece claro que, ainda que um sistema de crenças possa parecer logicamente coerente para um indivíduo, as origens de sua adesão são muito menos lógicas do que psicológicas no sentido tradicional - e muito menos psicológicas do que sociais." (1970, p. 133).

Realmente, há poucas porções do sistema de crenças, em que as adesões podem ser consideradas puramente lógicas, por exemplo, "uma pessoa pode não crer que os gastos do governo poderiam aumentar, que a cobrança de impostos poderiam diminuir e ainda assim, o governo poderia obter um balanço orçamentário favorável ao mesmo tempo". (1970, p.133)

Na visão de Converse, a presença de adesões objetivamente lógicas não garante que o indivíduo utilize aquelas de cunho mais subjetivo, estas só serão percebidas, se as idéias centrais ( as utilizadas neste exemplo são: impostos, orçamento e gastos) estiverem contidas no mesmo sistema de crenças. Entretanto, estas idéias não necessariamente fazem parte de um mesmo sistema, ou seja, não há garantias de que isso possa ocorrer realmente, daí o problema em se perceber e explicar as causas puramente lógicas dos indivíduos.

Já as causas psicológicas são mais facilmente percebidas, se relacionarmos as adesões dos indivíduos, com as formas de sistemas de crenças que ele conhece como lógicas, devido às influências familiares, por exemplo, podemos perceber que ele pode basear suas adesões em valores ou posturas rigidamente construídas durante sua convivência com a família. Estes valores sobre o homem e a sociedade, e suas implicações como justiça social, mudanças sociais e diferenças sociais, são centrais como elementos do sistema de crenças de um indivíduo, assim, o que importa é que as famílias têm experimentado e vivenciado formas de sistemas de crenças como se elas fossem lógicas, assim, um sistema segue ao outro naturalmente dentro destes grupos, como num processo de "Darwinismo social." (1970, p. 133)

Um sistema de crenças pode conter idéias opostas ou até mesmo contraditórias entre si do ponto de vista psicológico, entretanto, o indivíduo pode ver estas idéias como logicamente interdependentes, assim, ao mesmo tempo em que defende a igualdade entre os homens, é contrário à permissão do voto para os analfabetos, por exemplo. Nestes casos, ele utiliza seus valores centrais como lei ou justiça natural para justificar a desigualdade entre os homens.

Segundo Converse, as causas ditas sociais das adesões, não ocorrem da mesma forma entre os diversos tipos de configuração de interesses e de informações que caracterizam estruturas sociais peculiares.

Dessa forma, há que se considerar classes, interesses e informações, que caracterizam determinados grupos da estrutura social como um todo, por exemplo:

"considerando que os segmentos mais educados da sociedade possuem melhores condições para analisar idéias e conceitos, e, assim, percebem as próprias incoerências, podemos concluir que os segmentos sociais menos educados vão apresentar um maior número de adesões inconsistentes logicamente concebidas,... portanto, as adesões não ocorrem da mesma forma para os diversos segmentos sociais". (1970, p.135)

As causas sociais podem ser analisadas sob dois prismas:

1) quando analisamos as combinações entre as idéias que foram assimiladas ao longo do tempo, em um sistema de crenças geral (não individual), podemos encontrar posturas que tendem a ocorrer simultaneamente diante de determinados valores, dentro de sistemas de crenças individuais, como esta simultaneidade tem raízes na configuração de interesses e informações, que caracterizam a estrutura particular analisada, há a possibilidade de prever certos comportamentos que ocorrem dentro desta determinada estrutura social,... Converse não descarta a possibilidade de erros em uma análise como esta, entretanto, enfatiza que a frequências de correlações deste tipo é alta, e estão ligadas à estrutura social de forma direta;

2) podemos analisar as causas sociais da adesão política, sob o prisma da criação e difusão dos sistemas de

crenças gerais, como aprendemos com Brockmann Machado, há um número muito reduzido das pessoas envolvidas na criação da ideologia dominante, ou, em outras palavras, nos sistemas de crenças políticas mais gerais, o que estabelece uma relação de dependência entre os amplos segmentos da população, e alguns poucos grupos... a difusão dos sistemas é feita de forma a parecer a mais natural possível para que os demais segmentos incorporem as crenças difundidas sem discutir seus próprios interesses sociais.

Assim, podemos concluir que as idéias e conceitos se organizam em um sistema de crenças não apenas em função de interesses individuais, do portador deste sistema, mas também em função de aspectos sociais; e, a maneira como as informações sociais são transmitidas para a população, exerce uma influência muito forte na construção de sistemas de crenças individuais.

Voltando ao nosso trabalho, devemos esclarecer que o interesse central dos estudos de Converse, não é o de distinguir entre os tipos de informações sociais, lógicas ou psicológicas, e sim sobre o sucesso relativo da transmissão destas informações entre os sistemas de crenças dos indivíduos. Assim, vejamos agora suas propostas para se analisar as consequências da difusão da informação sobre os sistemas de crenças.

Se uma pessoa não tem acesso à informações que forneçam subsídios para os elementos que guarda em seu sistema de crenças, a compreensão do próprio sistema torna-se impraticável,

o questionamento destes elementos, então, é impensável, numa situação de ignorância.

No entanto, se o indivíduo for bem informado, pode estabelecer relações e explicar os motivos que o conduzem a defender certas posturas derivadas dos elementos centrais do seu sistema de crenças.

Comparando-se o segmento da população mais informado com aquele com menos condições de se informar, podemos deduzir, que há uma fragilidade muito maior entre os elementos que compõem os sistemas de crenças do segundo segmento, ora, uma relação débil entre as idéias e conceitos dos indivíduos é extremamente favorável à legitimação da dominação, daí a importância dos estudos de Converse neste trabalho.

Indo mais além destas constatações sobre os sistemas de crenças da população menos informada, Converse analisa estas estruturas e afirma que nestes casos, os valores e orientações que compõem tais sistemas de crenças, transformam-se, e são justificados em termos mais concretos, simples, mágicos, próximos, do que abstratos, complexos, racionais. O que abre espaço para a crença em lideranças carismáticas, valorizadas basicamente pela experiência imediata que o sujeito possui com elementos familiares, religiosos ou profissionais, sem uma reflexão com os elementos sociais.

Neste trabalho, estamos tentando estabelecer relações entre o contexto político nacional, e as atitudes políticas dos estudantes do 2º grau do interior de São Paulo,

neste sentido, consideramos a conceituação teórica de Converse relevante no que se refere à análise entre idéias centrais dos sistemas de crenças dos indivíduos e suas implicações.

### 3 - O PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO POLITICA

Vimos que as atitudes e valores são formados em função de um processo político mais amplo, que gira em torno da luta pelo poder, nesta parte da pesquisa, vamos discutir o processo de aprendizagem, onde a ideologia política é transmitida para os membros dominados dentro do sistema - o processo de socialização política.

Geralmente, quando falamos de um processo de socialização em geral, tendemos a associá-lo somente à obrigatoriedade do desempenho de papéis que são atribuídos sucessivamente aos indivíduos, entretanto, a socialização apresenta também efeitos integrativos, essenciais aos indivíduos, o que o coloca este processo num patamar de interdependência.

Segundo Berger e Luckmann (1974), o homem é submetido ao processo de socialização desde o seu nascimento, e é

através deste processo que ele é introduzido na sociedade. Esta introdução envolve três momentos simultâneos:

1) exteriorização - que ocorre devido a capacidade que o indivíduo possui de manifestar seu próprio ser no mundo social;

2) objetivação - que ocorre em consequência da capacidade que o indivíduo possui para assimilar o mundo como uma realidade objetiva;

3) interiorização - que decorre da capacidade do indivíduo de dar sentido próprio ao mundo objetivo, de dar sentido a realidade social.

Nas palavras de Berger e Luckmann:

" O processo de socialização pode ser definido como a ampla e consistente introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou de um setor dela." (1974, p. 175)

Assim, logo ao nascer, os indivíduos já são inseridos em uma estrutura social definida, caracterizada por fatores significativos para a realidade social específica na qual está inserido. Além disso, vimos que através da criação e manutenção de um sistema de crenças gerais, o mundo social é filtrado para cada indivíduo, de acordo com sua localização na estrutura social.

O que nos interessa saber é que todo processo de socialização envolve uma interiorização de atitudes, valores e papéis que são conferidos aos indivíduos ao longo das interações



sociais, e com os quais os indivíduos vão formando seus sistemas de crenças políticas individuais.

Sobre os agentes responsáveis pela transmissão da socialização, Avelar (1989) diz o seguinte:

"Na aprendizagem dos papéis, há valores gerais, organizados em torno de idéias como justiça, igualdade, liberdade, conservação, mudança, dominação, autoridade, indivíduo, coletividade, etc., que podem levar a disposições gerais e que, nos indivíduos ou grupos sociais, se traduziriam em atitudes e comportamentos sociais e políticos... a aprendizagem é medida por agências de socialização (família, escola, amigos, etc.), dentre as quais, sobretudo, a família parece ser a mais importante. Nela, os valores incorporados aos papéis sociais já estão estruturados na figura da mãe e do pai, só ocorrendo mudanças neste padrão quando outros agentes de socialização secundária atuam sobre o indivíduo." (1989, p. 43)

Especificamente, podemos falar de socialização política, na medida em que esta interiorização de atitudes, valores e papéis, referem-se exclusivamente ao sistema político, mesmo assim, os agentes socializadores seriam diversos, e, além da família, podemos destacar em nosso trabalho, o papel que a escola e a mídia tem sobre o sistema de crenças dos indivíduos.

Como já disse Converse, quanto mais informado for o indivíduo, maior será seu poder de argumentação e de discussão em defesa de seus próprios valores e interesses, e é notório a

influência da escola e da mídia sobre a transmissão de conhecimento. (09)

Para definir o processo de socialização política, utilizamos além dos estudos de Brockmann Machado (1975 e 1980), um estudo sobre valores antidemocráticos e participação política (10).

Utilizando-se dos estudos de Sandoval acêrca do processo de socialização política, Azevedo (1991), apresenta três estágios deste processo, essenciais na orientação do indivíduo através do mundo político:

1) estágio onde o indivíduo adquire sua própria cultura particular e é incentivado a se tornar um membro da comunidade logo no início da vida;

2) estágio onde o indivíduo desenvolve uma consciência a respeito do mundo político e o compreende melhor, em termos de fatos especificamente relacionados a política, podemos dizer que é nesse estágio que se dá a introdução propriamente dita, do indivíduo na cultura política;

---

(09) A este respeito ver os trabalhos de Lazarsfeld (1962 e 1978), Adorno (1965, 1978), Moisés (1992), específicos quanto a relação mídia - socialização; a respeito da relação escola - socialização ver Giroux (1983 e 1987), Foracchi (1977) e Saviani (1986 e 1989).

(10) Trata-se da tese de mestrado de Maria Lúcia Rangel Azevedo, intitulada "Valores Anti-Democráticos e Participação Política de Alunos Universitários do Interior de São Paulo", defendida em 1991 junto ao Departamento de Psicologia Social da PUC - S.P. Esta autora, além de utilizar o trabalho de Brockmann Machado (1975), também utiliza os estudos de Sandoval (1971), os quais não tínhamos conhecimento, sobre o processo de socialização política, o que acrescentou nossa noção sobre este processo.

3) estágio no qual o indivíduo atua em termos políticos, deixa de exercer um papel passivo no processo de socialização, para exercer o papel ativo, como participante do sistema político.

Segundo Salvador (1991), é no terceiro estágio que o indivíduo obtém uma compreensão mais profunda dos fatos que constituem o sistema político, pois nesta fase, ele vive as experiências de socialização que aprendeu nas fases anteriores, e esse é o momento de confrontá-las com a realidade política.

A partir destas discussões em torno dos aspectos macro-políticos, do sistema de crenças políticas e do processo de socialização política, entendemos que antes de tudo, um estudo sobre opiniões políticas deve abranger a compreensão do processo através do qual a continuidade da ideologia, dominação e legitimação política persiste e se reproduz em um sistema político, assim, no próximo capítulo abordamos as discussões em torno do sistema político brasileiro.

## CAPITULO II

### ALGUNS APONTAMENTOS EM TORNO DO SISTEMA POLITICO BRASILEIRO ATUAL

Importantes transformações ocorridas na sociedade brasileira acabaram por introduzir alterações no cotidiano da população brasileira em geral, no que tange aos adolescentes, estudantes ou não, a grande mudança ocorreu em 1988, quando a uma parcela deste segmento da população (16 a 18 anos), foi concedido o direito do voto.

Neste capítulo, procuramos apresentar algumas idéias que nos oferecesse subsídios para a compreensão de teorias e táticas da atividade política que levaram o país à situação política atual.

Inicialmente abordaremos a história política recente do país, indicando aspectos essenciais do contexto político, econômico e social brasileiro dos últimos 30 anos.

A partir da montagem do atual cenário político brasileiro, passamos a discutir alguns aspectos políticos diretamente relacionados a expansão e qualidade de ensino,

especialmente no que concerne ao 2º grau. Além disso, devemos caracterizar o contexto sócio-econômico e político ao qual os sujeitos desta pesquisa estão diretamente inseridos, enfocando as movimentações políticas locais que caracterizam a cidade de Presidente Prudente.

## 1 - Evolução política do Brasil nos últimos 30 anos

Recapitulando o que discutimos anteriormente, a reprodução da dominação em qualquer sistema político, requer mais do que a legitimação lógica, e, conseqüentemente, o papel da socialização política neste caso,, não deve ser subestimado.

Qualquer sistema político, independentemente de quem estabelece a dominação sobre quem, pode persistir somente sobre o processo de socialização: eles sempre criam e mantêm um sistema legal e até mesmo aparatos repressivos, que protegem, através da força ou propaganda, a reprodução da dominação, quando o processo de socialização política não dá conta de legitimar a dominação através da ideologia política.

No caso do Brasil, em termos gerais, Brockmann Machado afirma que no final de 1963, ficou aparente que a fraca burguesia brasileira, falhou ao tentar difundir por si mesma, sua liderança política e econômica no país.

A nível econômico, o Brasil estava face a uma crise profunda: estagnação da economia, altos índices de inflação, classe trabalhadora urbana insatisfeita com os salários, e um processo crescente de mobilização social.

A demanda burguesa necessitava da estabilização econômica, com o controle irrestrito sobre o salário dos trabalhadores, o que, por sua vez, requeria um controle sobre o poder do Estado, e o populismo de Kubitschek decaía a olhos vistos.

Em resumo, o que se via no país era o medo que as classes alta e média-alta apresentavam face às reivindicações e movimentos sociais propostos e encabeçados principalmente pelos líderes, organizações, e partidos políticos de oposição.

Diante deste quadro, a classe latifundiária, aderiu ao medo, na medida em que se sentiu ameaçada pelas mobilizações da classe trabalhadora rural que clamava por reformas agrárias.

Finalmente, havia uma classe média urbana, que, castigada pela inflação crescente e, incapaz de assumir um papel político autônomo, apelava à intervenção militar para sanar todos os problemas do país, através da ordem.

No início de 1964, este quadro de evidente conflito social se agravou, e o poder executivo se viu incapaz de impôr-se como força moderadora entre as forças políticas conservadoras e progressistas, o que contribuía para aumentar os rumores sobre mobilizações armadas dos dois grupos.

Para os militares, era evidente que este suposto acirramento de forças resultaria num colapso da sociedade, que não poderia ser restaurado através das regras legais do Estado. Assim, o exército, inaugurando uma doutrina de segurança nacional, interviu no Estado, apoiado pelas outras forças armadas, e pelos grupos políticos conservadores, o que deu início a uma nova fase política brasileira: um governo autoritário, controlado diretamente pelas instituições militares.

Politicamente falando, o que ocorreu foi a adoção de um plano rigoroso de desmobilização social, que visava inicial e principalmente, a exclusão das massa populares, dos líderes, e dos membros de partidos contrários aos conservadores, da participação política. (11)

A partir desta intervenção militar, a ideologia manifesta, apresentada pelo governo militar, concentrou-se

---

(11) Discutindo a desmobilização política feminina, Avelar (1989), comenta que a quebra do regime democrático representativo, via instauração do regime burocrático autoritário, desmobilizou diferentes grupos e estratos sociais, ao qual podemos acrescentar a classe estudantil também; mais adiante, discutiremos inclusive a tentativa do governo militar em ajustar as orientações e expectativas dos estudantes em particular, à nova realidade do sistema político por eles implantada.

basicamente nas palavras "desenvolvimento" e "segurança", e, com estes temas, o governo militar prometia a restauração da democracia ao mesmo tempo em que adotava medidas autoritárias.

Podemos ilustrar a arbitrariedade deste governo através de um exemplo citado por Brockmann Machado, sobre os argumentos que afastaram João Goulart da presidência da República :

"Na análise dos militares, o presidente João Goulart, era favorável à agitação pública, à infiltração de agentes do comunismo internacional no Brasil, à subversão, anarquia, greves e ao caos total, e, como tal, deveria ser excluído do poder do Estado." (1975, p.94)

Em 1968, o governo militar radicalizou ao adotar medidas extremamente autoritárias como o fechamento do Congresso e a suspensão temporária de todos os direitos civis, com o objetivo de eliminar a insatisfação reinante que a imprensa, o Congresso, as universidades, e os sindicatos apresentavam pela primeira vez, depois de instalado o governo militar, através de demonstrações públicas.

Analogamente à repressão à participação política, no final de 1968, o governo militar apresentou dados em que tornava visível a recuperação da economia do país, e, apesar das dúvidas em torno da veracidade desta informações, foi este o principal fator que favoreceu a legitimação da ideologia política deste governo.



Sob o pretexto do "desenvolvimento" e da "proteção da democracia", o governo militar se apoiou em estatísticas econômicas, administração essencialmente técnica e em mecanismos de controle, para limitar e controlar a participação política da população brasileira.

A anti-subversão era utilizada como justificativa para o governo acionar os mecanismos de controle, entre os quais podemos citar a criação da Agência Nacional de notícias, que controlava os meios de comunicação social, e os cursos cívicos obrigatórios que começaram a vigorar em todas as escolas brasileiras em 1969.

A afirmação de Jaguaribe confirma o sucesso da dominação que se instalou no país durante o regime militar:

"O controle integral do Estado pelos militares e sua auto-legitimação pelos Atos Institucionais, constituíram o mais formidável reforço do poder público central, jamais experimentado no Brasil, resultando em haver equipado o governo com meios coercitivos dificilmente iguais nos regimes mais autoritários." (1979, p. 40)

As orientações difundidas para justificar a ideologia tecnocrata podem ser resumidas nas seguintes afirmações:

- movimentos, partidos e profissionais políticos, eleições e debates públicos, são coisas do passado;
- o novo tempo requer os cálculos e a eficiência da

administração burocrática e impessoal, que não podem ser perturbadas por discursos ou outras formas de expressão não científicas;

- para promover o desenvolvimento, o Estado deve estar isolado das pressões da sociedade e de todos os canais clássicos de participação popular.

Se voltarmos às discussões sobre o processo de socialização política, podemos dizer que todas estas afirmações, constituem medidas de socialização, e, para assegurá-las, o Estado cuidou de incluir uma lei intitulada "Lei de Segurança Nacional", para legitimar o regime militar.

Entretanto, o grande problema da legitimação do regime militar, foi a retórica da anti-subversão, que, apesar de ser eficaz em momentos de crise, não pode disfarçar por muito tempo, a contradição óbvia que existe entre a defesa de valores democráticos e a implementação de regras autoritárias.

Assim, o que sustentou por mais tempo o regime militar no Brasil, foi a retórica do desenvolvimento, baseada principalmente na ideologia tecnocrata, que conseguiu constituir uma ideologia política para a legitimação das práticas autoritárias, devido à substituição da noção de participação pela noção de eficiência.

Segundo Furtado (1984):

"O autoritarismo político, ao neutralizar todas as formas de resistência dos excluídos, exacerbou as tendências anti-sociais do desenvolvimento mimético. E, se por um lado favoreceu os interesses criados da área econômica, por outro, propiciou o descolamento da esfera política, que adquiriu crescente autonomia de decisão sob a forma de poder tecnocrático." (1984, p.12)

Na análise de Brockmann Machado, os limites econômicos da retórica do desenvolvimento, representaram as bases materiais da dominação (aquelas que geralmente são omitidas pelos atores políticos dominantes).

No caso do Brasil, apesar da expansão econômica no período imediatamente posterior à intervenção militar, e do melhoramento moderado da média de renda da população neste período, ocorreu também um grande crescimento da desigualdade na distribuição de renda, por esta razão, a retórica do desenvolvimento, não encontrou uma condição econômica para uma reprodução bem sucedida da dominação autoritária.

O melhoramento moderado deste período, resultou na multiplicação dos estratos sociais e ampliou o sentimento de cidadania e a reivindicação de igualdade no que se refere ao poder político, nas palavras de Avelar:

"De 1974 em diante, verificou-se um relativo revigoramento político da população, que podia ser avaliado, em termos de insatisfação com o regime, pelas vitórias crescentes do partido de oposição. Naquele período, novas formas de

participação surgiram, e por várias razões. Houve modernização econômica, a infra-estrutura econômica expandiu-se, o quadro das ocupações foi transformado, e aos poucos, a estrutura social adquiriu outro perfil com os novos contornos da vida urbana."(1989, p.15-16)

Em termos de política econômica, podemos dividir o governo militar em 4 fases distintas de acordo com Abreu e Carneiro (1994):

1) governo Castelo Branco - fase de maior expansão da política econômica, com a introdução de reformas para combater a inflação, recuperar a estabilidade e o crédito interno e externo, com a finalidade de lançar bases para um desenvolvimento econômico duradouro;

2) governos Costa e Silva e Médici - fase de implementação de uma estratégia de crescimento baseada no endividamento externo, de colheita dos frutos das reformas do governo anterior (em 1964, a inflação anual ameaçava ultrapassar três dígitos, já em 1967, caiu para 24% ao ano, e chegou a 15% em 1973), e altas taxas de crescimento (mais de 10% ao ano de 1967 a 1973) que acompanhavam um período de expansão econômica mundial;

3) governo Geisel - pressionado pela primeira crise do petróleo (quando a OPEP quadruplicou o preço do petróleo no final de 1973), houve um aumento no endividamento externo, a inflação subiu, (chegando a 40% ao ano em 1978), e mesmo a 6% ao ano, as taxas de crescimento econômico continuaram crescendo;

4) governo Figueiredo - herdou a pior fase econômica do país, que coincidiu com uma crise internacional devido ao segundo choque do petróleo e da escalada dos juros internacionais, em 1981 a inflação chegou a 100% ao ano, e em 1983, alcançou os 200%, mesmo assim, este governo levou a cabo os investimentos anteriores, o que levou a um superávit comercial recorde em 1984 e resolveu potencialmente o impasse da dívida externa, e a economia voltou a crescer na ordem de 4,5% ao ano em 1984.

Como adiantamos anteriormente, a partir de 1974, houve um revigoramento na esfera política, e é evidente que este revigoramento deu-se devido ao crescimento econômico da época, que, como assinala Avelar (1989), levou os diferentes segmentos da população, a ter outras percepções da realidade, entre elas o aumento do sentimento de cidadania, que os impelia a reivindicação de princípios mais igualitários.

Na análise de Lamounier (1994), as principais características do processo brasileiro de redemocratização foram:

- um gradualismo extremo;
- seu caráter experimental; e
- a incerteza quanto aos seus rumos e até mesmo quanto a sua continuidade.

Em meados de 1973, usando terminologias imprecisas, o general Ernesto Geisel, expressou sua intenção de introduzir medidas "liberalizantes", segundo Malia (in Lamounier: 1994), o uso deste tipo de discurso impreciso, está

mais para "oxigenar o sistema", do que para iniciar um processo de mudanças.

A questão era que:

"As mesmas práticas e conceitos que asseguravam a coesão do regime contra seus "inimigos", isolavam politicamente o governo que o encarnava, estabelecendo uma rigidez dificilmente superável no trato com as elites civis e uma desautorização quase automática de interlocutores externos que eventualmente buscassem o diálogo político com o governo." (Lamounier, 1994, p.71).

Diante das expectativas obviamente não-satisfeitas do controle da inflação e de maiores benefícios para a população, e para afastar o risco de isolamento político, o governo adotou três medidas principais que caracterizaram o primeiro passo para a "abertura política":

- 1) liberalização gradativa da imprensa;
- 2) revitalização dos partidos e do processo eleitoral;
- 3) contenção dos órgãos repressivos.

Com a adoção destas medidas, o governo visava desvincular a legitimidade política do desempenho econômico, como vimos anteriormente, o sucesso inicial do regime militar era sustentado principalmente pela retórica do desenvolvimento.

Entretanto, o que se viu em 1974, foi a derrota do partido do governo (ARENA) para o MDB, o que tornava evidente o descontentamento de vários segmentos da população com o

desempenho econômico do governo militar, principalmente no que se refere às promessas de maiores benefícios para todos, e que acarretou em uma revitalização política.

O restabelecimento quase total da liberdade de imprensa deu-se entre 1978 e 1979, com o governo Figueiredo, que também promulgou a anistia em agosto de 1979 e permitiu a reforma partidária no mesmo ano. Entre outras coisas, estas medidas visavam prolongar a estratégia gradual de redemocratização, a fragmentação do MDB, e a redução da importância das eleições como foco de união entre as oposições ao regime militar.

Desejoso de levar a fragmentação da oposição às últimas circunstâncias, o governo militar estabelece a obrigatoriedade do voto vinculado nas eleições de 1982; entretanto, os resultados mostravam que o processo eleitoral continuava praticamente bipartidário, e os partidos de oposição elegeram 10 dos 22 governadores.

Não havia qualquer disposição por parte de qualquer partido em compartilhar a responsabilidade do agravamento da situação econômica, assim, o que se viu foi na década de 80 foi um debilitamento das lideranças políticas em geral.

Em 1984, o país conseguiu sair da profunda recessão, e, com a retomada do crescimento econômico (apesar da agonia do regime militar e do desgaste das lideranças da oposição), a população saiu às ruas para pedir "Diretas Já", apoiadas por uma heterogeneidade de partidos políticos.

A partir de 1985, segundo a análise de Lamounier houve uma "reconfiguração do imaginário ideológico", que trazia interpretações diferentes sobre o recém concluído processo de transição. De um lado a "aliança democrática" (PMDB-PFL), de caráter situacionista, de outro o PDS, que fazia uma oposição à direita e ainda havia a oposição à esquerda, encabeçada principalmente pelo PT.

As diferentes interpretações políticas, seguiu-se o fato de que os partidos em geral passaram a adotar tonalidades populistas (12), inclusive a esquerda, assumindo discursos democráticos, com interesses eleitorais. Fernando Collor, por exemplo, abusou de termos populistas em sua campanha à presidência da república em 1989, ao prometer combater as "elites", personificada pelos marajás em sua campanha.

Segundo Simonsen (in Lamounier, 1994), em termos de política econômica, o que se seguiu durante a Nova República foi uma "comédia de erros": Plano Cruzados, Plano Bresser, Plano Verão...que foram frustrados em estabilizar a economia do país. Sobre o governo Collor, este autor chama sua política econômica de maniaco-depressiva, devido ao brutal confisco de bens ativos e do início do processo de liberação das importações e das privatizações:

---

(12) Aqui, o termo "populista" abrange principalmente a idéia de que em uma sociedade há uma entidade "boa" - o povo - e outra "má" - a elite; segundo Lamounier, este é o sentido russo do termo. (1994, p.88)



"O governo Itamar Franco começou numa linha populista para alcançar seu momento de glória com o Plano Real." (in Lamounier, 1994, p.XI)

Ainda segundo Simonsen, é cedo para avaliar o destino deste plano de estabilização, mas com certeza ele é o mais articulado desde o governo Castelo Branco.

Em termos políticos, o que se viu após o retorno ao governo civil, foi o que Lamounier chama de "síndrome da paralisia hiperativa" (1994, p.98), que assolou o sistema político brasileiro, e foi causada principalmente pela morte de Tancredo Neves em 1985, seguida da queda de prestígio de Sarney (devido ao fracasso do Plano Cruzado), e da decepção que culminou no *impeachment* de Collor.

Em resumo, a etapa final da transição do regime militar para o regime civil, deu-se sob condições econômicas extremamente adversas, o que ocasionou o debilitamento e o desgaste das lideranças políticas e produziu inseguranças e incertezas em relação a própria legitimidade da classe política. Por sua vez, a classe política tratou de compensar estas inseguranças, via proliferação de iniciativas, ignorando a desagregação das forças políticas, assim, sem mecanismos eficazes para articular e agregar preferências, o resultado foi a extrema morosidade do processo de redemocratização do país.

Entendemos que grande parte destas dificuldades políticas que ocorreram entre a década de 80 e o começo de 90, foram causadas pelo uso de mecanismos clientelistas e de cunho

provisórios para a coordenação do regime civil. Esta prática, de raízes profundas no sistema político brasileiro, não desaparecerá de uma hora para outra, mas, na análise de Lamounier, a solução está nas mudanças comportamentais (no Executivo e no Legislativo) e na concretização de reformas políticas que suprimam gradativamente estes mecanismos.

Analogamente às dificuldades políticas, houve uma participação e debates públicos sem precedentes no país (vide a campanha pelas "Diretas Já", a Constituinte de 1987-88, e o plebiscito de 1993 sobre o sistema de governo), daí o nome "síndrome da paralisia hiperativa" que Lamounier dá à atuação do sistema político brasileiro no período entre os anos 80, e o começo dos anos 90.

Apesar desta síndrome, ou mesmo das ambigüidades do sistema político brasileiro, o processo de reconstrução do regime democrático-representativo se instalou no Brasil; e, ainda que sua consolidação requeira mudanças em nossa cultura política, principalmente no que se refere à ética da esfera pública, o fato é que mesmo sob condições adversas, como o alto índice de pobreza e de desigualdade de renda, "podemos afirmar que a democracia é hoje um valor compartilhado em praticamente toda a extensão do espectro ideológico." (Lamounier, 1994, p.101)

Na sequência, vejamos como a relação entre o sistema político brasileiro e o processo educativo tem-se dado, especificamente no que concerne ao ensino de 2º grau.

## 2 - NOTAS SOBRE O ENSINO DE 2º GRAU NO BRASIL

Em 1973, a questão de Brockmann Machado era analisar, em que medida, o regime militar afetava a memória política dos adolescentes que cursavam o *high school* (7ª e 8ª séries do 1º grau, e 1ª série do 2º grau), do segmento da população que ele chama de "filhos do autoritarismo", devido principalmente à implantação da obrigatoriedade de cursos cívicos em todas as escolas brasileiras.

Nesta pesquisa, a questão é estudar as atitudes políticas dos "filhos da abertura política", estudantes da 3ª série do 2º grau, nascidos em pleno período de transição do regime autoritário, o que nos levou a realizar uma breve análise do processo educacional no Brasil, especialmente no que concerne ao ensino de 2º grau.

Até hoje, discute-se de que instância administrativa é a responsabilidade de legislar e promover o desenvolvimento nos diferentes níveis de ensino, e, no que se refere ao ensino de 1º e 2º graus, a responsabilidade sempre recaiu sobre os estados.

No curso da expansão e reorientação do sistema educacional no Brasil, chama a atenção, o fato de que após a II Guerra Mundial, ter havido um crescimento acelerado de todos os

níveis educacionais, com ênfases diferentes nos diversos períodos que se seguiram.

A expansão quantitativa começou pela base, principalmente nas décadas de 50 e 60, quando houve uma multiplicação de matrículas no ensino primário, e o índice de crescimento atingiu os 100%. Na análise de Paiva (1990), tais índices foram possíveis graças à urbanização intensa e ao crescimento desordenado de favelas nas periferias dos grandes centros, que serviram de catalisadores para uma forte repolitização do tema da educação, graças as idéias difundidas de que educação e democracia estavam intimamente ligadas.(13)

Os recursos federais se concentraram sobre o ensino primário, e o crescimento do secundário foi fundamentalmente privado, este nível de ensino atuava principalmente como um funil que restringia o acesso ao ensino superior.

Entretanto, a notável expansão do ensino primário, criou pressões para que os governos estaduais assumissem a responsabilidade e ampliasse o ensino secundário, o que conduziu a uma estadualização deste nível, a partir dos anos 60.

A hegemonia da rede privada, em número de estabelecimentos do ensino médio, tem seu ponto maior na década

---

(13) Segundo Paiva (1990), os regimes pré-64 e pós-83, colocaram sua ênfase sobre a democratização das oportunidades no ensino primário, o crescimento do ensino secundário é um dado relativamente novo, decorrente nas três últimas décadas, este crescimento deve-se principalmente à ênfase do regime militar na expansão do ensino superior.

de 40, até que na década de 80, a rede pública passa a ter uma discreta superioridade numérica, que hoje gira em torno de 56%. Paralelamente, o ensino fundamental, ou de 1º grau, tem um índice de participação estatal em torno de 90% ,e, no ensino superior de nível universitário, o índice de participação estatal gira em torno de 60%; entretanto, no setor de estabelecimentos de ensino superior não-universitários, o índice de participação privada agiganta-se com 76%.(14)

Voltando ao ensino do 2º grau, em 1961, a LDB equiparou os cursos profissionais e propedêuticos, para fins de acesso ao ensino superior, e, a partir daí, foram atribuídas duas funções básicas ao ensino do 2º grau:

- 1) propedêutica - prepara o estudante para o ensino superior, é considerada transitiva para o nível imediatamente subsequente;
- 2) profissionalizante - prepara o estudante para funções no mercado de trabalho, é considerada técnica.(15)

Segundo Kawamura (1990), de um modo geral, após 1964, a perspectiva tecnocrática refletiu no sistema educacional brasileiro com o propósito maior de formar trabalhadores competentes e cidadãos integrados ao projeto econômico e social. Nas palavras da autora, a preocupação básica do Estado era:

---

(14) Dados retirados do estudo de Cury, (1991).

(15) A respeito das funções atribuídas ao ensino do 2º grau, ver Machado (1989), Pilletti (1988), Horta (1982) e Silva (1969).

"adequar os recursos educacionais às propostas desenvolvimentistas no sentido da integração no capitalismo monopolista via internalização do mercado brasileiro. As reformas educacionais contêm essa preocupação na medida em que subordinam os objetivos, métodos, currículos, áreas de ensino etc., aos projetos e cálculos econômicos. Entende-se como objetivo fundamental a formação de recursos humanos." (1990, p.43)

Sob o espírito tecnicista, o ensino do 2º grau manteve sua dualidade de funções durante o regime militar, e os estudos sobre o que mantém e constitui este caráter dualista seguem gerando discussões atuais.

Quanto a perspectiva de igualdade de oportunidades, há autores como Cury (1991), que, ao se referir ao dualismo embutido no ensino do 2º grau, afirmam que esta política implica em uma desigualdade econômica, evidenciado pelo controle das diferenças:

"Para os cidadãos de primeira grandeza, é reservada a totalidade de direitos sócio-políticos (ressalvados os tempos de ditadura); para os trabalhadores organizados, em geral, a dura conquista da cidadania "regulada", com respaldo do conjunto dos direitos previdenciários e sociais; para os demais de "segunda classe", uma visão de "incapazes e menores", carecendo de tutela no campo político, tutela no campo da distribuição de recursos, cuja expressão se manifesta em formas compensatórias de assistência social." (1991, p.48)

Apesar do discreto predomínio estatal no ensino do 2º grau, nas grandes áreas metropolitanas há uma forte concentração da iniciativa privada, sobretudo de cursinhos pré-vestibulares, e, podemos atribuir esta lógica da educação empresarial à ausência de uma política educacional voltada para a consolidação de uma rede pública de qualidade.

Este descaso do poder público com o ensino de 2º grau, evidenciado principalmente pelos salários humilhantes dos professores, e do alto índice de evasão e de repetência dos alunos, pode ser interpretado como uma forma de manter o segmento (majoritário) da população que utiliza a rede pública, socialmente dominado e culturalmente pouco exigente.

Estas considerações constiuíram grande parte das discussões em torno do currículo do ensino de 2º grau promovido pelo Conselho Federal de Educação em 1986, que não poupou críticas à política educacional privativista que vinha sendo desenvolvida desde o início do governo militar.

Entretanto, apesar de aprovar uma resolução reformulando o núcleo do ensino de 1º e 2º graus, o Conselho Federal de Educação em nada ajudou para combater os interesses e conflitos contidos especificamente na política do 2º grau, ao manter, por exemplo, a disciplina de Organização Social e Política do Brasil (Educação Moral e Cívica do 2º grau).

A este respeito, o governo Sarney também recomendou a inclusão da disciplina de Filosofia no ensino do 2º grau, que, na análise de Cunha (1991), "poderia assumir o lugar

daquelas especializadas na difusão das ideologias moralistas, individualistas, religiosas e conservadoras" (p. 283), já que os estudantes resistiam ao ensino religioso e previa-se o breve fim dos cursos cívicos, o que acabou realmente acontecendo apenas no governo Collor, no final de 1990.

Seguindo um outro tipo de interpretação a respeito do descaso do poder público quanto ao ensino do 2º grau, Martins (1991), privilegia uma análise sobre o público e o privado no setor educacional em que afirma:

"Essa atitude com relação ao ensino público é manipulada de forma hábil e oportunista pelos responsáveis da rede privada, com o fim de auto-eleger os seus estabelecimentos e as suas condições de funcionamento como o padrão legítimo de ensino, que, segundo esta percepção, jamais seria atingido pela rede pública. Ao construir um discurso que desqualifica a educação pública, os responsáveis pelos estabelecimentos privados procuram legitimar-se no campo educacional e, através dessa elaboração e das práticas a ela ajustadas, visam a aumentar seu raio de influência e de atuação." (1991, p.6-7)

Enfim, a consideração de todas estas implicações que regem a política do ensino do 2º grau no país, deve-se ao fato de que, nesta pesquisa, abordamos apenas as opiniões políticas dos estudantes deste nível, daí a necessidade de se relacionar este setor com os parâmetros macro-políticos da sociedade brasileira.



### 3 - PRESIDENTE PRUDENTE : ORIGEM E EVOLUÇÃO HISTÓRICO-POLÍTICA

Situada no extremo oeste do estado de São Paulo, Presidente Prudente foi fundada em 1921 por dois coronéis - Marcondes e Goulart (16), que vieram para a região com o objetivo de defender seus interesses particulares ligados ao comércio de terras locais. A região era constituída por uma área de 20.000 km<sup>2</sup> que correspondia a 8% do estado, sua expansão começou com a necessidade de abastecer em gêneros e instrumentos de trabalho aqueles que vieram trabalhar ou comprar as terras locais.

Até a década de 30, a vida da cidade foi controlada pelos dois coronéis fundadores, num jogo de forças pessoais, o sucesso político destes coronéis devia-se à valorização que o Estado dava ao coronelismo (17).

A partir da década de 30 até os anos 60, Abreu (1972), assinala o início da "fase política do populismo" na cidade, em substituição à "fase política do coronelismo". A nova fase se caracterizava por líderes embasados principalmente no assistencialismo, na mediação, na dependência do Estado e no relacionamento simpático com os eleitores. Prevaleceu a liderança

---

(16) Segundo Nunes Leal (1948), o termo "coronel" vem de Coronel da Guarda Nacional (fundada em 1831), mas começou a ser dado pelos sertanejos a todo e qualquer chefe político.

(17) O coronelismo é concebido por Nunes Leal como uma forma peculiar de manifestação do poder político, onde há compromisso de troca de proveitos entre o poder público e a influência social dos chefes locais que geralmente são proprietários de terras.

dos políticos que herdaram o prestígio dos coronéis, e que faziam parte da elite econômica da cidade, assim, mesmo dando privilégio aos interesses de sua classe econômica, eles procurava atender as necessidades da população de modo a ampliar sua popularidade com a massa eleitoral.

Após a administração francamente desenvolvimentista que Kubitschek imprimiu a nível nacional em meados de 50, o país em geral sofreu grandes mudanças em suas estruturas sócio econômicas. Houve uma crescente urbanização em todo o território nacional decorrente da intensificação do ritmo da industrialização e da pretensa modernização do país com a instalação de grandes empresas, inclusive as de capital estrangeiro.

A economia de Presidente Prudente também sofreu mudanças, a cidade criada para abastecer em gêneros, instrumentos de trabalho e prestação de serviços aos compradores de terra, acaba consolidando-se no setor terciário, devido ao recuo do setor primário. No início de 1960, a população predominantemente rural diminui em relação à urbana e a agricultura voltada inicialmente ao café é substituída pelo algodão e amendoim, que posteriormente cede lugar à pecuária, que até hoje é o elemento mais forte do campo prudentino.

O poder político dos populistas foi diminuindo na medida em que estas mudanças sócio-econômicas ocorriam, e acabou sendo substituído a partir de 1973, pela "fase política dos empresários" que segue até hoje.

Segundo Abreu (1986), nesta terceira fase, os líderes políticos têm suas imagens intimamente ligadas ao perfil de empresários competentes e realizadores, que seduzem o eleitorado com projetos de modernização, desenvolvimento econômico e promessas de incrementação industrial.

Ao analisar a história política da cidade, Lamounier (1978), afirma que os eleitores da cidade baseiam-se mais na credibilidade pessoal dos políticos do que em suas propostas para efetuarem seus votos, e confirma a afirmação de Abreu de que os líderes políticos da cidade são aqueles que têm uma imagem relacionada ao sucesso empresarial.

Nas palavras de Lamounier, o sucesso desta fase política deveu-se principalmente "...à inexistência de um contingente mais significativo de operários industriais, à quase total rarefação de associações autônomas, sindicais ou de outra natureza, e até mesmo à pouca especificidade da vida estudantil, pouco diferenciada das demais áreas de atividade em Presidente Prudente." (1978, p.09)

Segundo Mello (18), a pecuarização do campo prudentino reduziu o número de pequenos proprietários cuja produção é geralmente feita com muita mão-de-obra, e aumentou a concentração de terras na mão de poucos, o que contribuiu para o

---

(18) Trata-se do professor doutor Jayro Gonçalves de Mello, professor do Depto de Geografia Humana da UNESP, campus de Pres. Prudente, que entrevistamos em 28-08-92 para obter complementações a respeito da formação histórico-política da cidade.

surgimento de um espaço sócio-econômico e cultural favorável à ideologia dos proprietários de terras, que representam os líderes políticos da fase política dos empresários.

Em 1982, ocorreu uma interrupção desta fase política, com a eleição de um representante do PMDB, partido de tradição oposicionista que não parecia atrelado às forças conservadoras da cidade.

Esta interrupção deveu-se principalmente à obrigatoriedade do voto vinculado, que, segundo Lamounier (1994), foi uma das últimas manobras do governo militar para adiar o processo de redemocratização no país, e que culminou com a vitória de 10 governadores da oposição, entre eles, Franco Montoro, de São Paulo.

Na verdade, o país inteiro passou por uma transformação política no final da década de 70, devido ao enfraquecimento da política dos militares, e ao desencantamento frente ao milagre econômico. Neste período, aumentaram as pressões da sociedade em relação à abertura política e à desvinculação do sindicalismo da paternidade do governo, o que gerou movimentos sindicais, que culminaram na inédita formação de um partido político dos trabalhadores - o PT.

Assim, mesmo com a obrigação do voto vinculado, consideramos também todo um processo de pressões ao governo militar, e a tese de fluidez do comportamento eleitoral da cidade, que Lamounier (1978 e 1994) ressaltou em sua análise para uma explicação da vitória do PMDB em 1982.

A vitória do PMDB não produziu grandes mudanças no quadro político da cidade, segundo uma análise de Spósito (19), quando o representante do PMDB assumiu a prefeitura, ficou sujeito a todos os tipos de pressões, pois frente ao avanço da oposição que se organizava, as forças conservadoras reagiam.

Assim, se por um lado, a ala mais progressista do partido conseguiu implantar alguns avanços, principalmente no setor da Educação, priorizando a qualificação do pessoal, e colocando em discussão novas propostas pedagógicas, por outro lado, as forças conservadoras fizeram com que o prefeito não tomasse as decisões políticas para que ocorressem mudanças necessárias em outros setores.

Spósito classifica o governo do PMDB na cidade de "acomodado", pois não constituiu uma administração de grandes obras como a dos empresários, nem uma administração de mudanças políticas como se previa para um governo de oposição, o que acabou deixando um vazio devido a ausência de decisões políticas que poderiam modificar o quadro político predominantemente conservador da cidade.

As eleições de 1988 e 1992, confirmam a volta dos empresários no poder político local, que conduziram suas campanhas explorando suas imagens de triunfadores econômicos e

---

(19) Trata-se da prof<sup>a</sup> dra Maria Encarnação B. Spósito, professora do Depto de Geografia Humana da UNESP, campus de Pres. Prudente, que entrevistamos em 15-09-92, para obter complementações a respeito da formação histórico-política da cidade.

ênfatizando promessas difusas de "progresso", "modernidade" e assistencialismo.(20)

Considerando-se a formaç3o e a evoluç3o hist3rica e pol3tica de Presidente Prudente, podemos afirmar que sua hist3ria pol3tica baseia-se principalmente nos elementos de maior projeç3o social da cidade - os propriet3rios de terras, e os empres3rios que atualmente representam as forç3as economicamente poderosas da cidade.

Estes elementos sempre dominaram a pol3tica local direta ou indiretamente, atuando decisivamente no apoio de candidatos que representam seus interesses, ou mesmo interferindo nas administraç3es "oposicionistas".

Outros fatores como o esvaziamento do campo devido ao predom3nio da pecu3ria, e a localizaç3o geogr3fica da cidade nas proximidades das fronteiras estaduais com o Mato Grosso do Sul e com o Paran3, fazem de Presidente Prudente um ponto de passagem do processo migrat3rio, o que torna dif3cil o desenvolvimento de um esp3rito de comunidade que repercute na formaç3o da consci3ncia de cidadania.

---

(20) A respeito da campanha em torno das eleiç3es municipais de 1988, ver Menin, M.S.D.S. "A CONSTRUÇ3O DA DEMOCRACIA E A ESCOLA - UM ESTUDO SOBRE REPRESENTAÇ3ES POLITICAS E INTERAÇ3ES VERBAIS NO 2º GRAU": tese de doutorado - Instituto de Psicologia/USP; sobre a campanha das eleiç3es de 1992, ver Takahashi, E.E. "FORMAÇ3O IDEOLOGICA E ESCOLHAS POLITICA DO ADOLESCENTE - A PERSPECTIVA DO PAPEL DA EDUCAÇ3O EM UM ESTUDO COM ALUNOS DO 2º GRAU" : pesquisa de aperfeiçoamento em Psicologia Pol3tica - UNESP/P.Prudente e CNPq.

Os partidos com uma plataforma política embasada na integração do cidadão e na defesa de seus direitos, têm mais dificuldade de conseguir o apoio da população do que aqueles partidos que apresentam propostas imediatistas e assistencialistas. Na análise de Lamounier, uma das principais razões do fracasso dos partidos de oposição local, é a neutralização das clivagens sociais, que ocorre através da não apresentação de plataformas definidas: "a técnica de compartilhar anseios difusos, sem entretanto especificar as soluções que serão efetivamente levadas à prática, e muito menos como se distribuem socialmente os custos de soluções alternativas." (1978, p.22)

Em seus estudos sobre o comportamento político de Presidente Prudente nas eleições de 1989, Kinzo (1992), confirma a tese de Lamounier sobre a neutralização das clivagens que ocorre na cidade durante as eleições e confere à cidade um caráter predominantemente conservador quanto às questões políticas.

Após localizar os fundamentos históricos dos últimos 30 anos, que constituem o atual sistema político brasileiro, e suas principais consequências sobre o ensino de 2º grau e sobre a cidade de Presidente Prudente, vamos abordar no próximo capítulo a relação dos adolescentes com a política.

### CAPITULO III

#### O CARATER POLITICO DO ESTUDANTE

A questão da relação entre estudantes e política não é recente, ela sempre emergiu no mundo como uma importante fonte de conhecimento para o delineamento do comportamento político adulto.

Nesta pesquisa, longe de considerar os estudantes como meros adultos jovens, buscamos compreender as características psicossociais específicas do grupo etário predominante no 2º grau - os adolescentes, e o objetivo deste capítulo é buscar subsídios que nos ajudem a compreender quem são as pessoas que compõem este segmento social, quais as implicações de sua relação com a política, e como se deu sua participação nos movimentos políticos brasileiros.



## 1 - ADOLESCENCIA: FONTE DE TENSÕES SOCIAIS ENTRE GERAÇÕES?

Do ponto de vista social, um estudo a respeito de um grupo etário específico, implica em interpretação que leve em consideração o universo sócio-econômico e cultural em que este grupo se produz e atua.

Entendemos que um estudo a respeito do comportamento político de jovens, deve basear-se no pleno conhecimento da realidade social, e recorreremos a análise de Eisenstadt (1976) para compreendermos a função que grupos etários homogêneos cumprem nos sistemas sociais modernos.

Segundo Eisenstadt, a homogeneidade etária dos diferentes grupos que formam um sistema social, possibilita a descrição de características específicas de cada grupo, porque na maioria das sociedades atuais, o papel de seus membros são definidos em termos da faixa etária em que cada um se encontra.

Além disso, a importância do critério idade para o estudo das sociedades modernas, decorre do fato de que, apesar de caracterizarem-se pela diversidade e pelas diferenças entre as várias gerações que as compõem, estas sociedades carregam ainda

características específicas que são partilhadas pelos membros de cada grupo etário.(21)

A primeira relação social de qualquer indivíduo geralmente se dá no âmbito familiar, que é etariamente heterogêneo, e a função socializante da família consiste em inculcar regras referentes à solidariedade e continuidade social em seus membros, nas palavras de Eisenstadt:

"É na família que a criança aprende, gradualmente a adiar a gratificação imediata de suas necessidades, e a regular seu comportamento de acordo com as diversas normas e regras ... a criança aprende as várias habilidades e relações instrumentais, sua regulamentação, e como superar as tensões inerentes a elas, devido a sua constante ligação e identificação com os adultos."  
(1976, p. 17)

As relações familiares organizam-se com base na distribuição de papéis etariamente heterogêneos, mas à medida em que a criança cresce e amplia a esfera de suas atividades, as relações de parentesco tornam-se insuficientes para manter a estrutura social por si só, e assim, ela é levada a frequentar a escola.

A principal razão da escolarização da criança, refere-se ao preparo dos indivíduos para o desempenho de vários papéis que lhe concedem o status de membro pleno do sistema

---

(21) A importância das características de cada grupo etário que compõem uma sociedade, são amplamente discutidas nos estudos sobre comportamento eleitoral. A este respeito ver Avelar (1989), Lamounier (1978, 1979, e 1975), e Kinzo (1992).

social. A grande diferença entre a família e a escola não está na função "socializante" que ambas as instituições exercem sobre os indivíduos, nem no fato de que ambas embasam-se em hierarquias etariamente heterogêneas, mas sim no fato de que na escola ocorre o primeiro agrupamento formalizado e consiste no primeiro estágio de transição entre a vida familiar e social.

Eisenstadt acredita que o agrupamento etariamente homogêneo propicia o desenvolvimento de uma forte identificação comum entre os indivíduos. Sob esta ótica, o grupo etário juvenil, reunido principalmente através da escola, que os prepara para os papéis sociais adultos, caracteriza-se principalmente por uma ambivalência em relação aos seus sentimentos e atitudes.

Se por uma lado, ao se deparar com o mundo adulto, o grupo se esforça para comunicar-se com ele e receber seu reconhecimento, por outro lado, também questiona e se opõe aos vários papéis que lhe são atribuídos pelos adultos.

Partindo deste ponto de vista, os adolescentes pertencem ao grupo etário que constitui uma "geração de transição" - entre as crianças e os adultos, e isto implica em uma série de modificações em suas condutas, pois exige-se deles o despojamento de suas características infantis, para a assunção de atitudes e valores considerados adultos pelo sistema social aos quais pertencem.

Eisenstadt descreve diversas cerimônias e rituais, onde esta transição é enfatizada, particularmente, entendemos que

o direito do voto constitui uma delas, pois através do voto, os adolescentes podem participar das decisões políticas atribuídas frequentemente aos adultos, e este direito legitima o exercício da cidadania pelos adolescentes com mais de 16 anos no Brasil.

A maior crítica que pode ser feita a um estudo como o de Eisenstadt, sobre as características de cada geração em função da idade, é o seu modo exclusivamente funcionalista de explicar os conflitos da juventude, entretanto, entendemos que esta visão funcionalista contribuiu para esclarecer alguns aspectos específicos do grupo etário adolescente, como o sentimento de transição que experimentam para obter o reconhecimento social, em função da solidariedade e continuidade dos sistemas sociais.(22)

Do ponto de vista histórico, o advento do regime capitalista, contribuiu para a crescente participação política dos adolescentes, segundo Ianni:

"Para instaurar-se, ou durante o seu desenvolvimento, o capitalismo transforma de maneira tão drástica as condições de vida dos grupos humanos, que a juventude se torna

---

(22) A respeito dos sentimentos que atravessam a fase da adolescência, ver o estudo de Erickson, E.H. "IDENTIDADE, JUVENTUDE E CRISE": RJ, Zahar, 1972. Baseado em Freud, Erikson descreve a adolescência como a fase mais "ruidosa" em relação ao crescimento psicológico, físico e social, entre outras coisas, pela intensidade com que esta geração experimenta e atravessa uma crise de identidade, onde os valores universais do meio tornam-se essenciais para o ego que necessita de uma identidade psicossocial.

rapidamente um elemento decisivo dos movimentos sociais." (1963, p.159)

Nestes tipos de sociedades, na medida em que os adolescentes são preparados para desempenhar seus papéis sociais condizentes com o status quo, eles são levados a ajustar-se continuamente aos padrões e normas vigentes; daí a importância de inserir esta pesquisa a respeito das opiniões políticas deste segmento social, em seu universo histórico, sócio-econômico e político.

Uma análise sobre a relação entre o advento do regime capitalista e o comportamento radical dos jovens feita por Ianni, permite-lhe afirmar que mesmo em países como o Brasil, onde o capitalismo é mais recente, há uma participação mais acentuada dos adolescentes no que se refere à política; a história do regime capitalista corresponde à história do advento político da juventude, pois a instauração e o desenvolvimento deste regime requerem transformações muitas vezes radicais nas condições de vida dos grupos humanos que o compõem.

Este processo de transformações, acelera grandemente o processo de aculturação, o que torna o grupo juvenil em um elemento especialmente importante nas decisões políticas e sociais da história.

Antes do advento do capitalismo, o período de adolescência era considerado apenas em termos das mudanças biológicas, e a integração deste segmento à sociedade, ocorria em face de menores exigências sociais.

As transformações sociais que este tipo de regime trouxe, no entanto, aceleraram o processo de aculturação, de informações, inaugurando um processo mais longo de preparação dos adolescentes para a obtenção do reconhecimento como membros participantes da sociedade.

O processo mais longo de preparação para a integração social, por sua vez, trouxe um "alargamento" do período de adolescência, que refletiu em um aumento quantitativo da população dita jovem, daí a maior participação deste segmento nas decisões políticas das sociedades capitalistas atuais.

Analogamente, estas sociedades, não conseguem apresentar mudanças sociais em ritmo suficientemente capaz de absorver a totalidade das novas gerações, o que abre espaço para as contradições, já que, nem sempre o que a sociedade capitalista espera destas novas gerações, representam os interesses delas ou o que elas podem realmente realizar.

Semelhantemente à análise de Ianni, Jennings e Niemi, em seu estudo específico sobre o processo de preparação que os adolescentes têm para a participação política, afirmam que em sociedades onde as mudanças ocorrem lentamente, os valores e padrões de comportamento parecem emergir de uma geração para a outra sem maiores problemas. Entretanto, em sociedades capitalistas, onde os meios de transporte e de comunicação parecem ter quebrado todos os entraves culturais, o sistema de crenças sociais é mais difícil de manter, devido a abundância de interdependências e difusão de informações.

O processo de socialização prevê a internalização de normas e padrões de comportamentos pelos socializados, mas, a maioria das pessoas apresentam continuidades e descontinuidades em seus comportamento, seja em relação a ela mesma, seja em relação as gerações anteriores.

Analisando as movimentações em torno do processo de socialização, como as irrupções de manifestações contrárias aos padrões estabelecidos, Jennings e Niemi (1974), destacam a existência de diferentes tipos de experiências no processo de socialização em geral, que cumprem sua função através de diferentes meios e fases, devido a multidiferenciação (raça, religião, classe sócio-econômica) que existe entre os indivíduos que compõem uma mesma sociedade.

Neste sentido, a utilização de estudos psicológicos e antropológicos, podem auxiliar na análise do processo de socialização política, assim, estudos sobre a motivação, ou sobre o clima cultural, por exemplo, podem esclarecer diferenças que ocorrem no processo de socialização política entre os diferentes membros que compõem uma sociedade.

Enfim, compreendemos que o grupo etário jovem possui múltiplos sentimentos de transição, seja devido a mudanças físicas, biológicas, psicológicas, sociais ou até mesmo históricas. Além disso, sabemos que o processo de socialização, longe de ser natural e espontâneo, é efetuado através de mecanismos complexos e extremamente sutis, cujo objetivo principal consiste em adequar os indivíduos ao status quo, e,

portanto, longe de constituir um processo social neutro, é extremamente comprometido com os parâmetros macro-estruturais políticos vigentes nas sociedades capitalistas. Assim, a seguir abordaremos alguns aspectos específicos em torno das manifestações políticas que os estudantes brasileiros têm apresentado nestas últimas décadas.

## 2 - O JOVEM ESTUDANTE

No convívio familiar, a criança internaliza padrões de comportamentos, normas e valores em seu sistema de crenças, que são filtradas pelos familiares, de acordo com a realidade social a qual pertence. Esta noção ideologizada de relações sociais influi sobremaneira nas relações futuras que criança vai estabelecer.(23)

Segundo Marcuse (1972), a função ideologizadora, de imposição de padrões de comportamentos "naturais" e "normais", era fundamentada exclusivamente na família em tempos atrás,

---

(23) Para um maior aprofundamento a respeito da socialização na família ver:

Tozoni Reis, J.R. "Família, emoção e ideologia" in "PSICOLOGIA SOCIAL - O HOMEM EM MOVIMENTO" de Lane, S.T.M. e Codo, W. (orgs): SP, Brasiliense, 1984.

Canevacci, M.(org) "DIALETICA DA FAMILIA": SP, Brasiliense, 1982.



agora, está se tornando cada vez mais ampla, difundida por múltiplos agentes sociais, que vão desde a pré-escola até os meios de comunicação de massa:

"... a dominação torna-se cada vez mais impessoal, objetiva, universal e também cada vez mais racional, eficaz e produtiva." (1972, p. 91)

Na escola, nos meios de comunicação, e em outras agências socializantes, o processo de socialização é qualitativamente distinto do que ocorre na família, em termos da mediação com a qual o processo de internalização é realizado: mudam-se os veículos, apresentam-se novas informações e a função ideologizante continua nestes outros agentes socializadores.(24)

A maior crítica que se pode fazer quanto ao processo de socialização efetuado pela família, pela escola ou pelos meios de comunicação, é a proposta de padrões, conteúdos, valores, e normas, frequentemente atrelados às ideologias políticas dominantes que vão ao encontro de interesses particulares da classe dominante.

Como vimos anteriormente, no caso do ensino do 2º grau no Brasil, há uma forte tendência a um descaso do poder público para com este nível de educação, o que favorece o

---

(24) Giroux (1983 e 1987), Saviani (1983 e 1989), e Gouveia (1984), debatem e aprofundam a questão da socialização no processo escolar. Para estes autores, é preciso considerar a função ideologizante que as escolas trazem embutidas no processo de socialização do estudante. Da mesma forma, Lazarsfeld (1962 e 1978) e Adorno (1965 e 1978), atentam para a função ideologizante dos meios de comunicação.

crescimento do setor empresarial e que mantém a população que se utiliza deste nível de ensino público na categoria de dominados.

A questão específica do aprendizado político entre os jovens emerge como um importante aspecto para a compreensão da formação da consciência e do comportamento político dos adultos, daí nosso interesse em explicitar os mecanismos e processos envolvidos na constituição do estudante como categoria social.

Uma abordagem sociológica sobre o estudante deve abranger as condições sociais que balizam seu comportamento, pois são elas que fazem do estudante uma parcela ativa da sociedade brasileira, neste sentido, o vínculo com a família é fator imprescindível de análise nesta pesquisa.

Segundo Foracchi:

"Quando o jovem é estudante, as relações de dependência transparecem, no âmbito da família, sob forma de relação de manutenção, ou seja, formas cristalizadas de comportamento cuja análise representa importante ponto de partida para a investigação sociológica... (pois) proporciona perspectivas teóricas fecundas para a explicitação da variável básica que condiciona e define a aparente diversidade do seu comportamento como estudante, qual seja, a classe." (1977, p.17)

As consequências da dependência familiar estão intimamente ligadas ao processo de socialização que ocorre dentro desta instituição, muitas vezes as tensões existentes entre as

diferentes gerações tornam obscura a reciprocidade que permeia a relação entre os membros familiares.

No âmbito familiar, o processo de socialização realiza-se através da internalização de valores com os quais os jovens só se identificam via ótica dos adultos, assim, eles são preparados e incentivados a aceitar, como valor, os anseios que suas famílias (enquanto parte de uma sociedade) estão empenhadas em realizar.

Apesar da tensão entre as gerações provocar uma resposta negativa dos jovens a este respeito, um exemplo comum é o da dependência familiar de ordem econômica, que pode isentar o estudante de certas preocupações relacionadas às suas necessidades mais básicas, de manutenção, entretanto, certamente vai restringir alguns limites da sua atuação.

O processo de socialização que ocorre na família está intimamente ligado à situação de classe, na medida em que podemos sentir na família as limitações da classe, neste caso, a relação de dependência econômica representa apenas um dos componentes das relações recíprocas, através das quais, o adulto controla os mecanismos de socialização do jovem, de acordo com os valores e padrões que ele, adulto, pertence ou aspira pertencer.

A relação família - classe social, é inevitável quando se trata de uma análise sobre as opiniões dos estudantes, pois os vínculos de dependência firmados na família, representam não apenas expressões variáveis do comportamento humano, mas, como afirma Foracchi, estes vínculos representam "as condições

sociais objetivas da realização do comportamento humano na sociedade de classes." (1977, p.86).

Na medida em que consideramos a família como uma situação concreta de existência, como uma manifestação de classe, onde as relações do comportamento entre adulto e jovem transmutam-se, quando se trata do estudante, os vínculos familiares traduzem-se na forma de compromissos que evidenciam o conjunto de mecanismos sociais mobilizados para vinculá-los aos valores e interesses da ordem social competitiva.

Considerando o mecanismo social da ampliação de contatos, para ultrapassar os limites do confinamento familiar, podemos dizer que a escola oferece ao estudante, elementos para uma reflexão da própria condição; assim, além das pressões e exigências tradicionais, a condição de estudante possibilita ao jovem o reconhecimento das suas próprias necessidades atuais.

O fato de ultrapassar os limites do confinamento familiar, não significa contudo, que, enquanto estudante, o jovem esteja desvinculado da família, pelo contrário, a vinculação é indireta, mediatizada pela escola, já que é a própria família que converte o jovem em estudante. Nas palavras de Foracchi:

"Ser estudante é, num certo sentido, não pertencer mais à família o que, sob outro aspecto, cria melhores condições para agir sobre a família. O estudante já não pertence à família porque está em processo de identificação com setores extrafamiliares e pertence à família em virtude dos vínculos de manutenção e dependência... Por outras palavras: a família tenta

converter o processo de transformação do jovem em estudante, em processo manipulado por ela, o que implica, por sua vez, em recusar-lhe qualquer conteúdo emancipador. Por isso é que a transformação do jovem em estudante representa, por um lado o processo de transformação da família, ou seja, a realização desta na situação de classe, evidenciando, por outro lado, que o modo pelo qual ela se torna consciente desse processo é através do estudante." (1977, p.118)

Além da escola, os meios de comunicação também cumprem sua função socializadora, na medida em que proporcionam novas informações, através das quais os estudantes podem reconhecer interesses próprios e necessidades atuais, e estender suas ações a nível social, na forma de manifestações sociais, como veremos a seguir.

### 3 - ESTUDANTES E MOBILIZAÇÕES SOCIAIS NO BRASIL

Jennings e Niemi (1974), destacam o período que os jovens cursam o final do *high school* como um divisor de águas entre a maioria da população jovem dos E.U.A., já que depois

desta fase, muitos deixam a casa dos pais para continuar os estudos, trabalhar, estabelecer famílias, e suas vidas modificam-se completamente a partir de então.

De modo semelhante, o final do ensino de 2º grau no Brasil, corresponde ao final do *high school*, daí nosso interesse em explicitar o conjunto de mecanismos e processos que constituem o jovem estudante.

Visto que os jovens assumem importância crescente no campo da ação política nas sociedades capitalistas, os estudantes podem ser considerados um elemento decisivo dos movimentos sociais. Apresentamos agora, uma breve reflexão a respeito da participação política dos estudantes brasileiros em movimentos sociais, numa tentativa de compreender historicamente como estes adolescentes têm irrompido em meio ao cenário político brasileiro.

Segundo Guilhaon Albuquerque, o movimento estudantil sempre foi bastante ativo na América Latina em geral, e, desde os anos 30, a ação estudantil parece encontrar sua origem, nas grandes crises de regime que permeiam a história políticas de nossas sociedades.

Seja qual for a crise que impulsiona os estudantes na América Latina, o fato é que o movimento estudantil sempre constituiu uma força que neutraliza ou mobiliza o projeto político das classes dirigentes. Longe de ser neutro, é certo que os meios estudantis constituem setores organizados em termos

de política, travando alianças com organizações políticas, e sindicais, de acordo com os temas que propõem defender.

Uma análise da estrutura do funcionamento e da evolução das sociedades latino-americanas, permite Guilhaon Albuquerque (1977) afirmar que as camadas médias urbanas é que povoam a maioria dos níveis de ensino nestas sociedades, e, deste modo, as mobilizações estudantis estão certamente atreladas as condições específicas de classe que elas representam.

No final dos anos 50, a UNE, principal entidade estudantil no Brasil, concentrou suas ações em torno do tema de Reforma Universitária. Inicialmente, o objetivo era a adequação da formação profissional e científica, através da renovação do corpo docente, e de especializações de ensino e pesquisa, entretanto, pouco a pouco, o movimento estudantil começou a estender as bases de suas plataformas, extrapolando o pedido de maiores oportunidades para os próprios estudantes, e aderindo ao tema das reformas gerais no país.

Segundo Guilhaon Albuquerque, estas movimentações em torno de temas mais amplos, tem sua origem nas alianças políticas que as organizações estudantis fazem, com o propósito de conseguir força para seus projetos, o que os envolve em outros projetos, e que foram peculiarmente notadas pelo autor no final do governo Goulart, quando "as organizações estudantis participavam ativamente da mobilização e da sindicalização das massas rurais, disputando-as assim, com as organizações tradicionais." (1977, p. 72)

A respeito da extensão dos movimentos estudantis à outros segmentos, Foracchi afirma:

"O estudante assume a tutela da massa - essa é a missão maior de que devem desincumbir-se. A incorporação desse novo papel não obedece, contudo, a requisitos exteriores ou a expectativas previamente formuladas. É a condição de classe que incita e predispõe o estudante ao desempenho desses papéis. Mais do que outorgada, ela é assumida, pois resulta de vivências elaboradas sob a forma de consciência da situação, transformando-se, assim, em pré requisito de ação."(1977, pgs. 247-248)

Nos anos 60 e 70, os estudantes brasileiros tornaram-se personagens quase míticos ao abandonarem sua atuação voltada para as disputas internas ao campo acadêmico e mobilizarem-se contra o autoritarismo acadêmico e contra a política brasileira em geral.

O golpe de 64 permitiu ao governo militar uma reação contra estas mobilizações estudantis, numa tentativa de despolitizar o campo acadêmico, mas os estudantes não se calaram, e, contra toda a repressão e autoritarismo que este regime representava, voltaram a se mobilizar em 66, 67, e 68, sob a bandeira da autonomia de suas entidades.

Estas mobilizações pós golpe militar, deflagradas principalmente pela UNE (25), tiveram seu ápice em 68 com a morte

---

(25) A respeito da produção teórica e posições políticas da UNE da década de 60, ver : Sanfelice, J.L. "MOVIMENTO ESTUDANTIL: A UNE NA RESISTENCIA AO GOLPE DE 64", SP, Cortez, 1986.



do estudante Edison Luís, que comoveu o país e desencadeou outras mobilizações que geraram conflitos violentos entre os estudantes e a polícia.

A decretação do AI-5 encerrou o período de maior efervescência política estudantil, e sob o pretexto de proteger as práticas democráticas no país, o governo militar utilizou mecanismos de repressão com base na retórica da anti-subversão para despolitizar o cotidiano.

Uma análise sobre o processo de socialização política permitiu a afirmação de Brockmann Machado (1975), sobre a influência determinante que o golpe militar de 64, exerceu sobre o comportamento político dos estudantes brasileiros:

"Os valores democráticos da vida política brasileira pré 64, não têm atingido uma boa parcela da nova geração de estudantes que cresceram e foram educados sob o regime autoritário." (1975, p. 162)

Embora a legitimação das regras autoritárias tenham encontrado sérios problemas para se estabelecerem no Brasil, e a ideologia dominante estabelecida pós 64 não tenha atingido a totalidade dos estudantes, não há como negar a sua influência sobre o comportamento político da população brasileira em geral.

As modificações econômicas, sociais e políticas que se instalaram após o golpe de 64, trouxeram um novo perfil para o sistema educacional do país e para os estudantes em geral, ao longo dos anos 70, o que se viu foi a grande expansão no ensino brasileiro como um todo, em termos quantitativos, houve uma

aumento de escolas particulares e na quantidade de estudantes no país.

Entretanto, as possibilidades de participação política dos estudantes foram restringidas, e a mobilização estudantil só voltou a ocorrer em grande escala no ano de 1977, através de manifestações que pediam pela anistia ampla, geral e irrestrita. (26)

Nos primeiros anos da década de 80, os questionamentos que surgiram sobre as injunções políticas e econômicas do país, ganharam corpo e culminaram na maior mobilização da história da política brasileira - o movimento pelas "Diretas Já".

Através de várias manifestações populares que ocorreram em muitos pontos do país, os estudantes misturados à população em geral, pedia pelas eleições diretas em todos os níveis de governo, numa tentativa de superar o autoritarismo instaurado pelo regime militar, assim, clamava pelo fechamento do Colégio Eleitoral, que representava o principal mecanismo de continuação deste regime e o maior entrave para a redemocratização do país.

Diferentemente do que ocorreu na década de 60, as mobilizações sociais de 77 e 84, não emergiram com um perfil estudantil próprio em meio à mobilização de outros segmentos da

---

(26) A este respeito ver Cruz, S.C.V. "1968 : MOVIMENTO ESTUDANTIL E CRISE NA POLITICA BRASILEIRA" (Série primeira versão nº 32). SP, IFCH-UNICAMP, 1991; e Moisés, J.A. : "DEMOCRATIZAÇÃO E CULTURA DE MASSAS NO BRASIL" SP, Lua Nova, nº 26, 1992.

população. Estas manifestações de cunho político, emanaram de motivações gerais, e não apenas estudantis.

Segundo Moisés (1992), nos últimos anos criou-se um consenso em torno dos ideais democráticos, e atualmente a superpolitização do cotidiano (principalmente com a liberalização da imprensa), atingiu o meio acadêmico, assim, as mobilizações sociais mais recentes, com a participação dos estudantes, não podem ser comparadas àquelas da década de 60.

Ao contrário da década de 60, quando instaurou-se o regime militar com seus mecanismos de repressão que funcionavam a todo vapor, intimidando a ação da imprensa, dos sindicatos e das diversas associações de classe, inclusive as estudantis, em 84, repirava-se política, em todos os segmentos sociais do país, com a superpolitização do cotidiano que teve início com o processo de abertura política, no final de 79.

Em 1992, as surpreendentes manifestações estudantis dos "caras - pintadas", perdem a conotação de movimento político radical, se forem interpretadas com base nesta superpolitização do cotidiano.

Na época, algumas lideranças estudantis denominaram estas manifestações como o ressurgimento do movimento estudantil comparável àqueles deflagrados na década de 60, quando os estudantes exigiam reformas políticas "na marra".

No entanto, há que se observar que em 92, os canais de participação política para os estudantes, se encontravam totalmente desobstruídos, além disso, a imprensa livre ofereceu

ampla cobertura às manifestações estudantis, e o que se via nas ruas, longe de ser um confronto político acirrado como se viu na década de 60, parecia mais uma reunião ou até mesmo uma festa cívica.

Com base na evolução das mobilizações sociais que ocorreram no Brasil com a participação estudantil abordados aqui, podemos concluir que atualmente, os estudantes contam com o apoio amplo de diversos segmentos sociais em suas incursões pela política.

Assim, chegamos ao término deste capítulo com a certeza de que, embora os estudantes do 2º grau do Brasil constituam um grupo social com características específicas, no que se refere à fase de tensões de gerações, desenvolvimento biopsicológico, temos de considerar as movimentações na política brasileira que regem o atual cotidiano, a política educacional específica ao seu nível escolar e sua classe de origem, que dirige as aspirações de sua família que tem amplo poder de influência sobre suas opiniões e participação política.

## CAPITULO IV

### ANALISE DOS DADOS

O tema básico desta pesquisa é a relação entre o sistema de crenças políticas dos estudantes do 2º grau e as suposições macro-políticas que orientam o atual sistema político brasileiro, em outras palavras, queremos saber se as opiniões, atitudes, e valores políticos dos estudantes são congruentes com o atual sistema democrático brasileiro.

Temos consciência da complexidade deste tema a começar pelo sistema de crenças dos estudantes, que envolve atitudes, orientações, crenças, valores, segundo Converse (1970) e pela investigação da presença de Democracia nas atitudes dos sujeitos, que segundo Adorno (1965), implica na investigação de duas dimensões: igualdade e liberdade.

Resumidamente, a democracia em sua dimensão de igualdade não deve ser investigada como um valor que se firma somente sobre os direitos jurídicos dos sujeitos, de serem iguais diante da lei, mas deve ser estudada como um valor que se firma também sobre direitos sociais, políticos e econômicos.

Em sua dimensão de liberdade, ela deve ser investigada sobre a participação do indivíduo nas tomadas de decisão sobre a vida coletiva. Nesta dimensão, os autores da "A Personalidade Autoritária", ampliaram sua análise estendendo-se às

diferentes formas de repressão internas e externas que impediam os sujeitos de alcançar esta livre participação.

Em nosso estudo, tentamos investigar tanto as regras que definem o sistema democrático brasileiro, quanto os valores afirmados e praticados pelos estudantes do 2º grau, considerando as dimensões da democracia às quais se referem os autores da "A Personalidade Autoritária", entretanto, sem nos estendermos às análises mais subjetivas das atitudes políticas dos nossos sujeitos.

Considerando que qualquer tentativa de compreender o comportamento político dos estudantes devem focalizar a temporalidade circunscrita na transitoriedade de sua própria condição social, neste capítulo, descrevemos os instrumentos utilizados para obter dados a respeito do comportamento político dos estudantes do 2º grau de Presidente Prudente, e as atitudes políticas que conseguimos obter através destes instrumentos.

## 1 - METODOLOGIA DA PESQUISA

Os instrumentos de pesquisa aqui utilizados, decorrem da proposta deste trabalho de realizar primeiramente um levantamento acerca das opiniões políticas dos estudantes do 2º grau de Presidente Prudente, para depois analisá-las a luz das

suposições macro-políticas atuais que regem o cotidiano brasileiro.

Para tanto, optamos pela aplicação de um questionário contendo perguntas factuais, referentes a condição social dos sujeitos, e duas escalas: uma de atitudes democráticas e anti-democráticas de McClosky, e outra sobre o índice de participação política de Woodward e Roper.(27)

Devido a limitações financeiras e de prazo desta pesquisa, não foi possível uma amostra aleatória do total da população estudante do 2º grau de Presidente Prudente. Ao invés disso, os professores do Departamento de Educação da UNESP, campus de Presidente Prudente, foram consultados para indicar as escolas que poderiam representar uma amostra das escolas da cidade em termos de origem social e qualidade de ensino dos estudantes do 2º grau.

Assim, trabalhamos com os alunos de uma classe da 3ª série do 2º grau de quatro escolas de Presidente Prudente, a saber, duas públicas e duas particulares. Os questionários foram

---

(27) Ambas as escalas foram extraídas do livro "MEASURES OF POLITICAL ATTITUDES" de Robinson, J.P.; Rusk, J.G. e Head, K.B.: Institute of Social Research, The University of Michigan, 1973, pgs 170-178 e 431-432. A preferência por este tipo de instrumento não foi aleatória, pois, diante da diversidade de elementos que povoam as opiniões políticas dos estudantes, tivemos que optar por estas duas variáveis, já que não temos a pretensão de esgotar o tema, assim, seguimos as orientações do prof. dr. Salvador A. M. Sandoval, dadas na ocasião do nosso exame de qualificação, de trabalhar com estas duas escalas que nos instrumentaram a explorar alguns elementos da opinião política dos estudantes.

aplicados no período de uma única semana, em maio de 1995, pela própria pesquisadora.

As perguntas factuais referem-se a questões como: idade, tipo de escola que frequentou, sexo, participação em associações recreativas, religião, condição social dos pais, etc. Estas perguntas visavam a obtenção de um panorama geral da condição social dos estudantes em questão, que consideramos importantes nas comparações das respostas entre as diferentes escolas.

A escala de atitudes democráticas e anti-democráticas de McClosky visava obter os valores referentes a: justiça, liberdade de expressão, procedimentos legais, igualdade política, social, étnica e econômica, cinismo e futilidade política.

Os temas que compõem a escala variam entre:

"regras do jogo" - enfatiza o apoio a justiça, o respeito pelos procedimentos legais e a consideração pelos direitos dos outros;

"apoio à afirmações gerais sobre opiniões e livre discursos";

"apoio à aplicações específicas do livre discurso e de procedimentos legais";

"crença na igualdade" - apoio a igualdade política, social, étnica e econômica;

"cinismo político" - crença de que o sistema não governa com justiça ou para o bem comum; e



"senso de futilidade política" - crença de que alguém não pode atingir nem influenciar o sistema.

Segundo as orientações dos autores, a pontuação foi elaborada com propósitos comparativos, e a classificação dá-se em termos de "alta", "média", e "baixa" pontuação.

A escala do índice de atividade política visou classificar os sujeitos em termos da importância que dão à atividade política como forma de influenciar os políticos.

A pontuação varia entre 0 a 12 pontos, que são dados a cada resposta afirmativa e adicionados à frequência da atividade política.

A análise empreendida teve por objetivo aclarar as atitudes políticas e o grau de participação política dos sujeitos face o atual sistema político brasileiro, neste sentido, tentamos investigar também, em que medida as variações nos contextos (escolas) seriam responsáveis por diferenças significativas nesta relação entre estudantes e política.

Apresentadas as decisões metodológicas, passamos ao trabalho de análise dos dados, conforme os indicadores selecionados para testar a hipótese da coerência entre as atitudes políticas dos estudantes e as exigências do sistema político brasileiro.

## 2 - OS SUJEITOS DA PESQUISA

A amostra constituiu de 168 estudantes do 2º grau de Presidente Prudente, divididos em grupos correspondentes às diferentes escolas, como mostra a Tabela I.1. Passaremos a nos referir às diferentes escolas através das siglas:

PUBLICA 1- Escola Estadual de Primeiro e Segundo Grau Fernando Costa;

PUBLICA 2- Escola Estadual de Segundo Grau Mons. Sarrion (escola classificada "padrão" pelo governo estadual;

PARTICULAR 1- Colégio Objetivo de Presidente Prudente; e

PARTICULAR 2- Colégio Anglo Prudentino.

Estabelecidos os primeiros contatos com o corpo administrativo das escolas, informamo-lhes sobre a finalidade da pesquisa e obtivemos sua permissão para a aplicação dos questionários.

Cada questionário continha 88 questões fechadas, a maioria delas de concordância ou discordância, precedido de uma carta de apresentação. (28)

---

(28) O questionário, encontra-se resumido na forma de tabelas e anexado no final desta pesquisa.

Cada pergunta gerou uma tabela, onde podemos visualizar e comparar as respostas dos estudantes, de acordo com as escolas aos quais pertencem.

As quatro escolas eram mistas, e as meninas representaram maioria em todas elas, pela Tabela I.2 podemos ver que elas representavam em torno de 60% do total de alunos das diferentes escolas.

Entendemos que este é um dado significativo, pois, como vimos anteriormente, a região tem uma economia embasada no poder pessoal da pecuária, de fortes tradições rurais, e segundo Avelar (1989), nestas regiões, os valores e papéis sociais atribuídos às mulheres são estruturados de forma tradicional, e acabam por influir nas orientações políticas femininas de modo conservador, diferente das grandes metrópoles, "onde a relativa independência econômica da mulher começa a ser um fato". (p.31)

Todas as classes entrevistadas eram do período da manhã, e a faixa etária predominante foi a de 16 a 17 anos, como podemos observar através da Tabela I.3. A escola PARTICULAR 1 abrange os estudantes mais novos, e a escola PUBLICA 1, os mais velhos.

Quanto a origem escolar, especificamente quanto ao 1º grau (Tabela I.4), os estudantes das escolas particulares mostraram uma ambigüidade de procedência, ambigüidade esta, que desaparece quanto ao 2º grau (Tabelas I.5 e I.6), quando a maioria deles revela sua continuidade na escola particular. Já a

grande maioria dos alunos das escolas públicas, fizeram o 1º e o 2º graus em escolas públicas.

Considerando a origem social dos estudantes, medida através da escolaridade dos pais, os números da Tabela I.7 mostram que as percepções dos professores da UNESP estavam corretas, os pais dos alunos das escolas particulares apresentam uma escolaridade superior daqueles dos alunos das escolas públicas, onde o status educacional é menor; o mesmo ocorre em relação ao status educacional das mães (Tabela I.8), onde há um declínio escolar entre as mães dos alunos das escolas públicas.

A maioria dos pais e mães dos estudantes das escolas particulares, possuem nível de escolaridade superior, enquanto que a maioria dos pais e mães dos estudantes das escolas públicas possuem nível de escolaridade inferior ao ensino superior.

Através das ocupações dos pais, mães e alunos, obtivemos os estratos sociais "superior", "médio", e "estrato

baixo", de acordo com a classificação de Gouveia e Havighurst (1969).(29)

Sobre este aspecto, através da Tabela I.9, é possível perceber que a grande maioria dos pais dos estudantes das escolas particulares, encontram-se nos estratos médio e alto, e os pais dos estudantes das escolas públicas encontram-se em sua maioria entre os estratos inferior e médio.

A tabela I.10 mostra a ocupação das mães dos estudantes, daquelas que trabalham, a maioria se encontra no estrato médio, e entre as mães dos estudantes das escolas particulares, quase não há representação no estrato inferior, que caracteriza ocupações manuais, e que aparece mais entre as mães dos estudantes das escolas públicas. A maioria das mães que não trabalham (do lar), são dos estudantes das escolas públicas, e,

---

(29) Estes autores propõem uma classificação das profissões em 7 níveis:

nível I - altos cargos políticos, administrativos e grandes proprietários;

nível II - profissionais liberais, cargos de gerência em grandes empresas, "médios proprietários";

nível III - posições mais baixas de supervisão ou inspeção de ocupações não manuais;

nível IV - ocupações não-manuais de rotina e assemelhadas (funcionários públicos, militares, pequenos comerciantes...);

nível V - supervisão de trabalho manual (ajudante geral);

nível VI - ocupações manuais especializadas (mecânicos, motoristas,...);

nível VII - ocupações manuais semi-especializadas ou não-especializadas (vigilantes, pedreiros, faxineiros, etc....).

Estes 7 níveis iniciais, foram reagrupados em 3 categorias mais amplas para simplificar a apresentação e discussão dos dados, conforme sugestão dos próprios autores, assim, o estrato superior inclui os níveis I e II, o estrato médio inclui os níveis III e IV, e o estrato inferior inclui todas as ocupações manuais, inclusive as de supervisão (níveis V, VI, e VI).

segundo Avelar (1989), o estrato feminino que apresenta menos interesse na política é justamente o das donas de casa. Assim, podemos tomar estes números como um indicio de uma posição política mais conservadora a nível de família, comum a todos os estudantes analisados e mais forte entre os estudantes das escolas públicas.

Quanto a ocupação dos estudantes (Tabela I.11), nota-se que as escolas públicas abrangem um número maior de estudantes trabalhadores, numa análise mais cuidadosa sobre os poucos estudantes trabalhadores das escolas particulares, observamos que sua classificação, deve-se às ocupações exercidas em empresas da família, enquanto que os estudantes trabalhadores das escolas públicas não mencionaram a família como empregadora.

A categoria "idade em que começou a trabalhar" (Tabela I.12), mostra que, em sua maioria os estudantes trabalhadores começam a trabalhar por volta dos 15 aos 16 anos, e aqueles das escolas públicas começaram a trabalhar mais cedo que os das escolas particulares.

A religião predominante entre todos os estudantes (Tabela I.13), é a católica, com um ligeiro aumento entre os estudantes das escolas particulares, entretanto, a maioria dos estudantes alegou não frequentar qualquer associação religiosa, como demonstra a Tabela I.14.

Quase a totalidade dos estudantes não frequentam qualquer associação comunitária, de bairro, como podemos ver pela Tabela I.15, e a maioria frequenta clubes e associações

recreativas, conforme mostra a Tabela I.16, com uma ligeira vantagem para os estudantes das escolas particulares.

Em geral, podemos dizer que os pais dos alunos das escolas particulares possuem um nível sócio-econômico e de escolaridade superior em relação aos pais dos alunos das escolas públicas, o sexo feminino predomina em todas as escolas, e que os estudantes trabalhadores encontram-se em sua maioria nas escolas públicas.

### 3 - INDICE DE ATIVIDADE POLITICA

A escala de Woodward e Roper (1950) permitiu uma classificação dos sujeitos em termos da importância que dão a atividade política, e se eles consideram esta atividade um canal de influência sobre as pessoas políticas.

A Tabela II.1, mostra que a maioria dos estudantes das quatro escolas nunca participou de campanhas públicas em defesa de um governo melhor, de melhorias escolares, ou em prol da comunidade.

Entretanto, a maioria dos estudantes, das quatro escolas, discutem problemas sociais e econômicos com os amigos (Tabela II.2), chama a atenção aqui, o fato de que os estudantes da escola PUBLICA 2, discutir com frequência estes temas com os

amigos, esta escola foi a que apresentou o maior número de alunos vindos do estrato médio, e poderíamos atribuir à origem social destes estudantes (classe média), este interesse maior neste tipo de discussão.

De forma geral, os estudantes das quatro escolas participam das discussões com os amigos de forma igual (Tabela II.3), poucos preferem apenas escutar nestas discussões.

OS contatos com as pessoas públicas não é cultivado pela grande maioria dos estudantes das quatro escolas (Tabela II.4), o mesmo ocorre em relação ao trabalho em eleições passadas (Tabela II.5).

Em relação aos discursos ou comícios políticos (Tabela II.6), a grande maioria dos estudantes da escola PÚBLICA 2 já os assistiu, enquanto que nas três outras escolas, os estudantes ficaram bastante divididos quanto a esta questão.

Como demonstra a Tabela II.7, a grande maioria dos estudantes nunca doou dinheiro para algum candidato, há que se considerar aqui a dependência econômica que a condição de estudante traz em si.

Os estudantes das escolas públicas participaram mais de campanhas políticas e das eleições (Tabela II.8), no caso da escola PÚBLICA 1, que teve sua participação maior, devemos considerar a variável idade, já que esta escola é a que apresentou estudantes com mais idade.

Enfim, de acordo com este índice de atividade política, vemos que a grande maioria dos sujeitos apresentou um



índice muito baixo de participação política. De uma pontuação que varia de 0 a 12, os autores classificam como ativamente político, os sujeitos que atingem 6 pontos ou mais.

Comparando-se os dados, em uma análise mais minuciosa, observamos que os estudantes da escola PÚBLICA 2 foram os que apresentaram uma média maior (em torno de 4) em termos de pontuação, seguindo-se dos estudantes das escolas PARTICULAR 1, PARTICULAR 2, E PÚBLICA 1, (que apresentaram uma média de pontuação em torno de 3).

Entretanto, levando-se em consideração a variável idade, que constitui um obstáculo à participação daqueles que ainda não tinham completado 16 anos nas últimas eleições, e que foi o fator que elevou a pontuação dos estudantes da escola 1 e 2, podemos dizer que os índices de atividade política apresentados pelos sujeitos das escolas particulares se encontram num nível de igualdade com os índices apresentados pelos sujeitos da escola PÚBLICA 2, e os índices apresentados pelos estudantes da escola PÚBLICA 1 foram os mais baixos dentre todos.

Um baixo índice de atividade política predominou entre os estudantes das quatro escolas, o que significa que a maioria destes estudantes ainda não se engajaram em atividades políticas, ou ainda não perceberam a importância do engajamento político como um meio de influência sobre a classe política.

Em 1992, segundo o DataFolha (30), a maioria dos participantes do movimento dos "caras-pintadas" que pediam pelo *impeachment* do então presidente Collor, eram jovens entre 16 a 20 anos (59%), secundaristas (55%), e portadores do título de eleitor (63%). Aparentemente fomos surpreendidos por estudantes políticos, que irromperam no cenário político nacional sem medo de sair às ruas expressando seus próprios desejos de superar a corrupção instalada e denunciada no Governo Federal. Entretanto, segundo Rodrigues (1993), podemos considerar esta mobilização pela ética na política, "tão democrática quanto desideologizada."

Diante destes dados, podemos atribuir o baixo engajamento político dos nossos sujeitos como uma consequência do desinteresse pela política que começou a ocorrer entre os estudantes após o golpe de 64, já que não podemos considerar a atuação pela ética na política que ocorreu em 1992, como um autêntico movimento estudantil de pretensão transformadora em termos de ideologias.

---

(30) Trata-se de uma pesquisa realizada por este instituto na passeata de 18 de setembro em São Paulo, e publicada na Folha de S. Paulo em 28/09/92.

#### 4 - ATITUDES DEMOCRATICAS OU ANTI-DEMOCRATICAS

O tema básico da escala de McClousky é a democracia, ou, mais especificamente, como ela se apresenta ou não nas respostas dos sujeitos, frente a alguns valores, através de itens de concordância-discordância.

Buscamos na "A Personalidade Autoritária" (1965), subsídios para aprofundarmos os temas sobre as atitudes democráticas e anti-democráticas às quais se refere McClousky. Nesta obra, o conceito de democracia foi visto em comparação com a ideologia fascista, a forma mais extremada da anti-democracia.

Os autores partiram de uma fundamentação teórica segundo a qual, o sistema de crenças de um indivíduo o predispõe à adoção de ideologias que podem ser democráticas ou autoritárias. Para analisar estas tendências ideológicas dos sujeitos, Adorno e demais pesquisadores de Berkeley, construíram a famosa escala F, que visava a medição de um potencial fascista e que abrange 9 variáveis.

Em nossa pesquisa, utilizaremos algumas destas variáveis com o propósito de distinguir as atitudes democráticas ou anti-democráticas manifestadas pelos nossos sujeitos através da escala de McClousky. Utilizaremos as seguintes variáveis da escala F: "convencionalismo", "submissão à autoridade", "agressividade autoritária", "superstição e estereotipia", e "destrutividade e cinismo".

Resumindo, como representantes de tendências ideológicas anti-democráticas, consideramos as seguintes atitudes:

- adesão rígida ao modo de vida e à organização social estabelecidos;

- submissão, aceitação incondicional, e idealização das autoridades imperantes;

- apego a um conjunto de regras rígidas e normas pré concebidas;

- afirmação de que os grupos minoritários são os culpados da discriminação que sofrem e que devem ser segregados, subordinados ou eliminados;

- classificação hierárquica entre pessoas, raças, grupos ou nações;

- adoção de uma posição pessimista e cética frente ao mundo e ao futuro;

- consideração de que certas pessoas ou grupos são instintivamente nocivos, cruéis ou maus.

As atitudes consideradas democráticas podem ser resumidas como as seguintes:

- defesa das causas sociais e da cooperação entre os homens;

- flexibilidade e tolerância à ambiguidade;

- tolerâncias às diferenças individuais, grupais, e culturais;

- preferência pelo princípio da igualdade ao da discriminação;

- adoção de posturas otimistas frente à humanidade em geral e ao futuro.

A escala de McClosky que foi elaborada com o propósito de investigar o consenso popular e de elite norte americano sobre a ideologia democrática dos E.U.A.. O consenso foi definido por McClosky como sendo um "estado de concordância entre certos valores".

A pontuação, com propósitos exclusivamente comparativos, varia entre "alta", "média", e "baixa", e, através dos itens de concordância que os sujeitos marcaram, chegamos às suas atitudes democráticas ou anti-democráticas perante os seguintes valores : procedimentos legais, afirmações sobre a liberdade de expressão, apoio a aplicações específicas sobre os procedimentos legais e a liberdade de expressão, crença na igualdade, cinismo e pessimismo políticos - que abordaremos um a um a seguir.

#### 4.1. VALORES SOBRE AS REGRAS DO JOGO

As tabelas III.1 a III.64, foram elaboradas com o objetivo de visualizar melhor as atitudes dos estudantes frente aos valores referentes à justiça, ao respeito pelos procedimentos legais e à consideração pelos direitos dos outros.

A maioria dos estudantes das quatro escolas concordam com a afirmação de que justiça deve ser feita com as

próprias mãos (Tabela III.1), o que aponta para uma atitude anti-democrática, já que esta resposta se encaixa na variável "agressividade autoritária" da escala F, quando os sujeitos expressam tendências de castigar e punir qualquer ação contrária ao endogrupo ou àquelas prescritas pela sociedade. Entretanto, quase a metade dos estudantes da escola PÚBLICA 1 são contrários a este tipo de justiça, demonstrando atitudes mais democráticas que os demais frente à esta afirmação.

Os estudantes, em sua maioria, são contrários a afirmação de que a maioria tem o direito de eliminar as minorias (Tabela III.2), ou de que para se fazer um mundo livre, muitas pessoas inocentes têm de sofrer (Tabela III.3). O que indica uma atitude democrática, de tolerância às diferenças grupais ou culturais; os estudantes da escola PÚBLICA 2, no entanto, são ambivalentes quanto a esta afirmação, sendo que apenas um pouco mais que a metade deles discordou.

Segundo Foracchi, a classe média vê no sacrifício, uma promessa de realização, o que pode explicar esta ambigüidade entre estes estudantes da escola 2.

A maioria dos estudantes apresentou uma tendência anti-democrática, de pessimismo contra a classe política em geral, quando concordaram com a afirmação de que os próprios parlamentares não seguem estritamente as leis e assim, não conseguem comprovar a sua própria integridade como mostra a Tabela III.4 onde os índices de concordância dos estudantes da escola PÚBLICA 1 foram os mais altos.

Quanto à afirmação de que os políticos podem usar qualquer meio para alcançar as coisas justas, houve um elevado grau de ambivalência entre as respostas apresentadas pelos estudantes das escolas particulares, como mostra a Tabela III.5; e alto índice de concordância entre os estudantes da escola 1 e discordância da escola PÚBLICA 2.

A maioria dos estudantes se mostraram contrários à afirmação de que todos os atos obscuros ou brutais podem ser justificados por um bom motivo (Tabela III.6), mostrando uma atitude democrática revelada pela tendência otimista frente a modificações.

A Tabela III.7 mostra a ambivalência entre o índice de concordância-discordância, entre os estudantes de todas as escolas, quanto à afirmação de que os políticos têm de cortar caminhos para obter o que querem. Esta ambivalência prevalece entre os estudantes da escola PÚBLICA 2 quanto à afirmação de que mesmo as pessoas que não votam de modo inteligente deveriam ser autorizadas a votar (Tabela III.8). Neste caso, os estudantes da escola PARTICULAR 2 também demonstraram uma ambivalência, embora com tendências mais democráticas do que os da escola PÚBLICA 2. Já os estudantes das demais escolas mostraram-se mais democráticos quanto a esta afirmação.

A maioria dos estudantes demonstrou ser contrária à afirmação de que as mudanças sempre vêm acompanhadas de crueldade e impiedade (Tabela III.9), novamente, é possível classificar como democrática esta atitude, onde os sujeitos vêm com otimismo

as inovações. Entretanto, a mesma postura não é observada pela Tabela III.10, quando a maioria dos sujeitos apresentou um alto índice de concordância quanto à afirmação de poucos políticos têm um passado limpo, e ainda assim, se alegram com a guerra de lama que ocorre entre eles, o que demonstra um cinismo em relação à classe política. Nesta afirmação, os estudantes da escola PARTICULAR 2 foram os que demonstraram um índice de discordância maior que os outros estudantes das outras escolas.

Quanto à afirmação de que tudo bem dar voltas sobre a lei, se não a infringimos totalmente (Tabela III.11), os estudantes, em sua maioria discordaram, e o índice de concordância foi maior entre os estudantes da escola PARTICULAR 1, o que demonstra uma tendência anti-democrática maior destes estudantes quanto a pouca inclinação em ser coniventes com práticas obscuras.

Finalmente, a Tabela III.12 evidencia uma primeira diferença entre as respostas dos estudantes da escola PARTICULAR 2 em relação às outras escolas, já que a maioria destes estudantes discordam com a afirmação de que há que se usar a força para salvar nosso padrão de vida, e a maioria dos alunos das outras três escolas concordaram com esta afirmação.

Nesta escala referente aos valores sobre as regras do jogo, as respostas dos sujeitos se mostraram bastante homogêneas, ou com uma diferença mínima entre si, e no geral, os índices de discordância se apresentaram ligeiramente maiores em relação aos de concordância e de ambivalência, o que pode



indicar que os nossos sujeitos apresentam atitudes mais democráticas quanto à justiça, ao respeito pelos procedimentos legais e à consideração pelos direitos dos outros.

#### 4.2. VALORES QUANTO A LIBERDADE DE EXPRESSAO.

Esta escala visa expor as atitudes dos estudantes quanto a afirmações gerais sobre opiniões e discursos livres e consta de 8 itens ilustrados pelas Tabelas III.13 a III.20.

A maioria dos estudantes das quatro escolas em questão, concordam que existem pessoas que odeiam nosso modo de vida, e que estas deveriam ser ouvidas (Tabela III.13), O índice de concordância à esta afirmação chegou aos 100% entre os estudantes da escola PÚBLICA 2, e demonstra um alto grau de tolerância às diferenças grupais.

Sobre a afirmação de que um político está sujeito às mesmas proteções legais e direitos que qualquer um, a Tabela III.14 demonstra que a maioria dos sujeitos das quatro escolas concordam com esta afirmação, sendo que os estudantes da escola PARTICULAR 1 são mais pessimistas em relação a esta afirmação.

A Tabela III.15 aponta para uma ligeira ambivalência entre as respostas dos sujeitos da escola PÚBLICA 1, no entanto, parece que todos os demais acreditam no discurso livre sem importar em como devem ser as opiniões, revelando uma tendência democrática de tolerância às divergências de opiniões.

Os índices de concordância são altos quanto à afirmação de que ninguém tem o direito de dizer o que outra pessoa deve ou não ler, como aponta a Tabela III.16, com uma oscilação de concordância que vai dos 77,55% apresentados pelos sujeitos da escola PARTICULAR 1 aos 89,36% apresentados pelos sujeitos da escola PARTICULAR 2.

A concordância e a homogeneidade das respostas dos sujeitos se repetem quanto à afirmação de que não podemos ter certeza de que uma opinião é verdadeira, a não ser que as pessoas sejam livres para discutir sobre elas (Tabela III.17), com um ligeiro índice de discordância entre os sujeitos da escola PUBLICA 1.

Através da Tabela III.18 podemos ver que a maioria dos sujeitos concordam com a afirmação de que somente com liberdade e exposição de pontos de vista diferentes é que a verdade pode ser conhecida.

Há uma oposição em relação a grupos que decidem o quais opiniões deveriam ser livremente expressas e quais deveriam ser silenciadas, compartilhadas por todos os sujeitos como mostra a Tabela III.19, que aponta para uma atitude democrática, em que a maioria dos sujeitos revelou ser menos suscetível em relação a regras externas.

A maioria dos sujeitos concordam com a afirmação de que liberdade significa escolher, por exemplo, entre ser um judeu ou um ateu (Tabela III.20), estas respostas apontam novamente

para uma atitude democrática, de maior autonomia frente a regras impostas pelas autoridades, no caso, as religiosas.

Nesta escala, os sujeitos das quatro escolas foram unânimes em concordar com todas as afirmações em relação à liberdade de discurso e opiniões, o que pode indicar a predominância de atitudes democráticas no que se refere a estas afirmações.

#### 4.3. VALORES QUANTO A APLICAÇÕES DA LIBERDADE DE OPINIÕES

Esta escala propõe verificar as atitudes dos estudantes frente a aplicações específicas dos itens da escala anterior.

A Tabela III.45 mostra que a atitude predominante quanto à afirmação de que a liberdade não dá o direito de expor idéias estrangeiras, entre a maioria dos estudantes das quatro escolas investigadas, foi a de discordância, com um ligeiro predomínio dos estudantes da escola PARTICULAR 2, o que indica a predominância de atitudes democráticas no sentido de tolerar as diferenças grupais.

A Tabela III.22 mostra uma ambivalência entre as repostas dos estudantes, metade dos alunos concordam com a afirmação de que um homem deve ser proibido de falar se não sabe o que fala, e a outra metade discorda, não havendo consenso entre os sujeitos, quanto à afirmação de que um livro de com opiniões

políticas "erradas" não deveria ser publicado, a ambivalência entre as respostas se repetiu, como demonstra a Tabela III.23.

A maioria dos alunos discorda quanto à afirmação de que podemos forçar as pessoas a testemunhar contra elas mesmas em uma situação de perigo (Tabela III.24), indicando atitudes democráticas, onde deve prevalecer a orientação por valores internos e não por valores externos ditados por uma autoridade exterior.

A Tabela III.25 demonstra que mais da metade dos sujeitos concorda com a afirmação de que independente do crime pelo qual é acusada, uma pessoa nunca pode ser condenada se não encarar e discutir com seus acusadores, o que demonstra uma rigidez quanto às regras estabelecidas.

A maioria dos estudantes concorda com a afirmação de se uma pessoa for acusada através de uma prova ilegal, deve ser posta em liberdade, como demonstra a Tabela III.26, o que novamente demonstra uma rigidez dos sujeitos em relação às regras pré estabelecidas. O índice de concordância também é alto quanto à afirmação de que os suspeitos de crimes sérios não merecem direito a fiança conforme demonstra a Tabela III.27, o que aponta para uma atitude anti-democrática de intolerância a qualquer suposição contrária àquelas prescritas pelas autoridades.

Finalmente, sobre a afirmação de que todas as pessoas que se escondem da lei não merecerem confiança, houve uma ambivalência entre as respostas, com um ligeiro predomínio da concordância com este item como demonstra a Tabela III.28, o que

indica a predominância de atitudes anti-democráticas entre os sujeitos das quatro escolas, revelada pela tendência em afirmar apenas as normas pré-concebidas.

O que podemos perceber através desta escala, é uma espécie de ambivalência com um ligeiro predomínio da negação sobre a prática democrática, que é compartilhada pela maioria dos sujeitos das quatro escolas. Assim, apesar de apresentarem um alto índice de concordância com afirmações a respeito da liberdade de opiniões, o mesmo não índice não foi obtido quando da aplicabilidade de tais afirmações, o que pode indicar uma inconsistência na aplicação dos princípios gerais da liberdade de expressão, à instâncias específicas.

#### 4.4. VALORES SOBRE A CRENÇA NA IGUALDADE

Esta escala refere-se à medição das atitudes dos sujeitos quanto à igualdade política, social, étnica e econômica.

Pela Tabela III.29, é possível perceber que a maioria dos sujeitos concorda com a afirmação de que o julgamento de terroristas ou inimigos poderosos não deveria depender das nossas leis tão vagarosas e inseguras, o que demonstra uma certa tendência dos sujeitos em punir qualquer ações contrárias às prescritas pelas autoridades.

Segundo a maioria dos sujeitos, o principal problema da democracia é que a maioria das pessoas nem sabem o que realmente é melhor para elas, como demonstra a Tabela III.30,

o que revela uma atitude anti-democrática de descrença na possibilidade de igualdade política.

Seguindo este tipo de atitude frente a igualdade política, a maioria dos estudantes apóia a idéia de que poucas pessoas sabem o que realmente é melhor para elas, como mostra a Tabela III.31, novamente, estas repostas indicam atitudes anti-democráticas com uma tendência para classificar hierarquicamente pessoas ou grupos.

Este tipo de atitude contrária a crença na igualdade política repete-se conforme demonstra a Tabela III.32, onde é possível ver que a maioria dos estudantes concorda com a afirmação de que as decisões e argumentos estão acima do conhecimento da maioria dos eleitores.

O índice de concordância cai um pouco quanto à afirmação de que a maioria das pessoas não tem sabedoria para escolher seus líderes, como aponta a Tabela III.33, este índice é menor ainda em relação à afirmação de que sempre haverá a necessidade de pessoas fortes e poderosas que administrem tudo, conforme vemos na Tabela III.34, onde há uma ambivalência visível quanto à concordância.

Esta ambivalência se repete no primeiro item concernente à crença na igualdade social e étnica, conforme demonstra a Tabela III.35, percebemos que os estudantes encontram-se bem divididos quanto à crença anti-democrática de que uns homens são melhores que os outros.

Quando a afirmação compara cavalos de raça a algumas raças humanas, o índice de discordância é predominante entre os sujeitos de todas as escolas (Tabela III.36), revelando uma atitude democrática de apoio a igualdade étnica.

Ainda com relação à crença na igualdade étnica, há um ligeiro predomínio de discordância quanto à afirmação de que algumas raças nunca se misturarão com os brasileiros, como mostra a Tabela III.37, em que os sujeitos demonstram ser contrários à discriminação étnica.

Entretanto, esta atitude democrática é anulada quando analisamos a Tabela III.62, que demonstra que a maioria dos sujeitos concorda com a afirmação de que na hora "h", nem todas as raças são iguais como se pensa, revelando uma atitude anti-democrática de discriminação racial.

Novamente, ocorre uma divisão entre as opiniões dos sujeitos quanto à igualdade social, conforme demonstra a Tabela III.39, onde é visível a ambivalência entre as repostas quanto à afirmação de que os grupos minoritários vão tomando conta do espaço aos poucos.

A respeito da igualdade econômica, podemos perceber que os estudantes ficaram bem divididos quanto à afirmação de que o trabalho não leva à participação naquilo que o trabalhador produz (Tabela III.40), revelando uma atitude anti-democrática, de descrença na igualdade social.

A Tabela III.41, demonstra que este índice de ambivalência diminui, quando se trata de responsabilizar apenas o

governo a construir boas casas para as pessoas, quando a maioria dos estudantes concorda com esta afirmação .

Os sujeitos também responsabilizam o governo quanto a garantia de um emprego para todas as pessoas que não conseguem um (Tabela III.42), e novamente, esta tendência a responsabilizar somente o governo quanto à garantia de que todos tenham um bom padrão de vida está de acordo com o índice de concordância demonstrado pela Tabela III.43, o que revela uma tendência de idealização e dependência dos sujeitos em relação às autoridades.

A afirmação de que devemos nos acostumar com a idéia de que sempre haverá miséria, foi rejeitada pela maioria dos sujeitos como demonstra a Tabela III.44, o que revela uma atitude democrática de otimismo frente ao futuro, atitude esta compartilhada em menor grau pelos sujeitos da escola PÚBLICA 1, que se mostraram bastantes ambivalentes frente à esta questão.

Segundo McClousky, esta escala pode suscitar atitudes conflitantes nos sujeitos, e foi exatamente a ambivalência que marcou os índices obtidos entre os nossos sujeitos, principalmente no que tange às afirmações em torno da igualdade social e étnica, o que impossibilita uma classificação mais consistente das respostas sobre estes valores. Sobre a igualdade política e econômica, o que prevaleceu foram atitudes anti-democráticas de crença na desigualdade.



#### 4.5. VALORES SOBRE O CINISMO POLITICO

Esta escala propõe-se a medir as atitudes dos estudantes com relação à crença de que o sistema não governa com justiça ou para atingir o bem comum.

Pela Tabela III.45, é possível notar o alto índice de concordância com a afirmação de que a maioria dos políticos só pensa em si mesmo, o que revela tendências anti-democráticas de cinismo quanto à classe política em geral; semelhantes tendências são reveladas através da Tabela III.46, onde a maioria dos sujeitos demonstraram uma desconfiança em relação ao controle dos partidos políticos pelos ricos.

A Tabela III.47 confirma a atitude de cinismo adotada pelos estudantes frente à classe política, a maioria deles concorda com a afirmação de que os políticos são subornados por interesses particulares em sua maioria.

Entretanto, apesar da predominância do cinismo político, os sujeitos não evitam os contatos com o pessoal do governo, a Tabela III.48 mostra que apenas os sujeitos da escola PARTICULAR 1, tendem a evitar este contato, demonstrando um cinismo mais acirrado contra a classe política, enquanto que mais da metade dos sujeitos das outras escolas discordam desta afirmação.

A ambivalência entre as respostas é vista também na Tabela III.49, quanto à afirmação de que a maioria dos políticos acredita que as associações lucrativas são o melhor para o país, esta divisão de opiniões aponta para o fato de que o cinismo

político ainda não orienta todas as atitudes políticas dos estudantes.

Mas o cinismo volta com força visível quando a questão refere-se à suposição de que aqueles que realmente governam o país, nem são conhecidos pelos eleitores, como mostra a Tabela III.50.

Quanto à afirmação de que as leis do país foram estabelecidas apenas para os ricos, há a predominância de respostas de concordância com esta afirmação como mostra a Tabela III.51, revelando uma atitude anti-democrática de descrença na igualdade social.

Novamente a descrença na igualdade social prevalece diante da afirmação de que poucos terão oportunidade de governar qualquer coisa, não importa o que pensam as pessoas, como podemos ver pela Tabela III.52.

A Tabela III.53 demonstra o predomínio de atitudes de cinismo político, bem como a Tabela III.54, em ambas, a maioria dos estudantes concorda com as afirmações de que a maioria dos políticos não são exatamente o que dizem ser, e de que não há ligação entre o que um político diz, e o que ele faz depois de eleito.

Ainda sobre a desconfiança de que o sistema não governa com justiça, a Tabela III.55 demonstra que a maioria dos estudantes concordam com a afirmação de que um homem pobre não tem a chance que merece em um tribunal.

E o cinismo político transparece novamente através da Tabela III.56, onde podemos ver que a maioria dos estudantes concorda com a afirmação de que a maioria dos partidos pensa apenas em ganhar as eleições e em nada mais.

O índice de cinismo político cai quando a afirmação refere-se ao controle que os chefes de partidos têm sobre todos os políticos, conforma a Tabela III.57, houve uma divisão entre as respostas dos estudantes, o que pode indicar que os estudantes podem desconfiar da classe política em geral, mas acreditam numa autonomia dos políticos.

O último item desta escala foi o mais animador em termos de quebrar a consistência de respostas anti-democrática nesta escala, conforme a Tabela III.58, a maioria dos estudantes acredita que pode fazer algo em relação aos problemas políticos, ainda que prevaleçam atitudes anti-democráticas em relação à classe política como um todo.

#### 4.6. VALORES SOBRE O SENSO DE FUTILIDADE POLITICA.

Esta escala proporcionou a dimensão do pessimismo em relação à possibilidade de alguém atingir ou mesmo influir sobre o sistema político.

A Tabela III.59 apresenta um índice de concordância com o pessimismo político, já que a maioria dos estudantes entende que aqueles que governam este país nem são conhecidos pelos eleitores. Há uma subestimação em torno de todos os eleitores em atingir o sistema político.

Através da Tabela III.60, vemos uma predominância dos sujeitos em considerar-se distantes do poder, já que a maioria concorda que os líderes políticos dificilmente atendem pessoas que pensam ou são como eles (os estudantes), novamente há uma tendência em subestimar as pessoas quanto à influência sobre o poder.

O índice de pessimismo político ainda é alto entre as respostas dos sujeitos sobre a possibilidade de influir sobre as decisões políticas, como demonstra a Tabela III.61.

A maioria dos estudantes concorda com a afirmação pessimista de que os partidos são tão grandes, que muitos membros nem conseguem falar sobre suas propostas nas reuniões (Tabela III.62). Através da Tabela III.63, podemos ver que os sujeitos cultivam um sentimento de pessimismo quanto à noção de distância entre o que eles aspiram e o que os representantes políticos podem fazer por eles.

Finalmente, através da Tabela III.64, podemos observar um sentimento otimista quanto a possibilidade de se atingir o sistema, a maioria discorda da afirmação de que não importa em quem você vota, as coisas continuarão do mesmo jeito.

## 5 - CONCLUSÕES A RESPEITO DAS TENDÊNCIAS IDEOLÓGICAS DOS SUJEITOS

Em termos gerais, os sujeitos apresentaram muitas contradições em suas atitudes referentes à democracia como um valor que se forma sobre os direitos legais, políticos, econômicos, sociais e étnicos das pessoas.

Através das escalas de McClousky, podemos perceber que eles foram bastantes ambivalentes em suas respostas, como na escala sobre as regras do jogo; quanto à crença na liberdade de expressão, suas respostas, em geral mostraram-se contraditórias quanto às afirmações e à aplicabilidade destas. Se num primeiro momento eles foram quase que unânimes em concordar com as afirmações sobre a liberdade de opiniões, num segundo, hesitam e titubeiam perante a possibilidade de práticas destas afirmações.

Quanto às atitudes em relação à crença na igualdade, estes sujeitos demonstraram ambivalência sobre a possibilidade de igualdade social e étnica, tendendo mais à anti-democracia no campo da igualdade econômica e demonstrando uma desconfiança quanto à possibilidade da igualdade política.

A este descrédito na igualdade política, seguiu-se a predominância de respostas anti-democráticas quanto ao sistema e à classe política em geral.

Entretanto, a discordância geral em dois itens desta escala revela que estes sujeitos nutrem um sentimento de esperança de que eles mesmos poderão fazer algo para mudar este

pessimismo, contando com o fato de que a faixa de idade predominante foi a de 16 a 17 anos, entendemos que em sua maioria, estes estudantes ainda não participaram da política através do voto, talvez mais pela idade do que devido à um consistente senso de futilidade política, pois justamente nos itens que requerem sua participação, eles negaram, em sua maioria, uma atitude de passividade frente à descrença no sistema.

Em resumo, as respostas dos sujeitos de cada escola foram bastante parecidas, mas uma análise mais minuciosa mostra que os sujeitos da escola PÚBLICA 1, tenderam mais à atitudes anti-democráticas; os sujeitos da escola PÚBLICA 2 apresentaram uma tendência anti-democrática menos consistente que os da escola PÚBLICA 1 e foram os que apresentaram mais ambivalência entre as suas respostas; os sujeitos das escolas particulares apresentaram uma tendência anti-democrática bastante permeada por atitudes democráticas.

Tanto os sujeitos da escola PÚBLICA 1, como os da escola PÚBLICA 2, são oriundos em sua maioria, das classes média e baixa, seus pais possuem um grau de escolaridade abaixo do nível superior, e ambas apresentam o maior número de estudantes trabalhadores. Entretanto, temos que considerar aqui, o fato da escola PÚBLICA 2 ser considerada "padrão", o que parece ter influenciado nas respostas dos sujeitos, que apesar desta semelhança com a outra escola pública, foram menos consistentes em suas atitudes anti-democráticas, apresentando um alto índice

de ambivalência entre suas respostas. Entendemos que a classificação desta escola como "padrão" implica em avaliações constantes no desempenho dos alunos e oferece maiores condições de informações do que uma escola pública sem esta classificação, o que pode explicar esta diferença entre as respostas dos sujeitos destas duas escolas.

Quanto aos sujeitos das escolas particulares, podemos dizer que suas respostas foram bastante semelhantes, e que estes foram os sujeitos que apresentaram um maior número de tendências democráticas, apesar do predomínio das anti-democráticas.

Mesmo em pequena proporção, a diferença entre as tendências apresentadas pelos sujeitos das diferentes escolas não deve ser ignorada, pois ela vem de encontro às teses abordadas nos capítulos anteriores de que as atitudes políticas estão atreladas às condições específicas de classes que os sujeitos representam.

Quanto às atitudes referentes à democracia como um valor que se firma na participação dos indivíduos nas tomadas de decisão sobre a vida coletiva, podemos dizer que o índice de atividade política de Woodward e Roper, demonstrou que os sistemas de crenças dos nossos sujeitos ainda não dispõem de um condicionamento (constraint), que os impulse ao engajamento político.

Os resultados desta escala demonstram mais um desinteresse do que um interesse dos sujeitos pelas atividades

políticas. Seja pela tenra idade, ou por uma espécie de síndrome de desinteresse político, o fato é que os sujeitos das quatro escolas apresentaram índices de participação política muito baixos de acordo com esta escala.



## CAPITULO VI

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início desta pesquisa, afirmamos nossa intenção de analisar as opiniões políticas de estudantes do 2º grau do interior de São Paulo à luz do atual sistema político brasileiro, semelhantemente ao trabalho de Brockmann Machado (1975), que em 1973, analisou as orientações políticas dos estudantes do *high school*, frente ao regime militar.

Entretanto, se a questão que inspirou Brockmann Machado era saber o que pensam os "filhos do autoritarismo", passados 22 anos, nossa questão refere-se aos "filhos da abertura política", e gostaríamos de saber especificamente se a atual geração que compõe o 2º grau expressa opiniões congruentes com o regime democrático ora em vigor.

Nos capítulos anteriores, vimos que a condição de "estudante" implica em uma relação de dependência com a família, e as consequências desta dependência, estão intimamente ligadas ao processo de socialização que ocorre dentro da escola.

As tensões existentes entre as diferentes gerações que compõem uma família, tornam obscura a reciprocidade que permeia a relação entre os membros, e o agrupamento etariamente homogêneo na situação escolar propicia o desenvolvimento de uma forte identificação comum entre os indivíduos.

Sob esta ótica, os sujeitos desta pesquisa caracterizaram-se principalmente por suas atitudes não de todo homogêneas, mas bastante semelhantes entre si, e por uma ambivalência entre estas atitudes.

Vimos que a questão específica das atitudes políticas que os jovens apresentam, emerge como um importante aspecto para a compreensão da formação da consciência e do comportamento político dos adultos, daí nosso interesse em verificar se as atitudes políticas dos estudantes do 2º grau são congruentes com as orientações políticas que movimentam o regime democrático.

Considerando as respostas de maior porcentagens presentes nas quatro escolas, a primeira constatação que pudemos fazer foi a de que os sujeitos apresentaram resultados muito semelhantes entre si, com uma proporção mínima de diferença que pode ser explicada quando correlacionada às diferentes origens sociais dos alunos e à qualidade de ensino oferecida pelas escolas. Ao que parece, quanto maior a escolaridade, o nível de ocupação dos pais, e a qualidade de ensino oferecida pelas escolas, há maiores possibilidades dos sujeitos em apresentar

tendências democráticas; é preciso frisar que as diferenças entre as porcentagens das respostas foram mínimas.

A segunda constatação foi a indicação de um baixo índice de atividade política entre todos os sujeitos, que revelou a predominância de um tipo de desinteresse político ou a falta de um engajamento político deste segmento jovem.

A terceira constatação, é que, dentre as atitudes anti-democráticas dos sujeitos, aquelas que apresentaram maior consistência dizem respeito ao Cinismo e ao Pessimismo Político.

Examinando a política que rege o ensino de 2º grau no Brasil, vimos brevemente que ao longo dos anos 70 houve uma expansão em todos os níveis de ensino, o que diluiu a condição de elite dos estudantes, principalmente devido ao ingresso de uma massa de estudantes de diferentes condições sociais.

Sobre este aspecto, podemos dizer que a predominância de sujeitos das camadas médias em nossa pesquisa pode ter contribuído para a ambivalência de suas respostas, já que segundo Foracchi (1977), os estudantes provenientes desta classe conservam um alto grau de dependência familiar. Considerando que esta é uma classe gerada na instabilidade, permeada pela historicidade do sistema que a constitui e marginal a ele como categoria não essencial, e que busca a ascensão social a todo custo, as respostas ambivalentes dos nossos sujeitos retratam bem sua origem social.

Buscamos na "A Personalidade Autoritária" (1965), os conceitos de atitudes democráticas e anti-democráticas, especificamente sobre o cinismo e o pessimismo político, para auxiliar nossa interpretação frente a esta constatação. Na escala F, há uma variável específica denominada "Destrutividade e Cinismo" onde os valores de cinismo e pessimismo político se encaixam perfeitamente. Nesta variável, Adorno e os demais pesquisadores da "A Personalidade Autoritária", consideram como anti-democráticas aquelas idéias, opiniões, atitudes e valores que, relacionadas entre si:

- concebem a natureza humana como instintivamente má;
- em seu conjunto, conduzem a uma posição cética e pessimista perante o mundo;
- demonstram um desprezo geral à toda espécie humana;
- concebem a sociedade como inevitavelmente estruturada por grupos hierarquizados, que se relacionam necessariamente através do binômio dominação-subordinação.

Como democráticas, foram consideradas as idéias, opiniões, atitudes e valores, que relacionadas entre si:

- tendem a uma posição otimista frente ao futuro e à humanidade em geral;
- aceitam a diversidade de pessoas, grupos ou classe sem classificá-la;

- conduzem a uma flexibilidade quanto a formação de conceitos rígidos em relação à uma pessoa, grupo, classe, ou culturas;

- buscam explicações de ordem social e não moral ou individual.

Entretanto, a destrutividade e cinismo apresentados pelos sujeitos, eram específicos, dirigidos à classe e ao sistema político do país, e entendemos que intermeados nestes valores, estão os parâmetros macro-políticos, que aproximaram ideologicamente os indivíduos.

As mudanças ocorridas no Brasil a partir da década de 60, sob o ponto de vista político, foram revolucionárias, vimos que a partir de 1985, houve no país uma reconfiguração do imaginário político, que trazia interpretações diferentes sobre o recém concluído processo de transição.

O debilitamento das lideranças militares e civis, devido à grave crise econômica do início de 80, produziu inseguranças em relação a legitimidade da classe política, grande parte delas causadas pela prática clientelista que a maioria dos políticos brasileiros costumam adotar.

O resultado foi o que Lamounier chama de "síndrome da paralisia hiperativa", causada pelo desgaste e pela desagregação das forças políticas, pela proliferação de iniciativas da própria classe política, pela extrema morosidade do processo de redemocratização do país, e por uma participação

pública sem precedentes no país ("Diretas Já", Constituinte de 1987-88, Campanhas pela ética na política...).

Assim, a constatação de um baixo índice de atividade política e de uma consistente tendência à atitudes e opiniões políticas anti-democráticas assentadas num acentuado cinismo e pessimismo, apresentados pelos sujeitos desta pesquisa, pode ser explicada pelo fato de que estas atitudes são incrementadas pelas frustrações que acompanham o processo de redemocratização do país, principalmente após a morte de Tancredo Neves, a decepção com os planos econômicos de estabilização, e o *impeachment* de Collor.

Em 1973, os estudantes do *high school* investigados por Brockmann Machado acreditavam no "futuro de ouro", ou no franco desenvolvimento econômico do Brasil, este otimismo revelava que os estudantes brasileiros respondiam de modo positivo à retórica do desenvolvimento difundida pelo regime militar.

Segundo Machado, a retórica do desenvolvimento tem a consequência irônica de trair o Estado em sua própria ideologia, porque a menos que ele possa realmente cumprir o que promete (inflação sob controle, maiores benefícios para a população...), sua credibilidade tenderá ao declínio. Se considerarmos que a retórica do desenvolvimento é embasada em uma ideologia tecnocrata, e que a política do ensino de 2º grau no Brasil apresenta fortes indícios tecnocratas, podemos concluir que a nova geração que compõe o 2º grau, ao substituir as noções

de participação e representação, pelas de eficiência e performance política, ainda se conduzem por esta retórica, daí a frustração e pessimismo político diante da instabilidade econômica pela qual o país tem passado.

Nos capítulos anteriores vimos que em termos de política econômica, o que se seguiu após a Nova República foi uma sucessão de planos fracassados, e que o Plano Real é considerado por muitos economistas brasileiros (Simonsen, Paiva Abreu e Dias Carneiro, 1994), como o mais bem articulado desde o governo Castelo Branco, assim, é provável que este regime encontre sua legitimação sobre a ideologia tecnocrata e desenvolvimentista, e que o sucesso deste plano econômico seja favorável à consolidação da democracia em nosso país, passada a síndrome de paralisia hiperativa que acometeu a classe política.

Assim, podemos concluir que em nossa pesquisa, os fins da democracia nos sistemas de crenças do sujeitos ficaram muito pouco claros, e o que se viu foi uma forte tendência à atitudes políticas favoráveis ao cinismo e pessimismo político com baixos índices de participação política.

Há uma clara demonstração de ranços autoritários nestas atitudes, entretanto, entendemos que este tipo de descrença e desinteresse político não são permanentes, há que se considerar que o grupo etário juvenil é o mais ambíguo em

relação aos seus sentimentos e atitudes, e que estes podem ser interpretadas como uma identificação com as incertezas políticas e econômicas que permearam o país durante o processo de redemocratização.



## BIBLIOGRAFIA

- ABREU, D.S.: "Formação Histórica de Uma Cidade Pioneira Paulista: Presidente Prudente". Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Presidente Prudente, 1972.
- \_\_\_\_\_.: "Poder Político Local no Populismo - Presidente Prudente(SP) 1928-1959". Tese de Livre Docência, Instituto de Planejamento e Estudos Ambientais - UNESP, campus de Presidente Prudente, 1982.
- ADORNO, T.W. et al.: "La Personalidad Autoritária". Buenos Aires, Ed. Proyeccion, 1965.
- ADORNO, T.W. e HORKHEIMER, M.: "A Indústria Cultural" - O Iluminismo como Mistificação de Massas. in Teoria da Cultura de Massa, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- AVELAR, L.: "O Segundo Eleitorado". Campinas, Ed. da UNICAMP, 1989.
- AZEVEDO, M.L.R.: "Valores Anti-Democráticos e Participação Política de Alunos Universitários do Interior de São Paulo." Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica, SP 1991.
- BERGER e LUCKMANN : "A Construção Social Da Realidade, 2ª ed." Ed Vozes, Petrópolis, RJ, 1974.
- BROCKMANN MACHADO, M.: "Political Socialization in Authoritarian Systems" - The Case of Brazil. Illinois, University of Chicago, 1975.
- \_\_\_\_\_.: "Ideologia, Socialização Política e Dominação". Revista Dados, vol. 23, nº 2, 1980.

- CONVERSE, P.E.: "The Nature Of Belief Systems In Mass Publics".in  
Crotty, W.J. (org) Public Opinion and Politics: A Reader;  
Holt, Reinchart and Winston, Inc, 1970.
- CUNHA, L.A.: "Educação, Estado e Democracia no Brasil". SP,Cortez  
1991.
- CURY, C.R.J.: "Alguns Apontamentos em Torno da Expansão e da  
Qualidade do Ensino Médio no Brasil". in Cadernos CEDES 25,  
Campinas, 1991.
- DIAS CARNEIRO,D.; e PAIVA ABREU, M."1944-94: 50 anos de Política  
Econômica no Brasil". in 50 Anos de Brasil: 50 anos de  
Fundação Getúlio Vargas. RJ, FGV, 1994.
- DIMENSTEIN,G.: "Como Não Ser Enganado nas Eleições".SP, Ed Atica,  
1994.
- EISENSTADT, S.N.: "De Geração a Geração". São Paulo, Ed.  
Perspectiva, 1976.
- ERIKSON, E.H.: "Identidade, Juventude e Crise". Rio de Janeiro,  
Zahar, 1972.
- FORACCHI, M.: "O Estudante e a Transformação da Sociedade  
Brasileira". Companhia Ed. Nacional, 1977.
- FREUD, S.: "Introductory Lectures on Psycho-Analysis". London,  
George Allen & Unwin Ltd. 1952.
- FURTADO, C.: "Desenvolvimento e Cultura". in Raízes e Perspecti-  
vas do Brasil. Campinas, Papirus e Ed da UNICAMP, 1984.
- GOUVEIA,A.J. e HAVIRGHURST,R.J.: "Ensino Médio e Desenvolvimento"  
SP, Edições Melhoramentos, 1969.

- GUILHON ALBUQUERQUE, J.A.: "Movimento Estudantil e Consciência Social na América Latina". RJ, Paz e Terra, 1977.
- IANNI, O.: "Industrialização e Desenvolvimento Social". Rio de Janeiro, Ed. Civilização, 1963.
- JAGUARIBE, H.: "Brasil : Estabilidade Social Pelo Colonial-Fascismo?". in Furtado, C. (org). Brasil: Tempos Modernos. RJ, Paz e Terra, 1979.
- \_\_\_\_\_. "Raízes do Brasil e a Transição para a Sociedade de Massas". in Raízes e Perspectivas do Brasil op cit
- JENNINGS, M.K. e NIEMI, R.G.: "The Political Character of Adolescence" - The Influence of Families and Schools. Princeton University Press, 1974.
- KAWAMURA, L.: "Ciência, Tecnologia e Educação nos 100 Anos de República". in Rev. Proposições nº 2, jul/1990.
- KINZO, M.D.: "O Comportamento Eleitoral em uma Cidade Brasileira". Revista Dados, vol. 35, nº 1, 1992.
- LAMOUNIER, B.: "Presidente Prudente - O Crescimento da Oposição num Reduto Arenista", in LAMOUNIER, B. e REIS, F.W. (orgs), Os Partidos e o Regime: A Lógica do Processo Eleitoral Brasileiro, SP, Símbolo, 1978.
- \_\_\_\_\_.: "Representação Política - A Importância de Certos Formalismos", in LAMOUNIER, B.; WEFFORT, F.C. e BENEVIDES, M.V. (orgs), Direito, Cidadania e Participação. São Paulo, T. A. Queiroz, 1981.
- \_\_\_\_\_.: "Apontamentos sobre a Questão Democrática". in Como Renascem as Democracias. SP, Brasiliense, 1985.

- \_\_\_\_\_.: "E no Entanto se Move: Formação e Evolução do Estado Democrático no Brasil, 1930-94". in 50 Anos de Brasil: 50 Anos de Fundação Getúlio Vargas, 1994 op cit.
- LAZARSELD, P. F.: "El Pueblo Elige". Buenos Aires, Imprensa Lopez, 1962.
- \_\_\_\_\_.: "Comunicação de Massa, Gosto Popular e a Organização da Ação Social". in Teoria da Cultura de Massa, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- LANE, S.M.T.: "A Psicologia Social e uma Nova Concepção do Homem Para a Psicologia". in Lane, S.M.T. e Codo, W.(orgs) Psicologia Social - O Homem em Movimento. SP, Brasiliense, 1984.
- MARTINS, C.B.: "O Público e o Privado na Educação Superior Brasileira nos anos 80". in Cadernos CEDES 25, Campinas, 1991.
- MENIN, M.S.S: "A Construção da Democracia e a Escola - um estudo sobre Representações Políticas e interações verbais no 2º grau". Tese de doutoramento. Instituto de Psicologia, USP, 1992.
- MIRANDA, M.G.: "O Processo de Socialização na Escola". in Lane, S. M. T. e Codo, W. (orgs) Psicologia Social - O Homem em Movimento, 1984 op cit.
- MOISES, J.A.: "Democratização e Cultura de Massas no Brasil". São Paulo, Lua Nova, nº 26, 1992.
- NUNES LEAL, V.: "Coronelismo, Enxada e Voto: O Município e o Regime Representativo no Brasil". São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1986.

- PAIVA, V.: "Um Século de Educação Republicana". in Rev Proposições nº 2, jul/1990.
- REIS, F.W.: "Em Busca da Lógica do Processo Eleitoral Brasileiro". in Os Partidos e o Regime op. cit.
- ROBINSON, J.P.; RUSK, J.G. e HEAD, K.B.: "Measures of Political Attitudes". Institute of Social Research, The University of Michigan, 1973.
- RODRIGUES, A.T.: "Estudantes na Política, em Tempos de Mobilizações e Crise". in Rev. São Paulo em Perspectiva, nº 7, jan/mar 1993.
- SANDOVAL, S.A.M.: "Political Socialization in Northern Mexico". Texas, University of Texas, 1971. in Azevedo, M.L.R, 1991 op cit.
- TOZONI REIS, J.R.: "Família, Emoção e Ideologia". in Lane, S.M.T e Codo, W. (orgs) Psicologia Social - o Homem em Movimento, 1984,op cit.

TABELA I.1  
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE SUJEITOS POR ESCOLAS

ESCOLAS	% DO TOTAL DA AMOSTRA
FERNANDO COSTA (ESCOLA PÚBLICA 1)	19% (32)
MONSENHOR SARRION (ESCOLA PÚBLICA 2)	24% (40)
OBJETIVO (ESCOLA PARTICULAR 1)	29% (47)
ANGLO (ESCOLA PARTICULAR 2)	28% (49)
	N = 168

TABELA I.2  
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE SUJEITOS POR SEXO

ESCOLAS	SEXO		
	MASCULINO	FEMININO	NR
PÚBLICA 1	34,37%	65,62%	--
PÚBLICA 2	37,50%	60,00%	2,50%
PARTICULAR 1	40,81%	59,18%	--
PARTICULAR 2	31,91%	68,08%	--

#NR = NÃO RESPONDERAM

TABELA 1.3  
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE SUJEITOS POR IDADE

ESCOLAS	IDADE (EM ANOS)				
	MENOS DE 16	16	17	18	19 OU MAIS
PUBLICA 1	--	31,25%	50,00%	12,50%	6,25%
PUBLICA 2	--	40,00%	52,50%	2,50%	5,00%
PARTICULAR 1	12,24%	34,69%	44,89%	6,12%	2,04%
PARTICULAR 2	--	48,93%	46,80%	2,12%	2,12%

TABELA 1.4  
CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DE ACORDO COM A  
PROCEDENCIA ESCOLAR - PRIMEIRO GRAU

ESCOLAS	TIPO DE ESCOLA ONDE ESTUDOU O PRIMEIRO GRAU		
	PUBLICA	PARTICULAR	PUBLICA E PARTICULAR
PUBLICA 1	75,00%	21,87%	3,12%
PUBLICA 2	60,00%	17,50%	22,50%
PARTICULAR 1	40,81%	40,81%	18,36%
PARTICULAR 2	21,27%	53,19%	25,53%

TABELA I.5  
 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DE ACORDO COM A  
 PROCEDENCIA ESCOLAR - PRIMEIRA SERIE DO 2º GRAU

ESCOLAS	TIPO DE ESCOLA ONDE ESTUDOU A PRIMEIRA SERIE DO SEGUNDO GRAU		
	PUBLICA	PARTICULAR	NAO RESPONDEU
PUBLICA 1	87,50%	12,50%	--
PUBLICA 2	97,50%	2,50%	--
PARTICULAR 1	24,48%	73,46%	2,04%
PARTICULAR 2	8,51%	91,48%	--

TABELA I.6  
 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DE ACORDO COM A  
 PROCEDECIA ESCOLAR - SEGUNDA SERIE DO 2º GRAU

ESCOLAS	TIPO DE ESCOLA ONDE ESTUDOU A SEGUNDA SERIE DO SEGUNDO GRAU	
	PUBLICA	PARTICULAR
PUBLICA 1	96,87%	3,12%
PUBLICA 2	100%	--
PARTICULAR 1	18,36%	81,63%
PARTICULAR 2	6,38%	93,61%



TABELA 1.7  
 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DE ACORDO COM  
 A ESCOLARIDADE DOS PAIS

ESCOLAS	ESCOLARIDADE DOS PAIS †					
	1	2	3	4	5	6
PUBLICA 1	--	12,50%	18,75%	9,37%	25,00%	34,37%
PUBLICA 2	2,50%	5,00%	7,50%	12,50%	45,00%	27,50%
PARTICULAR 1	2,04%	2,04%	4,08%	4,08%	14,28%	73,46%
PARTICULAR 2	--	2,12%	--	4,25%	17,02%	76,59%

† 1 = NUNCA FOI A ESCOLA

4 = SECUNDARIO INCOMPLETO

2 = PRIMARIO INCOMPLETO

5 = SECUNDARIO COMPLETO

3 = PRIMARIO COMPLETO

6 = SUPERIOR OU MAIS

TABELA I.8  
 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DE ACORDO COM  
 A ESCOLARIDADE DAS MÃES

ESCOLAS	ESCOLARIDADE DAS MÃES †					
	1	2	3	4	5	6
PUBLICA 1	--	3,12%	18,75%	21,87%	18,75%	37,50%
PUBLICA 2	2,50%	15,00%	10,00%	10,00%	32,50%	30,00%
PARTIC 1 ††	2,04%	6,12%	2,04%	--	22,44%	65,30%
PARTIC 2	2,12%	2,12%	--	2,12%	21,27%	72,34%

† 1 = NUNCA FOI A ESCOLA

4 = SECUNDARIO INCOMPLETO

2 = PRIMARIO INCOMPLETO

5 = SECUNDARIO COMPLETO

3 = PRIMARIO COMPLETO

6 = SUPERIOR OU MAIS

†† NAO FOI POSSIVEL CLASSIFICAR 2,04% DOS SUJEITOS DESTA ESCOLA  
 QUE NAO RESPONDERAM A ESTA QUESTAO

TABELA I.9

## CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS QUANTO

## A OCUPAÇÃO DOS PAIS

ESCOLAS	CLASSIFICAÇÃO DAS OCUPAÇÕES CONFORME CATEGORIAS SOCIAIS:				
	SUPERIOR	MEDIO	INFERIOR	FALECIDO	APOSENTADO
PUBLICA 1	21,87%	43,75%	31,25%	3,12%	--
PUBLICA 2	12,50%	55,00%	22,50%	2,50%	-- †
PARTICULAR 1	48,97%	40,81%	4,08%	4,08%	2,04%
PARTICULAR 2	40,42%	53,19%	2,12%	--	-- †

† 2,04% DOS SUJEITOS DA ESCOLA PUBLICA 2 E 4,25% DOS SUJEITOS DA ESCOLA PARTICULAR 2 NAO RESPONDERAM A ESTA QUESTAO.

TABELA I.10

## CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS QUANTO

## A OCUPAÇÃO DAS MÃES

ESCOLAS	CLASSIFICAÇÃO DAS OCUPAÇÕES CONFORME CATEGORIAS SOCIAIS:				
	SUPERIOR	MEDIO	INFERIOR	FALECIDA	DO LAR
PUBLICA 1	--	53,12%	15,62%	--	31,25% †
PUBLICA 2	2,50%	35,00%	10,00%	--	45,00%
PARTICULAR 1	8,16%	53,06%	--	2,04%	30,61% †
PARTICULAR 2	4,25%	70,21%	8,51%	--	17,02%

† 7,50% DOS SUJEITOS DA ESCOLA PUBLICA 2 E 6,12% DOS SUJEITOS DA ESCOLA PARTICULAR 1 NAO RESPONDERAM A ESTA QUESTAO.

TABELA I.11

## CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS QUANTO A OCUPAÇÃO DOS MESMOS

ESCOLAS	CLASSIFICAÇÃO DAS OCUPAÇÕES CONFORME CATEGORIAS SOCIAIS:			
	SUPERIOR	MEDIO	INFERIOR	ESTUDANTE †
PUBLICA 1	--	6,25%	25,00%	68,75%
PUBLICA 2	--	7,50%	20,00%	72,50%
PARTICULAR 1	--	2,04%	4,08%	93,87%
PARTICULAR 2	--	2,12%	2,12%	95,74%

† ESTA CATEGORIA REFERE-SE A SUJEITOS QUE SO ESTUDAM E NAO TRABALHAM.

TABELA I.12

## CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS QUANTO A IDADE QUE INICIARAM SUAS OCUPAÇÕES

ESCOLAS	IDADE QUE COMEÇOU A TRABALHAR †				
	1	2	3	4	5
PUBLICA 1	3,12%	9,37%	12,50%	6,25%	68,75%
PUBLICA 2	2,50%	2,50%	7,50%	15,00%	72,50%
PARTICULAR 1	2,04%	--	4,08%	--	93,87%
PARTICULAR 2	--	--	2,12%	--	97,87%

† 1 = 12 ANOS

4 = MAIS DE 16 ANOS

2 = 13 A 14 ANOS

5 = SUJEITOS QUE NAO TRABALHAM

3 = 15 A 16 ANOS

TABELA I.13  
 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS QUANTO A RELIGIÃO

ESCOLAS	RELIGIÃO †				
	1	2	3	4	5
PUBLICA 1	68,75%	6,25%	12,50%	3,12%	9,37%
PUBLICA 2	62,50%	12,50%	12,50%	7,50%	5,00%
PARTICULAR 1	77,55%	6,12%	6,12%	6,12%	6,38%
PARTICULAR 2	85,10%	4,25%	2,12%	2,12%	6,38%

† 1 = CATOLICA

4 = EVANGELICA

2 = ESPIRITA

5 = SEM RELIGIÃO

3 = PROTESTANTE

TABELA I.14  
 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS QUANTO  
 A ASSIDUIDADE RELIGIOSA

ESCOLAS	FREQUENTA ASSOCIAÇÃO RELIGIOSA	
	SIM	NAO
PUBLICA 1	40,62%	59,37%
PUBLICA 2	40,00%	60,00%
PARTICULAR 1	38,77%	61,22%
PARTICULAR 2	23,40%	76,59%

TABELA I.15  
 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS QUANTO A  
 FREQUENCIA EM ASSOCIAÇÕES COMUNITARIAS

ESCOLAS	FREQUENTA ASSOC. COMUNITARIA	
	SIM	NAO
PUBLICA 1	--	100%
PUBLICA 2	2,50%	97,50%
PARTICULAR 1	6,12%	93,87%
PARTICULAR 2	2,12%	97,87%

TABELA I.16  
 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS QUANTO  
 A FREQUENCIA EM ASSOCIAÇÕES RECREATIVAS

ESCOLAS	FREQUENTA ASSOCIAÇÕES RECREATIVAS	
	SIM	NAO
PUBLICA 1	40,62%	59,37%
PUBLICA 2	62,50%	37,50%
PARTICULAR 1	71,42%	28,57%
PARTICULAR 2	80,85%	19,14%

TABELA II.1

INDICE DE PARTICIPAÇÃO DOS SUJEITOS EM CAMPANHAS PUBLICAS,  
DE MELHORIAS ESCOLARES OU DE BENEFICIOS GERAIS A POPULAÇÃO

ESCOLAS	PARTICIPOU	NUNCA PARTICIPOU
PUBLICA 1	21,87Z	78,12Z
PUBLICA 2	27,50Z	72,50Z
PARTICULAR 1	22,44Z	77,55Z
PARTICULAR 2	14,89Z	85,10Z

TABELA II.2

INDICE DE PARTICIPAÇÃO DOS SUJEITOS EM DISCUSSAO  
DE PROBLEMAS SOCIAIS E ECONOMICOS COM AMIGOS

ESCOLAS	COMO DISCUTE:		
	FREQUENTEMENTE	AS VEZES	NUNCA
PUBLICA 1	6,25Z	78,12Z	15,62Z
PUBLICA 2	22,50Z	70,00Z	7,50Z
PARTICULAR 1	4,08Z	85,71Z	10,20Z
PARTICULAR 2	6,38Z	80,85Z	12,76Z

TABELA II.3  
 INDICE DE QUALIDADE DE PARTICIPAÇÃO  
 NAS DISCUSSÕES COM OS AMIGOS

ESCOLAS	COMO PARTICIPA:				
	APENAS ESCUTO	AS VEZES FALO	PARTICIPO IGUALMENTE	VOU ALEM, CONVENÇO-OS	NR*
PUBLICA 1	--	31,25%	46,87%	3,12%	18,75%
PUBLICA 2	7,50%	25,00%	37,50%	20,00%	10,00%
PARTICULAR 1	4,08%	30,61%	32,65	20,40%	12,24%
PARTICULAR 2	4,25%	23,40%	31,91%	23,40%	17,02%

\* A PARTIR DESTA TABELA UTILIZAMOS A SIGLA NR PARA DEMONSTRAR A PORCENTAGEM DE SUJEITOS QUE NAO RESPONDERAM AS QUESTOES ESPECIFICAS, PERTINENTES A CADA TABELA SEGUINTE.

TABELA II.4  
 INDICE DE PARTICIPAÇÃO NAS DISCUSSÕES COM PESSOAS PUBLICAS

ESCOLAS	JA DISCUTIU COM ALGUMA PESSOA PUBLICA?		
	SIM	NAO	NR
PUBLICA 1	12,50%	87,50%	--
PUBLICA 2	15,00%	85,00%	--
PARTICULAR 1	18,36%	81,63%	--
PARTICULAR 2	17,02%	82,97%	--



TABELA II.5  
 INDICE DE PARTICIPAÇÃO EM ELEIÇÕES PASSADAS

ESCOLAS	JA TRABALHOU EM ELIÇÕES PASSADAS?		
	SIM	NÃO	NR
PUBLICA 1	18,75%	81,25%	--
PUBLICA 2	10,00%	90,00%	--
PARTICULAR 1	16,32%	83,67%	--
PARTICULAR 2	10,63%	89,36%	--

TABELA II.6  
 INDICE DE PARTICIPAÇÃO EM DISCURSOS OU COMÍCIOS POLÍTICOS

ESCOLAS	JA PARTICIPOU	NUNCA PARTICIPOU	NR
PUBLICA 1	37,50%	59,37%	3,12%
PUBLICA 2	70,00%	30,00%	--
PARTICULAR 1	44,89%	55,10%	--
PARTICULAR 2	42,55%	55,31%	2,12%

TABELA II.7  
 INDICE DE PARTICIPAÇÃO EM DOAÇÕES DE DINHEIRO  
 A CANDIDATOS OU PARTIDOS POLITICOS

ESCOLAS	JÁ PARTICIPOU	NUNCA PARTICIPOU	NR
PUBLICA 1	3,12%	96,87%	--
PUBLICA 2	2,50%	97,50%	--
PARTICULAR 1	--	100%	--
PARTICULAR 2	2,12%	97,87%	--

TABELA II.8  
 INDICE DE PARTICIPAÇÃO EM CAMPANHAS POLITICAS

ESCOLAS	QUANTIDADE DE VEZES QUE PARTICIPOU				NR
	UMA	DUAS	MAIS DE DUAS	NENHUMA	
PUBLICA 1	28,12%	6,25%	9,37%	56,25%	--
PUBLICA 2	20,00%	10,00%	--	67,50%	2,50%
PARTICULAR 1	12,24	8,16%	2,04%	77,55%	--
PARTICULAR 2	17,02%	8,51%	2,12%	72,34%	--

TABELA III.1

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:  
 "A JUSTIÇA DEVE SER FEITA COM AS PRÓPRIAS MÃOS"

ESCOLAS	CONCORDA	DISCORDA	NR
PÚBLICA 1	56,25%	43,75%	--
PÚBLICA 2	70,00%	30,00%	--
PARTICULAR 1	81,63%	18,36%	--
PARTICULAR 2	76,59%	18,36%	--

TABELA III.2

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:  
 "A MAIORIA TEM O DIREITO DE ELIMINAR AS MINORIAS"

ESCOLAS	CONCORDA	DISCORDA	NR
PÚBLICA 1	15,62%	84,37	--
PÚBLICA 2	17,50%	82,50%	--
PARTICULAR 1	18,36%	79,59%	2,04%
PARTICULAR 2	14,89%	85,10%	--

TABELA III.3

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:

"PARA UM MUNDO LIVRE, PESSOAS INOCENTES TEM DE SOFRER"

ESCOLAS	CONCORDA	DISCORDA	NR
PUBLICA 1	18,75%	81,25%	--
PUBLICA 2	42,50%	57,50%	--
PARTICULAR 1	18,36%	79,59%	2,04%
PARTICULAR 2	19,14%	80,85%	--

TABELA III.4

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:

"OS PROPRIOS PARLAMENTARES NAO SEGUEM ESTRITAMENTE AS LEIS

E NAO CONSEGUEM PROVAR SUA PROPRIA INTEGRIDADE"

ESCOLAS	CONCORDA	DISCORDA	NR
PUBLICA 1	78,12%	21,87%	--
PUBLICA 2	62,50%	37,50%	--
PARTICULAR 1	65,30%	34,69%	--
PARTICULAR 2	59,57%	40,42%	--

TABELA III.5

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:

\*OS POLITICOS PODEM USAR QUALQUER MEIO

PARA ALCANÇAR COISAS JUSTAS\*

ESCOLAS	CONCORDA	DISCORDA	NR
PUBLICA 1	65,62%	34,37%	--
PUBLICA 2	37,50%	62,50%	--
PARTICULAR 1	46,93%	53,06%	--
PARTICULAR 2	51,06%	48,93%	--

TABELA III.6

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:

\*ATOS OSCUROS OU BRUTAIS PODEM SER

JUSTIFICADOS POR UM BOM PROPOSITO\*

ESCOLAS	CONCORDA	DISCORDA	NR
PUBLICA 1	21,87%	78,12%	--
PUBLICA 2	17,50%	82,50%	--
PARTICULAR 1	22,44%	75,51%	2,04%
PARTICULAR 2	23,40	76,59%	--

TABELA III.7

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:

"OS POLITICOS TEM DE CORTAR CAMINHOS PARA OBTEREM O QUE QUEREM"

ESCOLAS	CONCORDA	DISCORDA	NR
PUBLICA 1	43,75%	56,25%	--
PUBLICA 2	42,59%	55,00%	2,50%
PARTICULAR 1	53,06%	46,93%	--
PARTICULAR 2	42,55%	55,31%	2,12%

TABELA III.8

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:

"AS PESSOAS PODERIAM SER AUTORIZADAS A VOTAR MESMO

QUE NAO VOTEM DE MODO INTELIGENTE"

ESCOLAS	CONCORDA	DISCORDA	NR
PUBLICA 1	28,12%	71,87%	--
PUBLICA 2	52,50%	47,50%	--
PARTICULAR 1	24,48%	75,51%	--
PARTICULAR 2	42,55%	57,44%	--

TABELA III.9

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:  
 "MUDANÇAS SEMPRE EXIGEM CRUELDADE E IMPIEDADE"

ESCOLAS	CONCORDA	DISCORDA	NR
PUBLICA 1	15,62%	84,37%	--
PUBLICA 2	20,00%	80,00%	--
PARTICULAR 1	14,28%	85,71%	--
PARTICULAR 2	17,02%	82,97%	--

TABELA III.10

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO  
 "POUCOS POLITICOS TEM O PASSADO LIMPO, E AINDA SE ALEGRA  
 COM A GUERRA DE LAMA QUE AS VEZES OCORRE ENTRE ELES"

ESCOLAS	CONCORDA	DISCORDA	NR
PUBLICA 1	71,87%	28,12%	--
PUBLICA 2	67,50%	27,50%	5,00%
PARTICULAR 1	69,38%	30,61%	--
PARTICULAR 2	57,44%	40,42%	2,12%

TABELA III.11

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:

"PODEMOS DRIBLAR AS LEIS SE NÃO AS INFRINGIMOS TOTALMENTE"

ESCOLAS	CONCORDA	DISCORDA	NR
PUBLICA 1	37,50%	62,50%	--
PUBLICA 2	35,00%	65,00%	--
PARTICULAR 1	44,89%	55,10%	--
PARTICULAR 2	29,78%	68,08%	2,12%

TABELA III.12

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:

"PRECISAMOS UTILIZAR A FORÇA PARA SALVAR NOSSO PADRÃO DE VIDA"

ESCOLAS	CONCORDA	DISCORDA	NR
PUBLICA 1	71,87%	28,12%	--
PUBLICA 2	60,00%	37,50%	2,50%
PARTICULAR 1	73,46%	26,53%	--
PARTICULAR 2	29,78%	70,21%	--



TABELA III.13

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:

"MESMO AS PESSOAS QUE ODEIAM NOSSO MODO DE VIDA DEVEM  
TER UMA CHANCE DE FALAR E DE SEREM OUVIDAS"

ESCOLAS	CONCORDA	DISCORDA	NR
PUBLICA 1	87,50%	12,50%	--
PUBLICA 2	100,00%	--	--
PARTICULAR 1	89,79%	10,20%	--
PARTICULAR 2	87,23%	12,76%	--

TABELA III.14

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:

"NÃO IMPORTA A CRENÇA POLITICA, UM POLITICO ESTA SUBMETIDO  
AS MESMAS REGRAS E PROTEÇÕES LEGAIS QUE QUALQUER OUTRA PESSOA"

ESCOLAS	CONCORDA	DISCORDA	NR
PUBLICA 1	93,75%	6,25%	--
PUBLICA 2	95,00%	5,00%	--
PARTICULAR 1	79,59%	20,40%	--
PARTICULAR 2	95,74%	4,25%	--

TABELA III.15

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:  
 "ACREDITO NO DISCURSO LIVRE SEM ME IMPORTAR  
 EM COMO DEVEM SER AS OPINIÕES"

ESCOLAS	CONCORDA	DISCORDA	NR
PUBLICA 1	59,37%	40,62%	--
PUBLICA 2	75,00%	25,00%	--
PARTICULAR 1	81,63%	18,36%	--
PARTICULAR 2	78,72%	21,27%	--

TABELA III.16

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:  
 "NINGUEM TEM O DIREITO DE DIZER O QUE  
 OUTRA PESSOA DEVE OU NAO LER"

ESCOLA	CONCORDA	DISCORDA	NR
PUBLICA 1	78,12%	21,87%	--
PUBLICA 2	82,50%	17,50%	--
PARTICULAR 1	77,55%	22,44%	--
PARTICULAR 2	89,36%	10,63%	--

TABELA III.17

## DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:

"NÃO PODEMOS TER CERTEZA DE QUE UMA OPINIÃO É VERDADEIRA,  
A NÃO SER QUE AS PESSOAS SEJAM LIVRES PARA DISCUTIR SOBRE ELA"

ESCOLAS	CONCORDA	DISCORDA	NR
PUBLICA 1	84,37%	15,62%	--
PUBLICA 2	95,00%	5,00%	--
PARTICULAR 1	97,95%	2,04%	--
PARTICULAR 2	91,48%	8,51%	--

TABELA III.18

## DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:

"SOMENTE COM LIBERDADE E EXPOSIÇÃO DE PONTOS DE VISTA DIFERENTES  
A VERDADE PODE SER CONHECIDA"

ESCOLAS	CONCORDA	DISCORDA	NR
PUBLICA 1	96,87%	3,12%	--
PUBLICA 2	97,50%	--	2,50%
PARTICULAR 1	87,75%	12,24%	--
PARTICULAR 2	93,61%	6,38%	--

TABELA III.19

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:  
 "EU NÃO CONFIARIA EM QUALQUER GRUPO QUE DECIDISSE SOBRE  
 A LIBERDADE E A PROIBIÇÃO DE OPINIÕES ALHEIAS"

ESCOLAS	CONCORDA	DISCORDA	NR
PUBLICA 1	78,12%	21,87%	--
PUBLICA 2	85,00%	12,50%	2,50%
PARTICULAR 1	87,75%	12,24%	--
PARTICULAR 2	95,74%	4,25%	--

TABELA III.20

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:  
 "LIBERDADE SIGNIFICA POR EXEMPLO,  
 ESCOLHER ENTRE SER UM ATEU OU UM JUDEU"

ESCOLA	CONCORDA	DISCORDA	NR
PUBLICA 1	87,50%	12,50%	--
PUBLICA 2	95,00%	2,50%	2,50%
PARTICULAR 1	87,75%	12,24%	--
PARTICULAR 2	91,48%	8,51%	--

TABELA III.21

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:

"A LIBERDADE NAO A NIGUEM O DIREITO DE EXPOR IDEIAS ESTRANGEIRAS"

ESCOLA	CONCORDA	DISCORDA	NR
PUBLICA 1	37,50%	62,50%	--
PUBLICA 2	37,50%	60,00%	2,50%
PARTICULAR 1	42,85%	57,14%	--
PARTICULAR 2	25,53%	74,46%	--

TABELA III.22

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:

"UM HOMEM DEVE SER PROIBIDO DE FALAR SE NAO SABE O QUE FALA"

ESCOLA	CONCORDA	DISCORDA	NR
PUBLICA 1	46,87%	53,12%	--
PUBLICA 2	55,00%	42,50%	2,50%
PARTICULAR 1	61,22%	38,77%	--
PARTICULAR 2	53,19%	46,80%	--

TABELA III.23

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:  
 "UM LIVRO QUE CONTENHA OPINIÕES POLITICAS ERRADAS  
 NAO DEVE SER PUBLICADO"

ESCOLA	CONCORDA	DISCORDA	NR
PUBLICA 1	56,25%	43,75%	--
PUBLICA 2	50,00%	47,50%	2,50%
PARTICULAR 1	61,22%	38,77%	--
PARTICULAR 2	42,55%	55,31%	2,12%

TABELA III.24

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:  
 "PODEMOS FORÇAR AS PESSOAS A TESTEMUNHAR CONTRA  
 ELAS MESMAS EM UMA SITUAÇÃO DE PERIGO"

ESCOLA	CONCORDA	DISCORDA	NR
PUBLICA 1	18,75%	81,25%	--
PUBLICA 2	5,00%	92,50%	2,50%
PARTICULAR 1	20,40%	79,59%	--
PARTICULAR 2	17,02%	80,85%	2,12%

TABELA III.25

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:

"NUNCA PODEMOS CONDENAR UM PESSOA SE ELA NAO ENCARAR  
E DISCUTIR COM SEUS ACUSADORES"

ESCOLA	CONCORDA	DISCORDA	NR
POBLICA 1	62,50%	37,50%	--
POBLICA 2	72,50%	25,00%	2,50%
PARTICULAR 1	77,55%	22,44%	--
PARTICULAR 2	74,46%	25,53%	--

TABELA III.26

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:

"SE UMA PESSOA FOR CONDENADA ATRAVES DE UMA PROVA ILEGAL, ELA  
DEVE SER POSTA EM LIBERDADE E A PROVA, BANIDA DO JULGAMENTO"

ESCOLA	CONCORDA	DISCORDA	NR
POBLICA 1	81,25%	18,75%	--
POBLICA 2	75,00%	22,50%	2,50%
PARTICULAR 1	73,46%	26,53%	--
PARTICULAR 2	63,82%	36,17%	--

TABELA III.27

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:

"OS SUSPEITOS DE CRIMES SERIOS NAO MERECEM DIREITO A FIANÇA"

ESCOLA	CONCORDA	DISCORDA	NR
PUBLICA 1	75,00%	25,00%	--
PUBLICA 2	72,50%	25,50%	2,50%
PARTICULAR 1	79,59%	20,40%	--
PARTICULAR 2	76,59%	23,40%	--

TABELA III.28

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:

"AS PESSOAS QUE SE ESCONDEM DA LEI QUANDO PROCURADAS PARA DEPOR

SOBRE SUAS AÇÕES NAO MERECEM A NOSSA CONFIANÇA"

ESCOLA	CONCORDA	DISCORDA	NR
PUBLICA 1	78,12%	21,87%	--
PUBLICA 2	45,00%	52,50%	2,50%
PARTICULAR 1	77,55%	22,44%	--
PARTICULAR 2	61,70%	38,29%	--



TABELA III.29

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:

"O JULGAMENTO DE TERRORISTAS OU INIMIGOS PODEROSOS NÃO DEVERIA  
 DEPENDER DAS NOSSAS LEIS TÃO VAGAROSAS E INSEGURAS"

ESCOLA	CONCORDA	DISCORDA	NR
PUBLICA 1	93,75%	6,25%	--
PUBLICA 2	87,50%	10,00%	2,50%
PARTICULAR 1	91,83%	8,16%	--
PARTICULAR 2	97,87%	2,12%	--

TABELA III.30

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:

"O PRINCIPAL PROBLEMA DA DEMOCRACIA É QUE A MAIORIA DAS PESSOAS  
 NEM SABEM O QUE REALMENTE É MELHOR PARA ELAS"

ESCOLA	CONCORDA	DISCORDA	NR
PUBLICA 1	90,62%	9,37%	--
PUBLICA 2	80,00%	17,50%	2,50%
PARTICULAR 1	77,55%	18,36%	4,08%
PARTICULAR 2	70,21%	29,78%	--

TABELA III.31

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:

"POUCAS PESSOAS SABEM REALMENTE O QUE É MELHOR PARA ELAS"

ESCOLA	CONCORDA	DISCORDA	NR
PUBLICA 1	71,87%	28,12%	--
PUBLICA 2	80,00%	17,50%	2,50%
PARTICULAR 1	73,46%	26,53%	--
PARTICULAR 2	78,72%	21,27%	--

TABELA III.32

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:

"DECISÕES E ARGUMENTOS ESTÃO ACIMA DO CONHECIMENTO

DA MAIORIA DOS ELEITORES"

ESCOLA	CONCORDA	DISCORDA	NR
PUBLICA 1	81,25%	18,75%	--
PUBLICA 2	75,00%	20,00%	5,00%
PARTICULAR 1	81,63%	16,32%	2,04%
PARTICULAR 2	68,08%	31,91%	--

TABELA III.33

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:

"A MAIORIA DAS PESSOAS NÃO TEM SABEDORIA

PARA ESCOLHER SEUS LÍDERES"

ESCOLA	CONCORDA	DISCORDA	NR
PÚBLICA 1	81,25%	18,75%	--
PÚBLICA 2	65,00%	32,50%	2,50%
PARTICULAR 1	75,51%	24,48%	--
PARTICULAR 2	59,57%	40,42%	--

TABELA III.34

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:

"SEMPRE HAVERÁ NECESSIDADE DE PESSOAS FORTES

E PODEROSAS QUE ADMINISTREM TUDO"

ESCOLA	CONCORDA	DISCORDA	NR
PÚBLICA 1	50,00%	50,00%	--
PÚBLICA 2	42,50%	55,00%	2,50%
PARTICULAR 1	48,97%	51,02%	--
PARTICULAR 2	61,70%	38,29%	--

TABELA III.35

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:

"TEMOS QUE ENSINAR AS CRIANÇAS DE QUE TODOS OS HOMENS SÃO IGUAIS,  
MAS SABEMOS QUE UNS SÃO MELHORES QUE OUTROS"

ESCOLA	CONCORDA	DISCORDA	NR
PUBLICA 1	50,00%	50,00%	--
PUBLICA 2	50,00%	47,50%	2,50%
PARTICULAR 1	44,89%	55,10%	--
PARTICULAR 2	38,29%	61,70%	--

TABELA III.36

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:

"ASSIM COMO HA CAVALOS DE RAÇA, ALGUMAS RAÇAS HUMANAS SÃO  
NATURALMENTE MELHORES QUE OUTRAS"

ESCOLA	CONCORDA	DISCORDA	NR
PUBLICA 1	25,00%	75,00%	--
PUBLICA 2	5,00%	92,50%	2,50%
PARTICULAR 1	20,40%	79,59%	--
PARTICULAR 2	23,40%	76,59%	--

TABELA III.37

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:

"ALGUMAS RAÇAS NUNCA SE MISTURARÃO COM OS BRASILEIROS"

ESCOLA	CONCORDA	DISCORDA	NR
PUBLICA 1	46,87%	53,12%	--
PUBLICA 2	30,00%	67,50%	2,50%
PARTICULAR 1	38,77%	61,22%	--
PARTICULAR 2	29,78%	70,21%	--

TABELA III.38

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:

"NA HORA H NEM TODAS AS RAÇAS SÃO TÃO IGUAIS ASSIM"

ESCOLA	CONCORDA	DISCORDA	NR
PUBLICA 1	65,62%	34,37%	--
PUBLICA 2	55,00%	42,50%	2,50%
PARTICULAR 1	75,51%	24,48%	--
PARTICULAR 2	72,34%	23,40%	4,25%

TABELA III.39

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:

"O PROBLEMA COM OS GRUPOS MINORITARIOS, E QUE ELES VAO TOMANDO  
CONTA DO NOSSO ESPAÇO AOS POUCOS"

ESCOLA	CONCORDA	DISCORDA	NR
PUBLICA 1	43,75%	56,25%	--
PUBLICA 2	50,00%	47,50%	2,50%
PARTICULAR 1	48,97%	51,02%	--
PARTICULAR 2	46,80%	53,19%	--

TABELA III.40

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:

"O TRABALHO NAO LEVA A PARTICIPAÇÃO  
NAQUILO QUE O TRABALHADOR PRODUZ"

ESCOLA	CONCORDA	DISCORDA	NR
PUBLICA 1	56,25%	43,75%	--
PUBLICA 2	42,50%	55,00%	2,50%
PARTICULAR 1	36,73%	63,26%	--
PARTICULAR 2	44,68%	55,31%	--

TABELA III.41

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:

"TODA PESSOA TEM O DIREITO DE POSSUIR UMA BOA CASA, MESMO SE O  
GOVERNO FOR OBRIGADO A CONSTRUIR PARA ELA"

ESCOLA	CONCORDA	DISCORDA	NR
PUBLICA 1	75,00%	25,00%	--
PUBLICA 2	75,00%	22,50%	2,50%
PARTICULAR 1	65,30%	34,69%	--
PARTICULAR 2	61,70%	38,29%	--

TABELA III.42

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:

"O GOVERNO DEVERIA SER OBRIGADO A DAR TRABALHO  
PARA AQUELES QUE NÃO CONSEGUEM EMPREGO"

ESCOLA	CONCORDA	DISCORDA	NR
PUBLICA 1	84,37%	15,62%	--
PUBLICA 2	80,00%	17,50%	2,50%
PARTICULAR 1	77,55%	20,40%	2,04%
PARTICULAR 2	65,95%	34,04%	--

TABELA III.43

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:  
 "O GOVERNO DEVERIA SER OBRIGADO A CERTIFICAR-SE  
 DE QUE TODOS TENHAM UM BOM PADRÃO DE VIDA"

ESCOLA	CONCORDA	DISCORDA	NR
PUBLICA 1	84,37%	15,62%	--
PUBLICA 2	87,50%	10,00%	2,50%
PARTICULAR 1	89,79%	10,20%	--
PARTICULAR 2	74,46%	25,53%	--

TABELA III.44

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:  
 "DEVEMOS NOS ACOSTUMAR COM A IDEIA DE QUE SEMPRE HAVERA MISERIA"

ESCOLA	CONCORDA	DISCORDA	NR
PUBLICA 1	46,87%	53,12%	--
PUBLICA 2	17,50%	80,00%	2,50%
PARTICULAR 1	20,40%	79,59%	--
PARTICULAR 2	29,78%	68,08%	2,12%



TABELA III.45

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:

"A MAIORIA DOS POLITICOS SO PENSA EN SI MESMO"

ESCOLA	CONCORDA	DISCORDA	NR
PUBLICA 1	87,50%	12,50%	--
PUBLICA 2	90,00%	7,50%	2,50%
PARTICULAR 1	87,75%	10,20%	2,04%
PARTICULAR 2	93,61%	6,38%	--

TABELA III.46

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:

"OS MAIORES PARTIDOS POLITICOS SAO CONTROLADOS POR RICOS QUE

QUEREM ADMINISTRAR APENAS OS SEUS PROPRIOS BENS"

ESCOLA	CONCORDA	DISCORDA	NR
PUBLICA 1	81,25%	18,75%	--
PUBLICA 2	92,50%	5,00%	2,50%
PARTICULAR 1	87,75%	12,24%	--
PARTICULAR 2	91,48%	8,51%	--

TABELA III.47

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:

"A MAIORIA DOS POLITICOS E SUBORNADA POR INTERESSES PARTICULARES"

ESCOLA	CONCORDA	DISCORDA	NR
PUBLICA 1	93,75%	6,25%	--
PUBLICA 2	92,50%	5,00%	2,50%
PARTICULAR 1	97,95%	2,04%	--
PARTICULAR 2	91,48%	8,51%	--

TABELA III.48

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:

"EU EVITO O CONTATO COM O PESSOAL DO GOVERNO"

ESCOLA	CONCORDA	DISCORDA	NR
PUBLICA 1	34,37%	65,62%	--
PUBLICA 2	35,00%	62,50%	2,50%
PARTICULAR 1	61,22%	36,73%	2,04%
PARTICULAR 2	48,93%	51,06%	--

TABELA III.49

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:

"A MAIORIA DOS POLITICOS ACREDITA NA ASSOCIAÇÃO LUCRATIVA PARA  
FAZEREM O MELHOR PELO PAIS"

ESCOLA	CONCORDA	DISCORDA	NR
PUBLICA 1	53,12%	46,87%	--
PUBLICA 2	47,50%	50,00%	2,50%
PARTICULAR 1	51,02%	48,97%	--
PARTICULAR 2	48,93%	51,06%	--

TABELA III.50

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:

"AQUELES QUE REALMENTE ADMINISTRAM O PAIS  
NEM SAO CONHECIDOS PELOS ELEITORES"

ESCOLA	CONCORDA	DISCORDA	NR
PUBLICA 1	87,50%	12,50%	--
PUBLICA 2	87,50%	12,50%	2,50%
PARTICULAR 1	87,75%	12,24%	--
PARTICULAR 2	85,10%	14,89%	--

TABELA III.51

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:

"AS LEIS DO PAIS FORAM ESTABELECIDAS APENAS PARA OS RICOS"

ESCOLA	CONCORDA	DISCORDA	NR
PUBLICA 1	78,12%	21,87%	--
PUBLICA 2	82,50%	15,00%	2,50%
PARTICULAR 1	79,59%	20,40%	--
PARTICULAR 2	74,46%	25,53%	--

TABELA III.52

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:

"POUCOS TERAO OPORTUNIDADE DE ADMINISTRAR QUALQUER COISA, NAO  
 IMPORTA O QUE AS PESSOAS PENSAM"

ESCOLA	CONCORDA	DISCORDA	NR
PUBLICA 1	87,50%	12,50%	--
PUBLICA 2	72,50%	25,00%	2,50%
PARTICULAR 1	85,71%	14,28%	--
PARTICULAR 2	72,34%	27,65%	--

TABELA III.53

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:

"A MAIORIA DOS POLITICOS NAO PARECE SER EXATAMENTE O QUE DIZ SER"

ESCOLA	CONCORDA	DISCORDA	NR
PUBLICA 1	93,75Z	6,25Z	--
PUBLICA 2	92,50Z	5,00Z	2,50Z
PARTICULAR 1	95,91Z	4,08Z	--
PARTICULAR 2	91,48Z	6,38	2,12Z

TABELA III.54

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:

"NAO HA LIGAÇÃO ENTRE O QUE UM POLITICO DIZ

E O QUE ELE FAZ DEPOIS DE ELEITO"

ESCOLA	CONCORDA	DISCORDA	NR
PUBLICA 1	87,50Z	12,50Z	--
PUBLICA 2	87,50Z	10,00Z	2,50Z
PARTICULAR 1	95,91Z	4,08Z	--
PARTICULAR 2	91,48Z	8,51	--

TABELA III.55

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:

"UM HOMEM POBRE NÃO TEM A CHANCE QUE MERECE EM UM TRIBUNAL"

ESCOLA	CONCORDA	DISCORDA	NR
PUBLICA 1	81,25%	18,75%	--
PUBLICA 2	90,00%	7,50%	2,50%
PARTICULAR 1	73,46%	26,53%	--
PARTICULAR 2	65,95%	34,04%	--

TABELA III.56

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:

"A MAIORIA DOS PARTIDOS PENSA APENAS EM

GANHAR AS ELEIÇÕES E EM NADA MAIS"

ESCOLA	CONCORDA	DISCORDA	NR
PUBLICA 1	71,87%	28,12%	--
PUBLICA 2	77,50%	20,00%	2,50%
PARTICULAR 1	77,55%	20,40%	2,04%
PARTICULAR 2	80,85%	19,14%	--

TABELA III.57

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:

"TODOS OS POLITICOS SAO CONTROLADOS PELOS CHEFES DE PARTIDO"

ESCOLA	CONCORDA	DISCORDA	NR
PUBLICA 1	65,62%	34,37%	--
PUBLICA 2	42,50%	55,00%	2,50%
PARTICULAR 1	42,85%	57,14%	--
PARTICULAR 2	53,19%	46,80%	--

TABELA III.58

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:

"NEM ESQUENTO A CABEÇA COM OS PROBLEMAS POLITICOS,

EU NAO POSSO FAZER NADA MESMO"

ESCOLA	CONCORDA	DISCORDA	NR
PUBLICA 1	18,75%	81,25%	--
PUBLICA 2	15,00%	82,50%	2,50%
PARTICULAR 1	20,40%	79,59%	--
PARTICULAR 2	36,17%	63,82%	--

TABELA III.59

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:

"OS QUE REALMENTE GOVERNAM ESTE PAIS

NEM SAO CONHECIDOS PELOS ELEITORES"

ESCOLA	CONCORDA	DISCORDA	NR
PUBLICA 1	87,50%	12,50%	--
PUBLICA 2	80,00%	17,50%	2,50%
PARTICULAR 1	81,63%	18,36%	--
PARTICULAR 2	87,23%	12,76%	--

TABELA III.60

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:

"OS LIDERES POLITICOS DIFICILMENTE ATENDEM PESSOAS

QUE PENSAM OU SAO COMO EU"

ESCOLA	CONCORDA	DISCORDA	NR
PUBLICA 1	59,37%	40,62%	--
PUBLICA 2	80,00%	17,50%	2,50%
PARTICULAR 1	85,71%	14,28%	--
PARTICULAR 2	82,97%	17,02%	--



TABELA III.61

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:  
 "NADA DO QUE FAÇO PARECE INFLUENCIAR O MEIO POLITICO"

ESCOLA	CONCORDA	DISCORDA	NR
PUBLICA 1	71,87%	28,12%	--
PUBLICA 2	45,00%	52,50%	2,50%
PARTICULAR 1	77,55%	22,44%	--
PARTICULAR 2	59,57%	38,29%	2,12%

TABELA III.62

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:  
 "OS PARTIDOS POLITICOS SAO TAO GRANDES QUE MUITOS MEMBROS NEM  
 CONSEGUEM FALAR SOBRE SUAS PROPOSTAS NAS REUNIOES"

ESCOLA	CONCORDA	DISCORDA	NR
PUBLICA 1	90,62%	9,37%	--
PUBLICA 2	72,50%	25,00%	2,50%
PARTICULAR 1	85,71%	14,28%	--
PARTICULAR 2	87,23%	12,76%	--

TABELA III.63

## DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:

"ACHO QUE NAO HA MUITA LIGAÇÃO ENTRE O QUE EU QUERO E O QUE OS  
REPRESENTANTES POLITICOS FAZEM"

ESCOLA	CONCORDA	DISCORDA	NR
PUBLICA 1	81,25%	18,75%	--
PUBLICA 2	77,50%	20,00%	2,50%
PARTICULAR 1	75,51%	24,48%	--
PARTICULAR 2	74,46%	25,53%	--

TABELA III.64

## DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SOBRE A AFIRMAÇÃO:

"NAO IMPORTA EM QUEM VOCE VOTA,  
AS COISAS CONTINUARAO DO MESMO JEITO"

ESCOLA	CONCORDA	DISCORDA	NR
PUBLICA 1	43,75%	56,25%	--
PUBLICA 2	20,00%	75,00%	5,00%
PARTICULAR 1	22,44%	77,55%	--
PARTICULAR 2	25,53%	74,46%	--